

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia-Tratamento da Informação
Espacial.

Taís Lima da Silva

**AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO ENTORNO
DA PENITENCIÁRIA
NELSON HUNGRIA EM CONTAGEM- MG: um estudo de caso
sobre os impactos da interiorização dos presídios em Minas
Gerais**

BELO HORIZONTE

2024

Taís Lima da Silva

**AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO ENTORNO
DA PENITENCIÁRIA**

**NELSON HUNGRIA EM CONTAGEM- MG: um estudo de caso
sobre os impactos da interiorização dos presídios em Minas
Gerais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia-Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Profº Dr. Alexandre Magno Alves Diniz

Área de concentração: Análise Espacial

Linha de Pesquisa: Estudos Urbanos e Regionais

BELO HORIZONTE

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S586t Silva, Taís Lima da
As transformações socioespaciais no entorno da Penitenciária Nelson Hungria em Contagem- MG: um estudo de caso sobre os impactos da interiorização dos presídios em Minas Gerais / Taís Lima da Silva. Belo Horizonte, 2024.
125 f. : il.

Orientador: Alexandre Magno Alves Diniz

Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial

1. Penitenciária Nelson Hungria - Contagem (MG). 2. Geografia humana. 3. Planejamento urbano - Minas Gerais. 4. Análise espacial (Estatística). 5. Prisões - Projetos e construção - Minas Gerais. 6. Solo urbano - Uso - Contagem (MG). 7. Solo - Uso - Aspectos sociais. I. Diniz, Alexandre Magno Alves. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 911.3:343.97

Ficha catalográfica elaborada por Pollyanna Iara Miranda Lima - CRB 6/3320

Taís Lima da Silva

**AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO ENTORNO
DA PENITENCIÁRIA**

**NELSON HUNGRIA EM CONTAGEM- MG: um estudo de caso
sobre os impactos da interiorização dos presídios em Minas
Gerais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia-Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Análise Espacial

Linha de Pesquisa: Estudos Urbanos e Regionais

Prof. Dr. Alexandre Magno Alves Diniz – PUC Minas (Orientador)

Prof. Dr. Sandro Laudares– PUC Minas (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Victor Neiva e Oliveira UFPR (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 6 de agosto de 2024.

AGRADECIMENTOS

*"Mas eu vim de lá pequenininho
Alguém me avisou pra pisar nesse chão devagarinho".
(Dona Ivone Lara)*

Começo com Dona Ivone Lara, pra dizer que para esse trabalho ser concluído ele passou por um caminho de muito respeito pelas trajetórias e lugares, além de ter sido guiado por muitas mãos.

Quando eu cheguei a PUC Minas eu só tinha duas coisas na bolsa: o medo e a coragem. O medo de chegar em uma universidade diferente daquela que eu passei nos anos da graduação, de não conhecer ninguém e de não dar conta. A coragem de fazer uma geografia que eu acreditava, de alcançar lugares que pareciam difíceis, como um mestrado, a coragem de fazer pesquisa e ser pesquisadora.

Nessa caminhada muita gente me deu a mão, acalmou o medo e aumentou a coragem que tinha ali. Agradeço primeiramente a Deus por me permitir viver tudo isso exatamente da forma que foi, com sua vontade boa, perfeita e agradável.

Aos meus pais, João Elson e Renata por todo apoio e cuidado. Em especial a minha mãe, que sempre me incentivou e acreditou que eu conseguiria. A minha irmã Tamyres, pelo companheirismo, paciência e cumplicidade. Aos meus avós, tios e primos por todo apoio.

Ao Guilherme agradeço o amor, carinho, parceria e paciência durante esse percurso. Obrigada pela companhia nos campos, nas filas dos ônibus e vans a caminho da penitenciária e de Nova Contagem, pela acolhida do medo e por reforçar minha coragem diariamente.

Ao meu orientador Alexandre, que me mostrou que orientar é abrir caminhos. Agradeço por ter aberto os caminhos quando havia dúvidas, quando não havia material como o notebook, e até quando havia vergonha e o medo, ele mostrava que a coragem e a persistência estavam ali, para guiar no fazer e refazer sempre que necessário.

Aos meus amigos, Bruna, Igor, Camila, Laís, e Carolina pelo afeto e cuidado a mim direcionados. Aos amigos que a PUC me deu, Arthur, Gabriela, Daniel, Erik, Raul e Carol. Ao Arthur agradeço a acolhida, as conversas trocadas no laboratório e fora dele, aos sorrisos, aos choros e as voltas pela PUC. A Gabriela Diniz pelo aquilombamento, pelas conversas sobre pertencimento, sobre medo, sobre coragem e sobre conquistar espaços. Ao Daniel, Erik, Raul e Carol pelo auxílio com software, por tirar dúvidas e compartilhar conversas durante as disciplinas e pelos laboratórios.

A Júlia, minha analista, pelo processo de escuta que possibilitou desatar os nós para chegar até aqui.

Aos professores do programa de pós-graduação em geografia, tratamento da informação espacial da PUC Minas, em especial os professores Rodrigo, Jorge e José Flávio por acreditarem em mim.

Aos professores Victor e Sandro por aceitarem compor a banca. Em especial ao professor Victor, que em 2017 me permitiu acompanhá-lo em sua pesquisa na Nelson Hungria e me incentivou a conhecer sobre a geografia das prisões, naquele tempo eu não imaginava que isso me levaria até aqui. Obrigada!

As professoras da UFMG Ludmila Ribeiro, Valéria Cristina, Valéria Roque e as pesquisadoras Luana e Isabelinha, obrigada por terem acreditado que um dia eu chegaria aqui e por terem sido exemplos de pesquisadoras.

Aos funcionários da secretaria, em especial a Tati, Carlos, Felipe.

Aos funcionários da limpeza do Emaús e da PUC MINAS,

Aos amigos do trabalho agradeço a Livia, Letícia, Lauany, Clara, Lucas e Dona Norma pela amizade. Ao Ricardo em especial pela parceria no trabalho e os caminhos abertos e guiados para Nova Contagem.

A toda a rede e moradores de Nova Contagem, agradeço por terem aceitado participar dessa pesquisa, sem vocês ela não teria sido realizada. Aprendi e sigo aprendendo muito com vocês.

Aos policiais penais pela escuta atenta e participação na pesquisa.

A CAPES pela bolsa que possibilitou minha inserção e permanência no programa de pós graduação, e as políticas de ações afirmativas que me possibilitaram chegar até aqui.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar as alterações socioespaciais no entorno da penitenciária Nelson Hungria, no bairro Nova Contagem, no município de Contagem, em Minas Gerais, ocorridas entre 1.985 e 2022. Observa-se que com a expansão do sistema penitenciário em Minas Gerais iniciou-se também o processo de interiorização dos presídios no estado e, por outro lado, essa expansão atingiu às cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), sendo essas unidades prisionais gradativamente construídas em áreas periféricas dos municípios. Para a realização da pesquisa realizou-se análises de imagens de satélite para a construção do mapeamento do uso e ocupação do solo da área estudada entre 1.985 e 2022. Somam-se a essas análises a realização de entrevistas com servidores de órgãos públicos municipais e moradores que atuam na região, cujos relatos auxiliam a compreensão das transformações ali ocorridas. Utilizou-se, também, a listagem de estabelecimentos penais do estado de Minas Gerais, do departamento penitenciário nacional, com informações do banco de dados de julho a dezembro de 2023 para o georeferenciamento e análise dos dados das unidades penitenciárias e dos detentos de Minas Gerais, com foco na RMBH. Os dados foram tratados e analisados cartograficamente nos softwares Google Earth e Qgis. Ademais, realizou-se coleção de mapas de uso e cobertura do solo da região, a partir de dados disponibilizados pelo software MapBiomias. Como resultados encontrados, a pesquisa apontou que o processo de interiorização dos estabelecimentos penais no estado de MG, ocorreu com maior ênfase a partir de 2.003 no sistema de retirada dos detentos das cadeias públicas da polícia civil e direcionados a estabelecimentos penais a partir da secretaria de administração prisional. No que tange a RMBH os resultados apontam para uma expansão das unidades penais relacionadas as características socioeconômicas dos municípios da RMBH, atrelada a fatores como raça e posição geográfica. Ademais, na escala micro, os dados apontam para um processo interligado da inauguração da penitenciária Nelson Hungria em Nova Contagem e da ocupação do bairro e vilas, o que gerou discursos destoantes sobre o impacto da PNH no bairro.

Palavras-chave: Interiorização, Presídios, Socioespaciais, Uso e ocupação do solo

ABSTRACT

The aim of this paper is to investigate the socio-spatial changes that took place between 1985 and 2022 around the Nelson Hungria penitentiary in the Nova Contagem neighborhood in the municipality of Contagem in Minas Gerais. It can be seen that with the expansion of the prison system in Minas Gerais, the process of internalization of prisons in the state also began and, on the other hand, this expansion reached the cities of the Metropolitan Region of Belo Horizonte (RMBH), with these prisons gradually being built in peripheral areas of the municipalities. To carry out the research, satellite images were analyzed to map the use and occupation of the land in the area studied between 1985 and 2022. In addition to these analyses, interviews were conducted with municipal civil servants and residents who work in the region, whose accounts help us to understand the transformations that have taken place there. We also used the list of prisons in the state of Minas Gerais, from the national prison department, with information from the database from July to December 2023 to georeference and analyze the data on prisons and inmates in Minas Gerais, with a focus on the RMBH. The data was processed and analyzed cartographically using Google Earth and Qgis software. In addition, maps of the region's land use and land cover were collected

In addition, maps of land use and land cover in the region were collected using data provided by the MapBiomas software. As a result, the research showed that the process of internalization of penal establishments in the state of Minas Gerais occurred with greater emphasis from 2003 onwards in the system of removing detainees from the public prisons of the civil police and directing them to penal establishments from the secretariat of prison administration. With regard to the RMBH, the results point to an expansion of penal units related to the socio-economic characteristics of the RMBH municipalities, linked to factors such as race and geographical position. Furthermore, on a micro scale, the data points to a process linked to the inauguration of the Nelson Hungria penitentiary in Nova Contagem and the occupation of the neighborhood and villages, which has generated conflicting discourses about the impact of the PNH on the neighborhood.

Keywords: Interiorization, Prisons, Socio-spatial, Land use and occupation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte- MG.....	34
Figura 2: Mapa de Delimitação da Área de Estudo Nova Contagem- MG.....	45
Figura 3: Mapa Estabelecimentos Penais- MG 1929-2022.....	52
Figura 4: Mapa Distribuição dos Estabelecimentos Penais RMBH e Vetores.....	61
Figura 5: Mapa Distribuição dos Estabelecimentos Penais RMBH e Nível de Integração..	64
Figura 6: Mapa Distribuição dos Estabelecimentos Penais RMBH e Percentual da População Preta e Parda.....	65
Figura 7: Mapa de localização município de Contagem- MG.....	87
Figura 8: Mapa Histórico Município de Contagem.....	89
Figura 9: Mapa Regionais Administrativas Contagem-MG.....	90
Figura 10: Bairros e Vilas- Área de Estudo: Nova Contagem- MG.....	92
Figura 11: Reportagem jornal O Tempo Contagem (2004).....	95
Figura 12: Reportagem jornal Estado de Minas (1.988).....	97
Figura 13: Reportagem jornal Estado de Minas (1.988).....	98
Figura 14: Reportagem jornal Estado de Minas (1.988).....	99
Figura 15: Reportagem jornal Estado de Minas (1.988).....	100
Figura 16: Penitenciária Nelson Hungria (Diniz et al 2023).....	101
Figura 17: Reportagem Jornal O Tempo.....	102
Figura 18: Reportagem Sindppen.....	103
Figura 19: Mapa de uso e ocupação do Solo.....	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Capacidade e População de detentos Vetor Norte.....	66
Gráfico 2: Grau de instrução presos Vetor Norte.....	67
Gráfico 3: Raça presos Vetor Norte.....	68
Gráfico 4: Capacidade e População de detentos Vetor Norte Central.....	69
Gráfico 5: Grau de instrução presos Vetor Norte Central.....	70
Gráfico 6: Raça presos Vetor Norte Central.....	71
Gráfico 7: Capacidade e População de detentos Vetor Oeste.....	72
Gráfico 8: Grau de instrução presos Vetor Oeste.....	73
Gráfico 9: Raça presos Vetor Oeste.....	73
Gráfico 10: Capacidade e População de detentos Polo BH.....	75
Gráfico 11: Grau de instrução presos polo BH.....	75
Gráfico 12: Raça presos polo BH.....	76
Gráfico 13: Capacidade e População de detentos Vetor Sudoeste.....	77
Gráfico 14: Grau de instrução presos Vetor Sudoeste.....	78
Gráfico 15: Raça presos Vetor Sudoeste.....	79
Gráfico 16: Capacidade e População de detentos Vetor Leste.....	80
Gráfico 17: Grau de instrução presos Vetor Leste.....	80
Gráfico 18: Raça presos Vetor Leste.....	81
Gráfico 19: Capacidade e População de detentos Vetor Sul.....	82
Gráfico 20: Grau de instrução presos Vetor Sul.....	83
Gráfico 21: Raça presos Vetor Sul.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação das unidades penitenciárias.....	30
Quadro 2: Distribuição da Quantidade de Unidades por Municípios na RMBH.....	35
Quadro 3- Distribuição dos entrevistados pela categoria.....	48
Quadro 4: Idade presos Vetor Norte.....	67
Quadro 5: Procedência presos Vetor Norte.....	68
Quadro 6: Idade presos Vetor Norte Central.....	71
Quadro 7: Procedência presos Vetor Norte Central.....	71
Quadro 8: Idade presos Vetor Oeste.....	73
Quadro 9: Procedência presos Vetor Oeste.....	74
Quadro 10: Idade presos polo BH.....	75
Quadro 11: Procedência presos polo BH.....	77
Quadro 12: Idade presos Vetor Sudoeste.....	79
Quadro 13: Procedência presos Vetor Sudoeste.....	80
Quadro 14: Idade presos Vetor Leste.....	81
Quadro 15: Procedência presos Vetor Leste.....	81
Quadro 16: Idade presos Vetor Sul.....	83
Quadro 17: Procedência presos Vetor Sul.....	84
Quadro 18: Divisão Grupo de entrevistados.....	93

SIGLAS E ABREVIATURAS

APACS	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS
BR-040	RODOVIA NACIONAL
CERESP	CENTRO DE REMANEJAMENTO PROVISÓRIO
CRAS	CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
CRGPL	CENTRO DE REFERÊNCIA A GESTANTE PRIVADA DE LIBERDADE
DEPEN	DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
INFOPEN PENITENCIÁRIAS	LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS
LMG-80	RODOVIA DE LIGAÇÃO LOCAL
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
PIEP	COMPLEXO PENITENCIÁRIO FEMININO ESTEVÃO PINTO
PNH	PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA
PUC MINAS	PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
RMBH	REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE
SEAP	SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL
SENAPPEN	SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIAS
SISDEPEN PENITENCIÁRIO NACIONAL	SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
UBS	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
2. REVISÃO DE LITERATURA	12
2.2 A prisão como objeto de estudo da Geografia: A geografia do Cárcere como campo de estudos	16
2.3 Os estudos sobre o cárcere na Geografia Brasileira.....	19
2.4 O Impacto Da Construção de Presídios	23
3. METODOLOGIA.....	27
3.1 A escala macrorregional	30
3.2 A escala mesorregional	33
3.3 A escala local – o estudo de caso em Nova Contagem.....	36
3.3.1 A (não) entrada no campo.....	37
3.3.2 Nova rota.....	45
4. ESCALA MACROREGIONAL: A PRISÃO E O FENÔMENO DA INTERIORIZAÇÃO EM MG.....	50
4.2 O sistema prisional mineiro	50
4.3 A interiorização em Minas Gerais	51
5. ESCALA MESOREGIONAL	60
5.2 Interiorização na RMBH.....	61
5.2.1 Vetor Norte	66
5.2.2 Vetor Norte Central.....	68
5.2.3 Vetor Oeste	72
5.2.4 Polo Belo Horizonte.....	75
5.2.5 Vetor Sudoeste	78
5.2.6 Vetor Leste.....	81
5.2.7 Vetor Sul	83
5.2.8 Discussão	85
6. Escala Local: Estudo de Caso Nova Contagem (MG)	88
6.1 O bairro Nova Contagem	91
6.2 A Penitenciária Nelson Hungria	97
6.3 O bairro e a Penitenciária.....	104
6.4 O estigma e uma Nova Contagem além da PNH.....	110
7. Considerações Finais	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
APÊNDICES	125

INTRODUÇÃO

No ano de 2022, o Brasil alcançou a marca de 832.295 pessoas presas, distribuídas em 1.458 estabelecimentos penais localizados pelo território brasileiro. Mesmo com uma alta quantidade de unidades, esse número ainda é insuficiente para sanar o déficit de vagas, que chega a 171.636. (BRASIL, 2022). Essa situação vem inspirando diversas intervenções por parte das secretarias de segurança pública dos estados, que buscam ampliar a construção de estabelecimentos prisionais. Ainda assim, os dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) demonstram que apesar da expansão de unidades prisionais, ainda existe um significativo déficit de vagas a ser sanado no país.

A política de expansão das unidades pelos estados apresenta como característica comum a construção de presídios em sedes municipais localizadas no interior dos estados, portanto, distantes das capitais. Destaca-se, ainda, que as unidades prisionais vêm sendo criadas nas periferias geográficas dessas cidades. Esse movimento se iniciou em São Paulo, a partir da desativação do Carandiru, após o massacre ocorrido em 1.992. Utilizando o discurso de ampliação de vagas nas unidades prisionais, o então governador Mário Covas iniciou em 1.995 a política de expansão do sistema prisional no interior do estado (Silvestre,2011; Sabaini, 2012; Godoi, 2019).

Para além de São Paulo, o estado do Rio de Janeiro também adotou a política de distribuição espacial das unidades penitenciárias, optando pela concentração no bairro de Gericinó, conhecido também como antigo complexo penitenciário de Bangu. Essa demarcação também reflete a atuação das facções presentes no estado e sua influência nas dinâmicas socioespaciais do território do Rio de Janeiro (Silvestre,2011; Sabaini, 2012; Godoi, 2019).

No Estado de Minas Gerais esse processo iniciou a partir da Lei Estadual nº 12.958/1998, que colocou sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Justiça e dos Direitos Humanos as cadeias que estavam sob a gestão da Polícia Civil. A partir de 2003, com a política de “Choque de Gestão”, o então governador Aécio Neves elenca frentes prioritárias para investimentos, sendo o sistema prisional uma delas, com o objetivo de promover a expansão e a modernização das unidades, bem como a preparação dos trabalhadores de segurança pública (Araújo, 2020; Cruz,2010. Ribeiro, 2004;

Sapori, 2007).

Em detrimento dos grandes centros urbanos e como política de segurança por governos, as prisões começam a ser deslocadas para cidades menores, com o ideal de isolamento dos custodiados, mas também com objetivo de segregação das facções criminosas. Ademais, somam-se outros pontos, como a criação de penitenciárias no interior como projeto político visando interesse econômicos dos governantes estaduais e municipais alinhados às grandes empresas, além da difusão da ideia de que os presídios são fontes de emprego para a população local, devido ao declínio de indústrias e a queda das atividades rurais locais.

A partir desse posicionamento, surgem discussões acerca dos impactos que as unidades prisionais produzem nas áreas rurais e urbanas desses municípios de pequeno porte populacional, seu uso como impulsor do desenvolvimento da economia local e suas influências nas interdependências da prisão e das cidades (Zomighani, 2013; Barbosa, 2013; Silvestre, 2011; Sabaini, 2012; Glasmeier; Farrigan;2007; Bosion,2019).

Em vista disso, esta pesquisa empenha esforços a fim de responder à seguinte **questão norteadora**: quais as transformações socioespaciais observadas no bairro Nova Contagem- MG, após a inserção da Penitenciária Nelson Hungria (PNH)?

A literatura especializada demonstra que em outros estados do Brasil existem estudos que discutem a percepção dos moradores e as transformações que as unidades prisionais ocasionam em uma cidade, como as pesquisas de Citelli (2018), Sabaini (2012) e Silvestre (2011). Porém, sabe-se pouco acerca desse fenômeno em Minas Gerais. A distribuição espacial do crime pelo estado é comumente estudada, no entanto, os efeitos espaciais da instalação de novos presídios nos espaços circunvizinhos são um ponto que permanece a ser explorado.

O município de Contagem, especificamente o bairro Nova Contagem, que abriga a Penitenciária Nelson Hungria foi escolhido para a realização do estudo devido ao fator locacional, que possibilita que o estudo seja exequível no tempo e com os recursos disponíveis para a realização do projeto, somado a outros aspectos que conferem sua relevância enquanto objeto de estudo.

A escolha do município para o estudo, iniciou-se com o ingresso em uma iniciação científica realizada entre 2017 e 2019 no Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança

Pública da UFMG, na pesquisa: “Quem são e como vivem os detentos da Região Metropolitana de Belo Horizonte?”, na qual realizaram-se atividades de visita à Penitenciária Nelson Hungria, entrevistas com detentos e profissionais da segurança pública.

Outro fator foi o destaque que a PNH tem ganhado nas pesquisas que abrangem a temática prisional, por sua diversidade do contingente populacional e tamanho. Esta unidade foi a primeira penitenciária de segurança máxima do estado, e recebeu presos de diferentes facções em expansão pelo país como o Primeiro Comando da Capital (PCC), além de detentos considerados de alta periculosidade (Ribeiro et al; 2019,Duarte; Araújo,2020).

Como justificativa para a realização deste estudo, apontamos o desejo de compreender como o movimento de interiorização dos presídios reflete na dinâmica socioespacial das cidades em Minas Gerais, alinhado ao ensejo de oferecer uma contribuição aos estudos espaciais acerca da Geografia do Cárcere. A Geografia ao longo dos anos vem se destacando no campo da segurança pública com pesquisas focadas na análise espacial do fenômeno da criminalidade e sua distribuição pelos municípios além das discussões dos trabalhos que buscam compreender a percepção do fenômeno da criminalidade pelos sujeitos (Caldeira, 2011; Batella, 2010; Davis 2004; Zomighani, 2013;).

Esses fatores reforçam a necessidade de se compreender como um empreendimento prisional pode alterar as dinâmicas e ocasionar transformações socioespaciais em uma região, contribuindo para a melhoria de políticas públicas que atuam com o ideal de amenizar os impactos negativos ocasionados por esse empreendimento, além de contribuir para o conhecimento das autoridades e população local sobre a atuação direta do estabelecimento prisional e os desdobramentos no contexto histórico do bairro.

Como forma de responder à questão norteadora, o objetivo geral desta pesquisa é: desenvolver um estudo de caso com a finalidade de compreender como a implementação da Penitenciária Nelson Hungria (PNH) alterou espacialmente o bairro Nova Contagem entre os anos 1.985 e 2022.

Para isso, a análise se delimitará por buffers de 1.000m e 500m no entorno da unidade, diante dessa delimitação serão analisadosos fatores como o crescimento da ocupação residencial presente em áreas próximas à unidade, a diminuição das áreas verdes e observar

a dinâmica do uso e ocupação do solo ao longo dos anos. No fator social, buscamos observar essas alterações a partir da visão da população que ali reside ou trabalha ao longo dos anos a partir das entrevistas.

Para delimitar a discussão apontamos os seguintes objetivos específicos:

- analisar a distribuição espacial dos estabelecimentos penais em Minas Gerais, alinhado à discussão acerca do processo de interiorização dos presídios e penitenciárias, criando o contexto regional para o estudo de caso;
- caracterizar os estabelecimentos penais da Região Metropolitana de Belo Horizonte; e
- construir mapas representativos indicando as alterações nas formas de uso e ocupação do solo no entorno da penitenciária Nelson Hungria.

No capítulo 3, referente a metodologia, serão explicitados os métodos e as estratégias escolhidos para coleta dos dados, bem como a forma qual os dados coletados serão analisados para atingir os objetivos da pesquisa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O conhecimento sobre os processos de construção, desenvolvimento e funcionamento das cidades é uma temática estudada por diferentes campos do conhecimento, como a Geografia, a Sociologia Urbana e a Arquitetura. A diversidade das linhas de estudo com foco no mesmo objeto, permite analisar os diversos fatores do contexto histórico, social e também geográfico que fazem parte do processo de criação e desenvolvimento das cidades para compreender a lógica de estruturação e interação.

Além do contexto histórico e social a partir do período em que as cidades foram construídas, os fatores físicos também são importantes para assimilar o que são as cidades na atualidade. Diante disso, é preciso interpretar o que diz a literatura da Geografia Urbana sobre os conceitos de sítio, posição, função e estruturação das cidades, para compreender o processo de construção e desenvolvimento das cidades.

É a partir desse processo de construção e desenvolvimento das cidades que a prisão se insere como objeto de estudo dentro do campo da geografia. Buscando entender sua localização aliada as características das cidades e a lógica do uso e ocupação do espaço. Ademais, soma a discussão teórica o impacto que esses estabelecimentos originaram no espaço e a interferência na vida dos sujeitos que ali estão.

2.1 Sítio, Posição, Função e Estruturação das Cidades: Os conceitos clássicos da Geografia Urbana

Durante o processo de criação de uma cidade existem necessidades que são o foco para a ocupação desse espaço. Corrêa (1995;2004), expõe que no processo de construção de uma cidade um dos objetivos principais é entender qual a função que aquela cidade exerceria, seria ela um território de defesa ou estaria focada em uma produção industrial para atingir o mercado financeiro.

A partir dessas argumentações, o autor apresenta o conceito de *sítio* como, o chão no qual uma cidade se desenvolve ao longo dos anos, associando a essa análise os aspectos naturais do espaço, mas, também, aqueles que foram incrementados e alterados pelo homem. Os autores George (1969) e Monbeig (2004) também caminham na mesma direção da definição apresentada por Corrêa (2004), para quem o *sítio* deve ser lido como o quadro topográfico no qual uma cidade se desenvolveu, dando ênfase aos seus elementos naturais.

Como exemplo, Monbeig (2004) discursa sobre o estado do Rio de Janeiro, que assevera que uma análise geográfica é necessária para pensar não apenas nos morros e nas planícies como elementos naturais, mas para entender como a cidade se desenvolveu entre os morros e a partir dos aspectos físicos e também sociais. Ademais, é preciso pensar em como a população construiu suas moradias naquelas áreas, a partir de uma lógica topográfica e geomorfológica.

Quanto à definição do termo *posição*, os autores Corrêa (1995;2004), George (1969) e Monbeig (2004) apontam que o conceito pode ser lido a partir das relações e dos aspectos externos que uma cidade mantém com a sua redondeza e proximidades. Para George (1969) a *posição* deve ser examinada a partir de uma contextualização histórica, haja visto que em um determinado período da história ela pode ter sido entendida como importante, contudo, devido às mudanças no contexto histórico e geográfico de produção das cidades essa *posição* poderá perder sua relevância inicial.

Para além dos conceitos de *sítio* e *posição*, outro fator importante no processo de construção e desenvolvimento das cidades é a circulação. Através das vias de acesso provenientes da construção de ruas e estradas que uma cidade consegue se desenvolver economicamente, haja visto a facilidade de se sujeitos e mercadorias se deslocarem.

Dado esse fator, uma das posições mais importantes nos estudos de Geografia e Planejamento Urbano é a *posição de entroncamento*, também conhecida como *carrefour*, é nessa *posição* de convergência de vias que o desenvolvimento das cidades é favorecido, devido a locomoção de mercadorias e pessoas. É através da circulação que podemos entender a interação entre os bairros de uma cidade, a ligação com as cidades ao redor, e o traçado de

cada região alinhado aos usos distintos do espaço (George; 1969).

No que tange aos diferentes usos da terra, Corrêa (1995; 2004) aponta que a delimitação dos usos distintos em cada uma das áreas da cidade, está diretamente relacionada aos agentes sociais que a constroem. São esses agentes que atuam no direcionamento das áreas, com concentração de comércio como os centros, áreas industriais e residências, os agentes para o autor são definidos em: a) os donos dos meios de produção; b) os donos da terra e promotores imobiliários; c) o estado; e d) os grupos excluídos

Em relação aos donos das grandes indústrias, Corrêa (1995;2004) aponta que esses atores necessitam de terrenos espaçosos e baratos, equiparados aos aspectos locais favoráveis, como vias de circulação ou portos com amplo acesso ao mercado e a população. Quanto aos donos das terras, esses são os proprietários do terreno, os quais buscam obter maior renda, através de atividades mais rentáveis realizadas em suas propriedades, como as comerciais e residenciais de alto padrão. Com relação aos donos das terras, os promotores imobiliários, esses buscam realizar as operações de financiamento, venda e construção dos imóveis.

O Estado, por sua vez, age na regulamentação do uso do solo, exercendo funções como desapropriações, controle de preços e impostos, além da limitação dos espaços. Já os grupos sociais excluídos, dizem respeito aos sujeitos que não possuem renda para comprar ou alugar, sendo direcionados então para imóveis com menores valores ou conjuntos habitacionais que são fornecidos pelo Estado (CORRÊA, 1995;2004).

A partir da atuação desses atores é que podemos pensar nas funções e nas formas que ditam a organização do espaço urbano. Beaujeu Garnier (1997) classifica as funções em três grupos: enriquecimento, transmissão e responsabilidade. Para a autora, as funções de enriquecimento dizem respeito às funções que produzem os fluxos monetários, como indústrias, comércio, serviços financeiros e turismo.

Garnier (1997) aponta a indústria como uma das principais funções de desenvolvimento, pois ao longo da história ela foi um dos motores que fomentou a criação e desenvolvimento de cidades, além da sua ligação com outros setores como a construção, o lucro, o abastecimento e criação de vagas para trabalho nas indústrias. Ademais, somam-se às funções de enriquecimento o comércio, que assim como o setor industrial foi relevante ao longo da história na criação e desenvolvimento de cidades, assumindo diferentes funções como gerador de lucros, estimulando crescimento e enriquecimento de grupos privados, mas que mantém grande participação no poder econômico das cidades.

Outrossim, a função financeira é exercida pelos organismos bancários ou financeiros, possuindo relação direta com a monetização do capital. Acerca do turismo, as atividades

estão ligadas às cidades como um produto que busca a atração turística, e a exploração do produto através da comercialização. Como exemplo, pode-se pensar em uma cidade com foco na gastronomia, ou fatores alinhados ao clima e religiosos, como a peregrinação. O segundo grande grupo de funções são as de responsabilidade. Para a autora esses serviços são oferecidos para a população de uma cidade, como o ensino e a saúde. Em alguns casos os serviços podem ultrapassar os limites municipais, estendendo os atendimentos para outras áreas, dependendo do nível de especialização e dos serviços ofertados; na maior parte dos casos esses serviços são oferecidos pelas autoridades locais, contudo também podem ser realizados por entidades privadas.

Além disso, no último grande grupo aparecem as funções de transmissão, as quais buscam oferecer meios de transportes internos e que vão além das áreas centrais das cidades, atingindo também áreas periféricas. São esses meios de transmissão como o transporte que assegurem a acessibilidade da população e o uso de serviços e atuação nas funções, como as industriais e comerciais.

São essas funções que nos permitem analisar a estrutura interna das cidades, onde nas áreas centrais são encontradas as principais atividades comerciais, além do oferecimento de distintos tipos de serviços e dos centros de gestão pública ou privada. Pela grande presença dessas atividades há um intenso uso do solo nessas regiões, fator que eleva o preço dos imóveis e atua no processo de verticalização, com uma maior presença de prédios, um processo que muitas vezes destroem as construções antigas para priorizar espaços nos quais podem ser construídos prédios novos e maiores (Corrêa, 1995; 2004).

Para além das áreas centrais, temos também o processo de descentralização, que ocorre com o intuito de eliminar as deseconomias ocasionadas pela centralização, tendo como característica a ocupação de áreas não centrais, com preços baixos do terreno e uma maior facilidade de circulação. Nesse processo, as grandes indústrias conseguem desagrupar seus serviços, deslocando para áreas mais distantes das regiões centrais, gerando para as mesmas o benefício do menor custo da terra e uma maior proximidade do trabalhador.

Outro fator importante nesse processo é a segregação, onde diferentes grupos sociais são encontrados em distintas partes do território, sendo essas diferenças preponderantes por status socioeconômico, urbanização ou etnia. Para Caldeira (2011), a segregação pode ser observada especificamente de três formas, a primeira que perdurou até os anos de 1940 na cidade de São Paulo, por tipo de moradia, onde diferentes grupos ocupavam a mesma área urbana, mas que eram separados por moradias diferentes.

O segundo tipo de segregação, de acordo com Caldeira (2011), é a segregação centro-periferia, na qual os grupos sociais são separados não apenas pela distância social, mas também pela geográfica. Nesse padrão, as classes altas e médias se concentram nas áreas centrais da cidade, em áreas com melhores infraestruturas, enquanto as classes pobres permanecem em áreas periféricas, distantes e com menos oferta de serviços. Não menos relevante Caldeira (2011), acrescenta a segregação pelos enclaves fortificados, onde grupos sociais distintos podem até residir próximos, mas são separados por grandes muros e com uma alta segurança, reforçada principalmente pelo medo do crime.

É a partir do processo de estruturação do espaço urbano, que podemos discutir sobre a ocorrência da interiorização de unidades prisionais, ou seja, o deslocamento ou construção de estabelecimentos prisionais em áreas mais distantes da parte central das cidades. Entretanto, antes de compreender mais sobre o processo de interiorização das unidades prisionais, é relevante discutir como a prisão se tornou objeto de estudo da Geografia.

2.2 A prisão como objeto de estudo da Geografia: A geografia do Cárcere como campo de estudos

A história do pensamento geográfico destaca o quanto a Geografia é um campo de estudos plural, no que diz respeito a sua temática e abordagens de pesquisa. As diferentes correntes da geografia discutida por teóricos ao longo dos anos, e a diversidade de estudos com objetos distintos dentro dessas linhas demonstram o quanto o campo é múltiplo.

Inicialmente os estudos da Geografia mantinham uma abordagem focada nos trabalhos de cunho regionalista, com um aspecto descritivo, indutivo, o intuito principal dessas pesquisas era de descrever as paisagens e a interação natureza e homem. Essa corrente foi nomeada de Geografia clássica ou tradicional, com pesquisadores renomados e que até hoje são referências para os estudos da corrente tradicional, como Vidal de La Blache, e Hartshorne. Na busca pela unificação da Geografia com movimentos de cunho cientificista e tecnológico, surge então uma nova abordagem geográfica, a Geografia quantitativa e teórica, fortalecida ao longo dos anos de 1960, essa que focava em estudos que mantinham uma pesquisa quantitativa, sistêmica e especialista, fortalecendo o positivismo (Amorim, 2006).

Como frente crítica a essa Geografia os estudos da Geografia crítica se fundem a partir dos anos de 1970, buscando aprofundar os estudos no que diz respeito a uma formação sócio-espacial, dando ênfase as discussões sobre as crises socioeconômicas, energéticas e política, além dos problemas sociais como a segregação, pobreza e o uso seletivo do espaço geográfico. Outrossim, mais recente, se fortalece na Geografia os estudos da corrente humanista e cultural, os quais com orientações de cunho fenomenológico e existencial, buscam pelos estudos da percepção, cognição e representação dos lugares e paisagens, compreender as perspectivas individuais e intersubjetivas (Amorim, 2006).

Para Bosion (2020), foi a partir dos trabalhos de Henri Lefebvre que a Geografia conseguiu ir além dos estudos positivistas, dando ênfase aos estudos de uma Geografia humana, ou também chamada de crítica. Essa mudança também nomeada de virada ocorreu após Lefebvre apontar a partir das teorias marxistas que o espaço é um produto social. Dentro da Geografia humana os estudos seguiram novas perspectivas que atrelavam a dimensão social e o espaço natural, estudando o fenômeno geográfico a partir do espaço como resultado da atividade humana (Bosion, 2020).

Dentro das temáticas que estavam sendo estudadas na Geografia Humana surge a Geografia Prisional. Dominique Moran (2017), em seu trabalho *“Carceral Geography: Space and Practices of Incarceration”*, define a Geografia Prisional como o campo de estudos sobre a prisão a partir do ponto de vista espacial. Para Moran (2015) dentro dessa temática de estudos seria possível entender não apenas os espaços prisionais, mas também as relações sociais e espaciais a partir da prisão, o que chamamos de dentro e fora da prisão.

Essa perspectiva se ancora em trabalhos já realizados como os Philippe Combessie (1998), no qual o autor discute os perímetros da prisão, nos estudos de Mallart; Cunha (2019) e Godoi (2015;2019) sobre as relações constituídas entre as prisões e os bairros que estão localizadas. Para Moran (2015), os estudos dentro da Geografia Prisional incluem temáticas que vão desde as diferentes estratégias de controle social, os sistemas de justiça e a atuação especificamente sobre a população pobre; fatores que podem ser justificados pela crescente expansão da população penitenciária e das sentenças judiciárias.

Moran (2015) destaca que a Geografia Prisional trabalha com uma perspectiva multiescalar, na macro escala estuda-se os contextos estruturais, enquanto na microescala os estudos focam nos espaços prisionais e no contexto da vida cotidiana. Para isso, as

pesquisas seguem três temáticas distintas na Geografia Prisional, mas que estão interligadas sendo: os espaços da prisão, o impacto prisional e a prisão como uma política em expansão.

O primeiro grupo temático diz respeito aos espaços da prisão e das dinâmicas que ocorrem dentro desses espaços. O foco dos trabalhos que são produzidos nesta linha diz respeito a discutir o espaço da prisão a partir de uma perspectiva de Foucault, colocando em contraste a ideia de docilização dos corpos e de como esses espaços são produzidos e reproduzidos pelos sujeitos que ali estão, a partir dos significados próprios que eles constroem na relação com aquele espaço, observando o espaço prisional como espaço construído e vivido (Moran, 2017).

A segunda temática que a autora discorre, diz respeito a Geografia espacial da prisão. Dentro dessa linha centram os estudos sobre os impactos das instalações prisionais nos bairros e em áreas urbanas e rurais, para os pesquisadores dessa temática as prisões não são apenas instituições em que os sujeitos estão confinados isolados do externo, entende-se justamente o contrário, de que há uma porosidade nesses espaços.

Para além da porosidade da instituição prisão, Moran (2017) discorre que as prisões impactam e atuam não apenas para os prisioneiros que estão encarcerados, mas também atuam na vida da comunidade ao seu redor e para aqueles que visitam esses espaços. Portanto, essa temática discute não apenas o dentro e fora da prisão, mas também aspectos como mobilidade, afeto e incorporação dessa instituição (Moran, 2017).

Ademais, a terceira linha temática compreende a prisão como uma construção social relacionada a políticas públicas do cárcere e expansão do sistema de justiça. A partir do ideal de um Estado punitivo, atrelado a relação do hiperencarceramento de um público específico. Essa lógica do hiperencarceramento atua na relação das prisões e com metrópole a partir do contexto de aumento da população carcerária, alinhado a uma política punitiva de combate à marginalidade urbana.

Soma-se na temática estudos, que buscam compreender os papéis que a prisão cumpre a partir da sua funcionalidade, da arquitetura e do pós-prisão, a partir dos estudos de locais que não são vistos mais como próprios para encarceramento, mas que ainda comunicam através da sua arquitetura sobre o propósito da prisão tendo sido conservado ou deixado em decomposição (Moran, 2017).

Em uma revisão sobre a obra de Moran (2017), Bosion (2020) comenta que uma das lacunas é a ausência da referência de pesquisadores de outras regiões, como da América do Sul e regiões não pertencentes ao Norte Global. Para o autor, a ausência de trabalho de pesquisadores do Sul Global é um obstáculo no processo de fortificação da Geografia Prisional como uma nova disciplina. Em vista disso, a próxima seção se esforça em discutir alguns estudos de pesquisadores brasileiros, que trabalham com o campo da prisão dentro das diferentes correntes do pensamento geográfico.

2.3 Os estudos sobre o cárcere na Geografia Brasileira

Os trabalhos produzidos nos programas de pós-graduação em Geografia do Brasil que operam com a prisão ou o sistema prisional como objeto de estudo, se distribuem entre as diferentes correntes da Geografia como a crítica, cultural e humanística. As pesquisas se ancoram nos métodos materialismo histórico-dialético na Geografia crítica, e Fenomenologia na Geografia cultural e humanística.

Ao iniciar nossa discussão pela Geografia crítica, observa-se que as produções acadêmicas brasileiras se baseiam em estudos que discutem o uso do espaço geográfico pelo sistema prisional. Essa utilização do território é respaldada na produção do espaço e nas relações do capitalismo, que reproduzem a desigualdade socioeconômica. Para corroborar com o exposto, os pesquisadores que apresentam trabalhos dentro dessa corrente e serão discutidos aqui são: Zomighani (2013); Natale (2019) e Baima (2021).

Zomighani (2013), assinala que a Geografia compreende como categoria de estudo o espaço geográfico, visto isso para o autor, um estudo geográfico sobre as prisões deve abordar o uso do território pelo sistema prisional. O pesquisador destaca que as dinâmicas observadas no espaço geográfico ao longo da história produziram e produzem diferentes paisagens de desigualdade, algumas exibidas em formas materiais e simbólicas, como o sistema prisional.

Para Zomighani (2013), a prisão é o produto das desigualdades herdadas do passado e que são reproduzidas na contemporaneidade, não obstante também agem para ampliar as discrepâncias socioeconômicas. A hipótese defendida pelo autor é de que há um uso seletivo do espaço geográfico comandado por forças hegemônicas e pelo Estado, os quais ampliam as desigualdades espaciais por meio de projetos, políticas e ações.

Essas dessemelhanças são aumentadas através do uso seletivo do território pelo sistema penal e prisional. Fato comprovado pelas ações da polícia na periferia, e pela expansão do sistema prisional direcionados a municípios pequenos e do interior, uma modificação na localização das prisões através de um uso estratégico e seletivo do espaço.

Na mesma linha de pesquisa, o estudo de Natale (2019) alega que para além da interiorização dos presídios em municípios menores, os estabelecimentos prisionais também estão sendo direcionados cada vez mais para as periferias das metrópoles. O autor discorre que um alto número dos estabelecimentos penais está localizado entre a capital e as cidades do entorno, além da proximidade com rodovias afastadas das áreas urbanas.

Natale (2019) salienta que as prisões são direcionadas para longe dos centros e ganham uma maior centralidade na organização social. A hipótese defendida pelo autor é de que alinhado ao fenômeno da interiorização dos presídios em São Paulo, a metrópole também começa a ser acionada com o intuito de auxiliar no aumento do encarceramento em massa que acomete o país.

No que lhe concerne, Baima (2021) examinou o processo de expansão do Sistema Penitenciário do Maranhão, com ênfase na regionalização do sistema penitenciário no estado. Para o pesquisador, o governo do Maranhão adotou uma política de estruturação das penitenciárias, em que escolheu áreas específicas do território para instalar os fixos (prisões), ocasionando uma regionalização do território com o auxílio do campo jurídico.

Baima (2021) destaca que o governo do Maranhão em sua política de expansão do sistema penitenciário escolheu cidades consideradas pequenas e pobres, para afastar as prisões, das áreas mais abastadas, como os centros, colocando essas instituições em áreas de menor relevância no que tange a hierarquia urbana.

Para além dos estudos da prisão e sua presença no território, outras produções acadêmicas brasileiras no campo da Geografia se debruçam sobre a instituição. É o caso dos estudos que se articulam dentro da temática da Geografia cultural, como os de Souza (1999); Arruda (2004;2014); e Diniz et al (2023), pesquisadores que entendem a prisão como um território, com territorialidades distintas delimitadas pelos atores que ali estão.

Em sua pesquisa Souza (1999) expõe que a prisão é um espaço onde podemos ver materializadas as injustiças sociais, a partir das estruturas de domínio e exclusão respaldadas pela lógica do capitalismo. É nesse ambiente que os sujeitos constroem relações entre eles e com o espaço, essas relações quando vistas a partir de uma lógica de poder aparecem com funções e formas específicas no que a Geografia denomina como território.

Nesse território prisional, podem ser notadas as relações estabelecidas entre os detentos e também os agentes. São nessas relações que se observam as territorialidades desses grupos, como os códigos e as formas de comportamento social, territorialidades que podem ocasionar em surgimento de disputas, rompimento e surgimento de novos grupos.

O autor discorre que na prisão podemos observar quatro tipos de espaços, delimitados pela forma e função. O primeiro, de acordo com Souza (1999), é o espaço destinado aos funcionários da administração da prisão, são nesses espaços que são tomadas as decisões, por sua importância o autor nomeia esse espaço como a cabeça do corpo-prisão. O segundo espaço que Souza (1999) delimita é o de circulação interna, sendo exemplificados pelos corredores, rampas e caminhos de acesso que fazem a ligação entre os distintos espaços da prisão.

O terceiro é denominado espaço do controle, no qual se observa o peso do projeto arquitetônico da prisão. São nesses espaços onde são realizadas as atividades de controle e vigilância do espaço, o qual é restrito a um determinado grupo de agentes que exercem a função. Ademais, Souza (1999) identifica o último espaço como o cárcere, a cela em que o detento cumpre sua pena, sendo esse espaço carregado de sentimentos e significados para o próprio sujeito que ali vivencia o cotidiano.

Souza (1999) discorre que a prisão possui uma lógica própria, com territorialidades distintas e com uma rotina e organização do espaço singular para cada grupo e sujeito que ali está rotineiramente. Na mesma linha de pesquisa, estudando a prisão como um território, os estudos de Arruda (2004; 2015) buscam compreender as territorialidades dentro das prisões, e como a vida dentro da instituição reflete em situações para sujeitos fora do muro prisional, como a família dos detentos.

Para Arruda (2004; 2015), a lógica do hiperencarceramento ocasiona modos de comportamento e criação de disputas de poder entre os detentos. Como exemplo o autor aponta a luta pela cela, oriunda da necessidade de espaço, a qual muitas das vezes envolve os familiares a partir de cobranças de cunho financeiro por parte dos detentos, haja visto que para conseguir uma área dentro da cela é necessário pagar.

É a partir dessa lógica de disputa que as celas atuam no contexto do pavilhão, suscitando a formação de territórios disputado por distintos grupos que territorializam esses espaços, a partir de acordo com lógicas próprias de ações e comportamentos. Essas condutas

envolvem não apenas os detentos e agentes, mas também extrapolam os limites físicos da prisão, alcançando familiares e afetando a vida do preso fora do sistema prisional.

Na mesma vertente, o trabalho de Diniz et al (2023) busca compreender como é construída a chamada Geografia carcerária no Complexo Penitenciário Nelson Hungria. Na pesquisa, os autores discorrem que há uma lacuna nos estudos brasileiros acerca do cárcere e a questão territorial, sendo a Geografia prisional mais fortalecida no contexto internacional, assim como discutido na seção anterior, mas que vêm sendo construída no cenário brasileiro.

Como território de estudo, a PNH, para Diniz et al (2023), apresenta diferentes microterritorialidades, as quais são frutos das relações de poder entre os presos, agentes e gestores. Os autores ancorados em Souza (1999) apontam que dentro da PNH existem três territórios delimitados sendo: a administração da prisão, circulação interna e o controle. Em cada um desses espaços os sujeitos apresentam estratégias de comando e mecanismos para lidar com cada pavilhão e pessoas que ali circulam.

Outrossim, soma aos estudos de Geografia e prisão trabalhos pertencentes a corrente da Geografia humanística, como a pesquisa de Alves (2017). No estudo a pesquisadora busca compreender a partir do recorte de gênero, como as mulheres detidas em uma penitenciária de Rondônia percebiam e representavam o espaço carcerário, através dos aspectos sociais, de gênero e dos desejos da vida fora da prisão.

A autora utiliza como método para coleta de dados a construção de mapas mentais pelas próprias entrevistadas para compreender a relação com a prisão. A partir dos resultados, a pesquisa de Alves (2017) aponta que essas mulheres se sentem invisibilizadas, haja visto que o espaço prisional não foi projetado pensando em mulheres, além da ausência de políticas públicas que as contemplem.

Moreira (2020) caminha na mesma direção do estudo de Alves (2017), a autora apresenta uma discussão sobre a espacialidade carcerária de mulheres em um presídio de Rondônia. A pesquisa buscou observar como essas mulheres se percebiam dentro da prisão a partir da relação de gênero e compreender a organização espacial no presídio pelas detentas. Moreira (2020) discorre como apontamento da pesquisa, que as dificuldades enfrentadas dentro do cárcere, fomentaram a construção de relações de ajuda, afeto e respeito entre essas mulheres, concluindo que há uma invisibilização das mulheres privadas de liberdade diante das políticas de segurança pública.

A partir da revisão dos estudos da Geografia do cárcere brasileira, esta dissertação segue os caminhos teóricos e metodológicos da Geografia crítica. Diante do exposto, na próxima seção será discutido teoricamente sobre os estudos que buscaram analisar os impactos das prisões inseridas em bairros ou municípios, a partir de uma lógica de uso seletivo do espaço geográfico.

2.4 O Impacto Da Construção de Presídios

O aumento do encarceramento despertou um amplo campo de estudos não apenas para as Ciências Sociais, mas também para a Geografia. Alinhado aos estudos da superpopulação carcerária, surgiram também, mas em um número menor, pesquisas que buscam compreender quais os impactos da construção dos presídios para municípios e comunidades locais.

A pesquisa de Hooks et al (2004), reforça a discussão de que o aumento do encarceramento nos Estados Unidos da América a partir dos anos de 1970, mobilizou pesquisas de diferentes áreas, contudo pouco se debatia sobre a consequência dessa expansão penitenciária para comunidades locais. Os autores argumentam que a prática de apresentar a prisão como alternativa para o desenvolvimento econômico local, era difundida pelo estado e empresas, uma estratégia que colocou os municípios em competição para atrair a construção de novas prisões.

Na pesquisa de Hooks et al (2004), os autores utilizam como categoria de análise espacial o condado, uma escolha baseada na estratégia de que a unidade inclui áreas rurais, metropolitanas e não metropolitanas. Ademais, o condado também foi escolhido como unidade de análise por ser menor que os estados, e menos propensos a obscurecer diferenças e perda de informações. Os autores utilizaram informações do departamento de justiça dos EUA, que reuniram dados das prisões construídas nos períodos de 1969 a 1994; tendo, também, utilizado dados de emprego público, privado e total, fornecidos pelo sistema regional de informações econômicas para cada ano.

A partir da análise realizada pelos autores, os dados demonstraram que o ritmo de construção dos presídios foi mais rápido em municípios não urbanos do que em urbanos. Foi possível observar também que os condados com prisão recém-construída cresceram em um

ritmo mais lento. Não sendo encontradas evidências de que as prisões ajudaram a reduzir a taxa de desemprego ou aumentar a renda média familiar.

Em um novo trabalho, Hooks et al (2010) persiste na decisão de refutar a ideia de que as prisões atuam como beneficiárias econômicas para comunidades locais. Os autores realizaram uma pesquisa onde avaliaram o impacto das prisões nos condados dos EUA, entre 1976 e 2004. O trabalho buscou delimitar a existência de uma prisão no condado anteriormente ao período estudado, ou se havia sido construída recentemente.

Os pesquisadores destacaram que nas análises não foram encontradas relações significativas entre a presença das prisões e o crescimento de emprego em regiões de condados metropolitanos, contudo foram observadas variações em condados não metropolitanos. Desse modo, a pesquisa concluiu que a construção de prisões impedia o crescimento econômico de condados rurais, principalmente aqueles que obtinham baixos níveis de escolaridade, os quais buscavam nas prisões uma alternativa para o crescimento econômico, destinando recursos que já eram escassos, para conseguirem captar licitações de prisões em seus territórios.

Em mais uma pesquisa sobre o impacto econômico da prisão em áreas rurais, Glasmeier; Farrigan (2007) apontaram que o crescimento explosivo das prisões fez comunidades rurais pobres disputarem licitações com outras cidades para conseguirem a instalação de prisões. Como modo de oferecerem incentivos para ganhar essas licitações, os governos locais ofereciam subsídios para a construção de estradas e redes de esgotos, além de terrenos gratuitos.

Desse modo, a construção das prisões beneficiou algumas cidades com empregos e a presença de novos residentes, entretanto isso não significou que houve um desenvolvimento econômico. Após realizarem uma análise do impacto das prisões construídas em condados rurais entre os anos de 1985 e 1995, os autores concluíram que os impactos econômicos das prisões em áreas rurais pobres foram limitados, para Glasmeier; Farrigan (2007) os possíveis impactos encontrados poderiam ser atribuídos a estrutura espacial, do que a existência de uma nova prisão no rural.

Para além dos impactos econômicos, Maxim; Plecas (1983) analisaram as principais preocupações de moradores em áreas com prisões. Os autores identificaram que as aflições

estavam relacionadas a quatro grandes grupos, como a segurança da família, qualidade de vida, valor da vizinhança e possíveis instabilidades no bairro.

Para Maxim; Plecas (1983) é necessário pontuar que a expansão carcerária, motivou comunidades locais a se organizarem para não aceitarem unidades prisionais em seus bairros, haja visto os possíveis impactos. Diante dessa resistência, os governos e empresários locais precisaram investir no discurso de que as prisões iriam proporcionar empregos e desenvolvimento econômico local.

A partir da análise da percepção da comunidade os autores elencaram três aspectos de vulnerabilidade alinhados com a preocupação pela presença das prisões, como a vulnerabilidade da população por alguma experiência de violência ou com o crime no passado, a proximidade geográfica, entre as casas e as instituições prisionais e as características físicas e sociais dos sujeitos. Os resultados encontrados por Maxim; Plecas (1983) apontaram que a presença de ex-detentos no bairro, familiares de presos e a visão da prisão geravam sentimentos nos entrevistados de insegurança, diante disso esses pontos foram inseridos no grupo de segurança familiar, devido a fatores relacionados a preocupação com a presença das prisões..

Outrossim, no grupo da qualidade de vida foram incluídos relatos de restrições de circulação, barulhos e as luzes da prisão. Como integrantes do grupo de impacto no mercado imobiliário foram inseridos discursos de que as prisões afetavam os preços da terra e gerava o desejo de migrar na população que ali residia. O último grupo de análise, apontou que a instabilidade do bairro a partir da criação das prisões era um problema, haja visto a constante presença de estranhos circulando pelos locais. Os resultados também apontaram que os jovens e os mais instruídos eram as pessoas que mais se opunham à criação das prisões.

No que tange aos estudos sobre o impacto das prisões no Brasil, Godoi (2015) discorre que a construção de uma unidade gera debates com argumentos favoráveis e contrários. Como ponto favorável estão a dinamização da economia local, a geração de empregos e aumento do recolhimento de impostos, além das melhorias nos serviços públicos, na infraestrutura e o aumento de investimentos públicos e da população residente.

Por outro lado, os argumentos contrários se referem ao aumento da criminalidade no município, além do ponto de que a prisão não gera desenvolvimento local, pois busca bens, serviços e mão de obra em locais distantes. Outrossim, a construção da prisão emprega os

moradores locais em serviços desqualificados, deprecia o valor da terra e dos imóveis, ocasionando em um aumento das demandas sociais devido a presença de presos e familiares.

Godoi (2015) destaca que a consolidação das prisões ocorreu juntamente com a expansão do agronegócio. Contudo na primeira metade dos anos 2000 os efeitos do agro não estavam estabilizados e muitos municípios do interior ainda sofriam com desemprego e pobreza. Em vista disso, os municípios viram que a construção das penitenciárias seria uma alternativa econômica para o seu desenvolvimento.

De acordo com Godoi (2015), a construção de penitenciárias no interior era uma alternativa na busca da geração de empregos, como na construção, além da presença do funcionalismo público e o incremento no setor de serviços. Outro ponto de destaque para os municípios era a arrecadação no FPM, que é repartida de acordo com faixas populacionais, portanto nas cidades pequenas a população carcerária amplia essa fração.

O autor discursa que a instalação da penitenciária era vista pela comunidade local de forma negativa a partir do aumento da criminalidade, violência e perturbação interiorana, o que levou a população a organizar abaixo assinado e manifestações contra a construção de unidades. Para Godoi (2015), o impacto inicial foi na construção, onde a população acreditava na demanda de empregos, mas as regras de contratação e do funcionalismo público, com o contrato a partir de concursos, não gerou empregos da maneira que era almejada.

Outro ponto a ser destacado era a esperança de que os trabalhadores das prisões fossem morar nas redondezas dos municípios, gastando o dinheiro fora e não fortalecendo o comércio local. Por outro lado, houve um aumento da demanda dos serviços públicos de saúde pela população carcerária, o qual refletiu em uma ausência de médicos para todos e da falta de estrutura física nos estabelecimentos hospitalares.

Outrossim, o autor aponta que algo muito relatado pela população local foi o aumento da criminalidade em decorrência da presença da prisão. Entretanto há uma dificuldade de mensuração desses índices criminais com o período de tempo que a unidade foi construída. Godoi (2015) discorre que há um aumento do medo do crime, sendo notório principalmente nos finais de semana, devido aos dias de visita e o aumento da circulação policial.

Nessa vertente, Citelli (2018) identifica que há uma separação entre grupos nos bairros em que existe prisão, onde a polarização é formada, de um lado, pelos moradores que se intitulam como pertencentes e, de outro, os familiares que aparecem no final de semana.

Ao longo da pesquisa a autora observou que os moradores prezam por manter a separação, criticando a oferta de eventos e serviços públicos aos finais de semana, os quais poderiam beneficiar outras pessoas além dos moradores locais, além de reclamações do uso de espaços destinados para carros e barracas. Ademais, para além da presença dos familiares dos presos, os entrevistados relataram que o problema maior não era a penitenciária, mas sim seu entorno, onde se encontram vilas e conjuntos habitacionais formados por familiares de presos.

Na mesma direção, Sabaini (2012) destaca que para os moradores de Itirapina a presença da penitenciária trouxe benefícios e malefícios para a comunidade local. Como benefícios os entrevistados apontam sobre os cargos de agentes. De acordo com o autor, ao longo da pesquisa foi possível encontrar na mesma família gerações diferentes de agentes penitenciários, como pais e filhos que exerceram a mesma profissão. A função apresenta um prestígio para a comunidade local, onde até mesmo os moradores mais jovens demonstram interesse em seguir a carreira na área.

Como ponto negativo, os moradores destacaram o aumento do tráfico e consumo de drogas na região, além do excesso de familiares de presos aos finais de semana, fator que altera a programação dos moradores e familiares dos agentes. Como exemplo Sabaini (2012) cita a presença de um único supermercado na cidade, o qual é frequentado aos finais de semana pelas visitas dos detentos, por esse motivo há um posicionamento da população local de evitar frequentar o estabelecimento no horário e dia em que sabem que haverá visita nas penitenciárias da cidade, para evitarem encontrar os familiares dos detentos.

Os trabalhos discutidos neste capítulo seguiram na direção de compreender o quanto o espaço é uma variável importante no estudo dos processos de interiorização dos estabelecimentos prisionais e seus impactos. A vinculação da literatura que discute sobre o urbano e uso do espaço, aliado ao entendimento da prisão como objeto de estudo geográfico ressalta a importância de se compreender quais os impactos desse processo no espaço. Diante disso, o capítulo a seguir discutirá minuciosamente sobre os caminhos percorridos para a realização da pesquisa.

3. METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa, parte-se de uma abordagem dedutiva, com a utilização dos métodos mistos de análise, combinando-se estratégias de coleta e análise de dados primários e

secundários, aplicando-se técnicas qualitativas e quantitativas de análise, além da utilização do estudo de caso como procedimento de investigação.

A opção pelo estudo de caso veio através da escala de análise do fenômeno em questão, que nos possibilita observar características importantes acerca do nosso objeto, dada a questão de pesquisa (Souza, 2020). A estratégia do estudo de caso se relaciona também com o tempo e a forma de adquirir informações, que abrange diferentes procedimentos de coleta (Creswell 2010). O método do estudo de caso também revela que o evento estudado engloba condições que podem ser notadas no seu contexto, sendo em alguns casos difícil dissociar o evento do contexto. Logo, faz-se necessária uma análise em conjunto e não fragmentada, a qual permite uma visão completa do fenômeno estudado (Yin, 2015).

Essa complexidade para definição de limites claros entre o fenômeno e o contexto, aponta para uma maior necessidade de trabalhos de campo, os quais buscam aproximar o pesquisador do evento que analisa, além de uma observação do passado, realizada por documentos e acervos históricos (Yin, 2015). As estratégias de coleta de dados qualitativos como a observação em campo e pesquisas documentais são importantes para buscar as descrições e registros atuais e históricos do objeto estudado, porém em fenômenos estudados em uma escala temporal abrangente, a diversificação da coleta entre ferramentas qualitativas e quantitativas, pelo uso de métodos mistos pode ser mais favorável para a análise.

Para Creswell (2010), a pesquisa com métodos mistos é uma abordagem que combina estratégias qualitativas e quantitativas, envolvendo as duas abordagens em conjunto, de modo que os usos conjuntos entre ambas juntas fortalecem o estudo de uma maneira que não seria possível em pesquisas isoladas de cunho qualitativo ou quantitativo. O autor também destaca que na abordagem de métodos mistos existem três estratégias com variações na coleta e análise, como os métodos mistos sequenciais, onde o pesquisador busca expandir seus resultados encontrados pela metodologia quantitativa com os da qualitativa, ou vice-versa, para que os resultados possam ser generalizados para uma população (Creswell, 2010).

Nos métodos concomitantes, o pesquisador irá misturar os dados quantitativa e qualitativa para conseguir analisar o fenômeno de uma maneira mais abrangente, coletando os dois tipos de dados ao mesmo tempo e integrando essas informações na sua análise de resultados. Já na estratégia transformativa, o pesquisador utilizará um enfoque teórico específico para guiar sua coleta de dados de acordo com as abordagens (Creswell, 2010).

Diante disso, esta pesquisa utilizará a estratégia dos métodos sequenciais, partindo da coleta de dados secundários como os dados quantitativos do Departamento Penitenciário Nacional de 2023, seguindo com ferramentas qualitativas como pesquisas documentais em acervos de jornais e revistas, sobre o estado de MG e do município de Contagem, alinhado á análise do uso e ocupação do solo, da área que será delimitada para a realização do estudo.

Silva e Mendes (2009) destacam que a pesquisa documental pode trazer importantes contribuições para a investigação, pois, além de auxiliar na compreensão dos fatos, são produzidas a partir de um contexto histórico e socioeconômico, que mesmo apesar do tempo, e que apesar de mudanças ao longo do tempo, podem favorecer o contexto e o que sabemos sobre ele. De acordo com as autoras a pesquisa pode conter materiais como jornais, revistas, relatórios, além de elementos como imagens, dados estatísticos entre outros.

Para complementar os dados coletados, foram realizadas observações em campo, para buscar uma aproximação com a população local e conhecimento da área estudada. As observações em campo ou levantamento empírico, são chamados na Geografia de trabalhos de campo, uma estratégia de coleta de dados que é vista como uma potencialidade para ampliar as nossas investigações a respeito do momento que é estudado (Santos, 1999).

Ademais, como forma de ouvir o que a população e os representantes presentes no local de estudo têm a dizer, realizamos, também, entrevistas semiestruturadas. Haguette (1999) define entrevista como a interação entre duas pessoas, a primeira sendo o entrevistador, que tem como objetivo obter informações da outra parte; e o entrevistado. Essas informações serão coletadas por um roteiro previamente elaborado.

A entrevista semiestruturada é um modelo que mescla perguntas abertas e fechadas ao qual, mesmo com a existência de um roteiro pré-definido, o pesquisador pode acrescentar outras questões com o intuito de que o seu entrevistado discorra mais sobre o assunto tratado, ou, então, que volte à temática abordada na entrevista, caso tenha desviado do tema ou não queria e saiba responder (Boni; Quaresma, 2005).

É necessário salientar que todos os métodos para a coleta e análise dos dados serão descritos com maior detalhe na seção posterior, haja visto a necessidade de uma análise multiescalar do evento estudado. Para os estudos da Geografia, a escala geográfica é um fator de extrema importância para entender o fenômeno analisado. A escala é a estratégia da apreensão da realidade, é à medida que escolhemos para visualizar um fenômeno no espaço a partir dos recortes, feitos para atender a dimensão do fenômeno estudado (Castro, 2014).

Considerando a interiorização como fenômeno a ser analisado nesta pesquisa e que acontece em diferentes escalas, isso justifica a estruturação do estudo em três escalas de análise distintas: a macro, na qual discutimos a interiorização dos presídios no estado de Minas Gerais; a meso, para o estudo do fenômeno a partir da Região Metropolitana de Belo Horizonte; e, por conseguinte, a escala micro (local), a fim de analisar as transformações socioespaciais decorrentes da instalação da PNH em Nova Contagem no entorno da unidade prisional.

Nas discussões sobre escala, assim como apontado por Castro (2014), não trazem consigo uma hierarquia, apenas pontos de vista e peculiaridades passíveis de serem captadas em cada um dos recortes espaciais trabalhados. Como exemplo, neste trabalho, a interiorização no estado de Minas Gerais (macroescala) não é menos complexa do que a interiorização em Nova Contagem (microlocal). Na seção a seguir serão detalhados como o fenômeno em questão, a interiorização das unidades prisionais, será trabalhado nas escalas de análise: macro, meso e micro.

3.1A escala macrorregional

A escala macro apresenta como foco de estudo o processo de interiorização dos presídios no estado de Minas Gerais. A análise se debruça a partir da distribuição espacial aliada à data de criação das 229 unidades prisionais presentes no estado de Minas Gerais. Para a análise cartográfica, os seguintes procedimentos foram seguidos: coleta da listagem das unidades penitenciárias; georreferenciamento das unidades; tratamento dos dados, e, por fim, confecção dos mapas.

Inicialmente, os dados foram coletados na base de dados do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen), disponibilizada no site da organização por meio de um levantamento realizado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) referente aos meses de janeiro a junho de 2023. Nesse banco de dados são disponibilizadas informações como endereço das unidades, telefones, capacidade de abrigados, população total e demais aspectos acerca das penitenciárias.

Diante do vasto número de unidades e informações foi realizada uma filtragem, na qual foram selecionadas apenas as unidades presentes no estado de Minas Gerais. Após a realização desse procedimento, foram encontrados 229 estabelecimentos prisionais, sendo o estado que mais possui estabelecimentos penais no país, os quais foram distribuídos por classificação conforme explicitado no Quadro 1.

Quadro 1: Classificação das unidades penitenciárias

Classificação do Estabelecimento	Quantidade
----------------------------------	------------

Penitenciárias	20
Presídios	148
Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APACS)	45
Hospital de Custódia	1
Unidade de Monitoramento Eletrônico	1
Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade	1
Centro de Ressocialização e Pré-Soltura de Ribeirão das Neves	1
Centro de Apoio Médico e Pericial de Ribeirão das Neves I	1
Casa de Custódia do Policial Penal e Agente de Segurança	1
Casa do Albergado	2
Complexo Público Privado	3
Centro de Remanejamento	5

Fonte: Sisdepen (2023). Elaborado pela autora (2023)

Nesta dissertação, para fins metodológicos, não se estabeleceu uma separação das unidades quanto às categorias da pena. Dessa forma, para a análise espacial todos os 229 estabelecimentos foram nomeados como unidades prisionais. Porém, expôr uma especificação de cada uma das 12 unidades apresentadas em MG no Quadro 1, fez-se necessário, de forma a subsidiar a compreensão de como o aumento da população carcerária moldou a dinâmica dos estabelecimentos prisionais em Minas Gerais.

A Lei de Execução Penal de 11 de Julho de 1984 classifica os estabelecimentos prisionais a partir do seu objetivo. Inicialmente os sujeitos detidos são direcionados aos centros de remanejamento (CERESP), as quais aguardam até a sua transferência para os presídios, criados como formas de substituição da manutenção de presos em cadeias públicas, enquanto esperam pelo julgamento.

Após serem julgados e condenados a cumprirem suas penas em regimes fechados ou semiabertos, os detentos são transferidos para as penitenciárias. Com a progressão da pena, o custodiado passa do regime fechado ou semiaberto para o regime aberto; alguns com limitação de saída aos finais de semana, os quais são direcionados às casas do albergado, e outros com uso de tornozeleiras eletrônicas, que realizam acompanhamento através da Unidade de Monitoramento Eletrônico.

O crescimento da população carcerária demonstrou a necessidade de políticas e

unidades que atendessem a públicos específicos, como os hospitais de custódia que recebem reclusos com questões ligadas à saúde mental e considerados inimputáveis e semi-imputáveis. Outro estabelecimento importante nesse contexto é o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, criado com o objetivo de garantir os direitos relativos à saúde das mulheres e seus filhos, instaurado pela Lei nº 11.942 de 2009 (Chaves, Araújo, 2021).

Integra a lista a casa de custódia do policial penal e agente de segurança do sistema socioeducativo, inaugurada em fevereiro de 2022, no município de Matozinhos, com o objetivo de abrigar os policiais e agentes que aguardam julgamento ou estão em cumprimento de pena (Brasil, 2023).

Outro importante grupo de instituições é formado pelas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACS), criadas a partir da união entre instituições religiosas, organizações não governamentais (ONGS), sociedade civil e cooperação dos próprios presos. As APACS, diferentemente do contexto interno das outras unidades prisionais, não possuem guardas, sendo os próprios presos os responsáveis pela realização das tarefas de vigilância, disciplina e segurança, enquanto são dirigidos pelos representantes das ONGS (Oliveira, 2013).

O estado de Minas Gerais conta também com o centro de ressocialização e pré-soltura de Ribeirão das Neves, destinado a presos do regime semiaberto e com alto número de reclusos em atividades laborais. Ademais, o estado foi pioneiro no país na criação dos complexos penitenciários público-privados, que buscam uma parceria entre poder público e as empresas privadas no estado de Minas Gerais na gestão das unidades prisionais.

A partir desse contexto acerca do sistema prisional no estado de MG, cada uma dessas 229 unidades de diferentes tipos foi georreferenciada de acordo com os endereços disponibilizados na base, com auxílio do software Google Earth. É importante destacar que ao longo do georreferenciamento foi comum não encontrar as unidades a partir dos endereços disponibilizados. Essas alterações podem ter ocorrido em virtude das reformas pelas quais as unidades do estado de MG foram submetidas, por isso, fez-se necessária a delimitação do período janeiro-junho de 2023 como demarcador, pois podem ter ocorrido novas mudanças após esse período.

Diante da não visualização da unidade no endereço disponível na base, utilizou-se a busca visual através do Google Maps e Google Earth para a localização desses

estabelecimentos, os quais, principalmente em municípios do interior de MG, estavam localizados próximos ou até mesmo no próprio prédio das delegacias de polícia civil das respectivas cidades.

Após o georreferenciamento, os dados foram convertidos em shapefiles e agregou-se a variável data de criação das penitenciárias, haja visto que para a cartografia é importante entender as mudanças nos aspectos espaciais e temporais. Para essas análises, foi utilizado o software Qgis na confecção dos mapas, seguindo as abordagens propostas pela Semiologia Gráfica, como o princípio da ordem, na qual foram usadas cores claras para os presídios mais antigos e cores escuras para os mais recentes.

O estado de MG possui um extenso número de unidades prisionais. Para facilitar a visualização do fenômeno e sua comparação no tempo e espaço, os presídios foram classificados e divididos em dez classes. As representações foram construídas sobre a definição de mapas que analisam mudanças espaciais a partir da sucessão de intervalos (Martinelli, 2005).

Martinelli (2005) destaca que o método da coleção de mapas associado aos mapas de cada período torna fácil a interpretação do fenômeno, haja visto a fácil memorização para realizar comparações, além de ser uma possibilidade de mudanças de acordo com os anos. A escolha se respalda, também, no ensejo de observar cartograficamente os pontos da literatura, acerca da intensificação do fenômeno da criação e interiorização dos presídios no estado de MG, a partir dos anos 2000 (Sapori, 2007; Araújo, 2020; Cruz, 2010. Ribeiro, 2004).

3.2A escala mesorregional

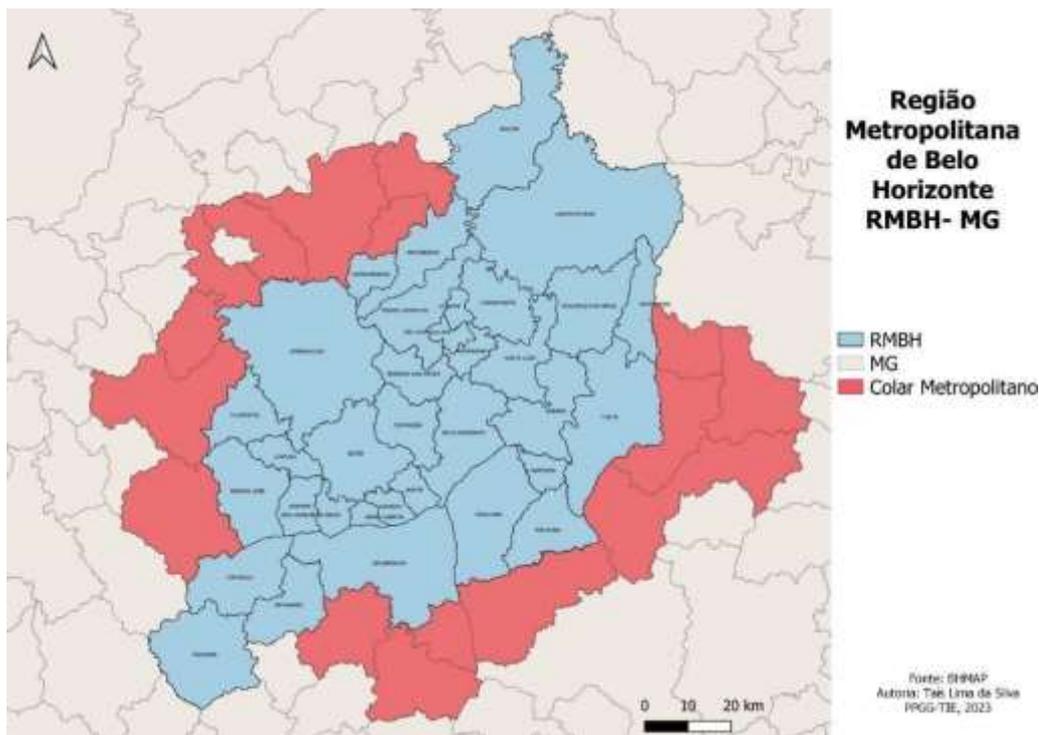
Na escala metropolitana, buscamos realizar uma discussão em maior profundidade, analisando a expansão das unidades prisionais na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), e o perfil dos detentos que estão presentes em diferentes estabelecimentos penais nos municípios que integram a RMBH.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) se estabeleceu em 1973, por influência do aumento das cidades na qual as delimitações espaciais dos municípios se aproximavam da capital. Outrossim, a concentração das atividades industriais e comerciais em determinadas localidades elevou o custo do solo, ocasionando em uma

busca por moradias de baixo custo em municípios mais distantes daqueles que estão os postos de trabalho, gerando, assim, uma intensificação da mobilidade dos trabalhadores entre residência e trabalho (Faria; Diniz, 2020; Andrade; Mendonça, 2010).

Inicialmente, a RMBH agregava 14 municípios: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão Das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. Porém, com a emancipação de distritos e a expansão horizontal, foram incluídos, conforme apresentado no Mapa 1, outros 19 municípios sendo: Baldim, Brumadinho, Capim Branco, Esmeraldas, Florestal, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Nova União, Juatuba, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Rio Manso, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas. (Diniz; Andrade; Mendonça, 2015).

Figura 1: Mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte- MG



Fonte: Autoria Própria, 2023.

Quando buscamos a variável município na base do Sisdepen e selecionamos as localidades pertencentes à RMBH, foram encontrados 15 do total de 34, os quais dispõem da presença de uma ou mais unidade prisional em seu território geográfico, assim como listado no Quadro 2.

Quadro 2: Distribuição da Quantidade de Unidades por Municípios na RMBH

Município	Quantidade de Unidades
Belo Horizonte	5
Betim	2
Caeté	1
Contagem	2
Ibirité	1
Jaboticatubas	1
Juatuba	1
Lagoa Santa	1
Matozinhos	1
Nova Lima	2
Pedro Leopoldo	1
Ribeirão das Neves	8
Santa Luzia	2
São Joaquim de Bicas	3
Vespasiano	2

Fonte: Sisdepen (2023) Elaborado pela autora (2023)

Perante o exposto, buscamos identificar os presídios a partir de sua posição geográfica, conectando a discussão dos dados quanto ao ano de criação, e o perfil dos detentos da RMBH a partir das variáveis raça, idade, grau de instrução, procedência. Todas as variáveis utilizadas foram retiradas do relatório do DEPEN, e estão listadas no anexo desta pesquisa.

As variáveis escolhidas contribuirão com a discussão a respeito do perfil dos encarcerados das unidades localizadas na RMBH. O relatório do Infopen de 2017 apontava que a população carcerária era majoritariamente composta por homens, com

idade até 29 anos (54%) e que se autodeclararam pretos ou pardos (63%), com ensino fundamental incompleto (51%) (Brasil, 2022).

Acreditamos que traçar o perfil dos sujeitos presos na RMBH é pertinente para endossar as discussões sobre encarceramento no país, que destacam que historicamente a população prisional apresenta um perfil semelhante àqueles que são os maiores alvos de homicídios. Sendo majoritariamente formada por homens, jovens, negros e com baixa escolaridade, que em 2019 representavam 66,7% dos encarcerados do país (Pimentel; Barros, 2021).

Para além do perfil da população carcerária, pensar a localização dessas unidades é relevante para compreender a interiorização na RMBH e a inserção dessas unidades nesses municípios. Posto isso, os pontos analisados foram a proporção da classificação racial da população e o nível de integração dos municípios com a capital.

Diniz e Andrade (2015) destacaram que existem municípios aos quais exercem alto e baixo nível de integração dentro da RMBH, a partir dos censos de 2010, escala temporal em que foram construídas a maior parte das unidades presentes na RMBH. Outrossim, Ferreira e Ratts (2016) destacam que a inclusão da variável raça nos debates da geografia e nas leituras especiais e urbanas é importante para compreender as diferenciações produzidas na cidade por uma perspectiva racial, para além da econômica.

Em adição, analisar a quantidade da população carcerária presente em cada localidade é também importante para refletir sobre como a superlotação afeta as unidades, mas também os municípios. Por isso, a análise da distribuição espacial das unidades prisionais na RMBH, juntamente com a sua conexão com os níveis de integração metropolitana, se faz necessária, uma vez que esse exercício cria o contexto necessário à compreensão dos efeitos da PNH no seu entorno imediato.

Para discussão acerca dos dados, utilizaremos mapas de localização, com a divisão de classes e a distribuição temporal. Para possibilitar o maior detalhamento das informações, tabelas e gráficos foram escolhidos como forma para apresentar os dados das variáveis.

Yin (2016) destaca que para além das descrições narrativas a utilização de elementos como quadros, figuras, tabelas, listas, gráficos e fotografias, na apresentação dos dados de uma pesquisa, tornam a leitura desses resultados algo mais compreensível e tangível para os leitores.

3.3 A escala local – o estudo de caso em Nova Contagem

Na escala local, o bairro Nova Contagem foi escolhido para a realização do estudo de caso, situado na periferia geográfica a noroeste de Contagem, integrando a regional Vargem das Flores. O bairro faz divisa com os municípios de Esmeraldas e Betim, sendo acessado pela BR-040.

Nova Contagem abriga o complexo penitenciário Nelson Hungria, fundado em 1988, com o objetivo de ser a primeira prisão de segurança máxima em Minas Gerais. O presídio se encontra em uma posição geográfica significativa como objeto dos estudos urbanos, encontrando-se localizado em área periférica da cidade, distante do centro, mas próximo a importantes vias de acesso.

Para compreender a metodologia escolhida para o estudo na escala local é necessário explicar os passos que foram dados até traçarmos a delimitação da área estudada e dos sujeitos que serão pesquisados.

3.3.1 A (não) entrada no campo

As pesquisas no campo da Geografia e Sociologia das prisões possuem a prisão como objeto de estudo em comum. As discussões dessas áreas são distribuídas em diferentes perspectivas de análise que englobam desde a prisão e seus aparatos jurídicos, aos inúmeros desdobramentos, como segregação dos corpos, estigmatização, hiperencarceramento, envoltos em recortes de raça, classe e gênero. Além de terem a prisão como objeto de estudo partilhado, os estudos compartilham, também, o reconhecimento sobre o quão difícil é estudar a prisão, enquanto objeto concreto, além dos seus arredores.

Diferentes estudos em unidades prisionais, realizados por pesquisadores de distintas unidades da federação, retratam em seu capítulo metodológico sobre os entraves encontrados na realização das pesquisas em prisões. Araújo e Chaves (2022) discorrem sobre as dificuldades encontradas para a realização do campo em duas unidades penitenciárias femininas na RMBH, o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade (CRGPL) e o Complexo Penitenciário Estevão Pinto (PIEP).

As autoras destacam que mesmo com a carta de anuência concedida pela Secretaria do Estado de Administração Prisional (SEAP), a equipe de pesquisadoras encontrou diferentes entraves desde negativas pela administração dos presídios na realização de entrevistas com as reclusas em dias e horários combinados, até a presença de policiais penais durante as conversas.

Oliveira (2018) destaca que durante o seu campo na PNH se deparou com a não autorização aos gravadores durante as entrevistas, pela direção de segurança da unidade, o que dificultou a reprodução da fala dos entrevistados em sua totalidade. Contudo, a ausência do gravador possibilitou ao pesquisador novos contornos na pesquisa, como a maior abertura de tempo e diversificação dos assuntos com os sujeitos entrevistados.

Essas dificuldades encontraram eco no entorno do espaço prisional, assim como discutido por Godoi (2010) em sua dissertação, na qual designa um capítulo para a discussão sobre a dificuldade encontrada no acesso ao campo, fato que alterou aquilo que estava sendo inicialmente planejado para sua pesquisa. O autor inicia seus estudos em uma viagem a Barcelona, buscando se inserir em um bairro periférico com a presença de unidade penitenciária para estudar acerca dos seus reflexos. Durante o seu percurso, Godoi (2010) encontra diferentes percalços pelo caminho, o que dificultou sua coleta da maneira inicialmente prevista, mas não inviabilizou sua pesquisa.

Quando retorna ao Brasil, Godoi (2010) se depara com algumas das mesmas dificuldades de inserção em campo encontradas em Barcelona, mesmo com um sujeito morador e com boa representatividade no bairro que seria pesquisado, o autor percebe que a pesquisa no entorno da prisão abarcava muito mais camadas intervenientes que os olhos naquele momento conseguiam ver.

‘Parecia-me natural que as pessoas tivessem reserva em falar de uma questão tão delicada, fontes de tantos estigmas e preconceitos sociais, ainda mais diante de alguém de fora. Por isso insistia, seguia indo a campo, conversava com um, com outros, pensando que se acostumarem com minha presença no bairro, esses bloqueios progressivamente cederiam.’ (GODOI, 2010. p. 87)

Quando o autor enfatiza que as dificuldades de falar dos sujeitos poderiam ser justificadas por ele não ser do local, ele reforça a importância de ter como referência alguém de origem do lugar pesquisado e sua importância nos estudos qualitativos. Yin (2016) destaca que estudar o significado da vida das pessoas em suas condições reais e representar suas opiniões e perspectivas são características importantes para um bom estudo qualitativo.

Por outro lado, se ser alguém externo ao campo de análise constitui-se um obstáculo para a pesquisa, o excesso de proximidade também pode ser lido como um entrave, como

destacam Citelli (2018) e Sabaini (2012), que possuem em comum não apenas a prisão e a escala local como objeto de estudo, mas, também, a posição de serem moradores do lugar, o que facilitou o contato inicial com os sujeitos, mas não diminuiu as dificuldades no percurso, pois devido a proximidade com o objeto, os moradores quando falavam apresentavam uma visão pré construída sobre.

Para além do objeto pesquisado, houve uma identificação com os pesquisadores citados no que tange às dificuldades encontradas na execução do campo. Aparentemente, possuía-se tudo o que parecia ser necessário para a realização da pesquisa: os primeiros contatos, a carta de apresentação com autorização da Universidade, além da disponibilidade de tempo. No entanto, o não pertencimento ao lugar nos estudos que envolvem prisão, assim como visto anteriormente, é elemento determinante para viabilizar ou não a pesquisa.

O contato inicial com o campo foi em abril de 2022 e veio por meio de uma conversa informal em um grupo de amigos da universidade. Em uma conversa sobre a pós-graduação e apresentação do projetos de pesquisa, alguns amigos me passaram o contato de Augusto¹, um jovem que morava em Nova Contagem e poderia me auxiliar no contato com o campo.

Em um momento oportuno o contato por meio de um aplicativo de mensagens foi realizado, e a ajuda com a inserção em campo foi solicitada, entretanto Augusto se mostrou desconfortável com o assunto e disse que não poderia contribuir, pois morava afastado da prisão e não muito sobre a área, mesmo morando ali por um período considerável.

Durante essa breve conversa, Augusto explicou que o bairro Nova Contagem era delimitado entre A e B, e tal delimitação era exercida pelas linhas de ônibus e pela avenida VP1, a principal do bairro. No início da avenida localiza-se a parte mais antiga do bairro, onde se concentram as áreas comerciais, conhecida como Nova Contagem A, encontrando-se ao final da avenida, próximo à PNH, está a parte mais nova, chamada Nova Contagem B.

Foi perguntado se ele tinha algum contato próximo à unidade e que estaria disposto a conversar, tendo ele respondido que não conhecia ninguém naquela área. Essa situação foi o início de um longo processo de sucessivas tentativas de inserção no campo e busca por contato com moradores e servidores das proximidades.

¹ Todos os nomes que aparecem nesse trabalho são fictícios, visando a preservação da identidade dos envolvidos na pesquisa.

Depois da primeira tentativa de contato com o campo “falhar”, foi decidido, então, dedicar o tempo ao curso das disciplinas, alinhado a coleta de dados físicos da área de estudo, para mapeamento. Para a realização do mapeamento foi necessário o contato com o setor de geoprocessamento da prefeitura de Contagem, por meio da lei de acesso a dados, processo este que permitiu adquirir algumas informações espaciais para o geoprocessamento.

Como o contato com o morador do local não se confirmou, foi necessário buscar outro meio de inserção que pudesse contribuir com a pesquisa, fornecendo informações sobre o local, mas, também, que pudesse indicar pessoas que poderiam somar na coleta de dados da pesquisa, a partir da amostragem bola de neve.²

Através de uma observação da área de estudo no Google Earth, foi identificado o Centro de Atendimento Social (CRAS) do bairro, que é um importante meio de acesso às famílias dos presos aos programas sociais como auxílio reclusão, além de possuir um conhecimento sobre o contexto social da comunidade, que seria relevante para o que seria estudado. O contato com o CRAS veio inicialmente por meio de um telefonema, buscando conseguir o agendamento de uma reunião com a assistente social, marcada para o dia 19 de dezembro de 2022 às 9 h:00, no CRAS Nova Contagem.

Tomando em consideração o horário agendado para a reunião, bem como o tempo previsto para a realização do trajeto por meio de transporte público (em torno de duas horas), a solicitação de um carro de aplicativo para viagem seria mais viável. Foi durante o percurso que a real dimensão da distância entre Belo Horizonte e Nova Contagem tomou forma, o percurso totalizou 29 km de distância, e foi seguido pelas reclamações do motorista do aplicativo sobre a distância. Esse fato influiu a reflexão sobre as dificuldades de acesso ao bairro, que não acomete não apenas os moradores, mas também familiares dos presos em dias de visita.

Para chegar a Nova Contagem de carro, o motorista do aplicativo seguiu pela rodovia federal BR-040 e estadual LMG-808, que estava bastante movimentada com a presença de caminhões. Contagem é uma cidade com grande número de indústrias, o que movimenta o fluxo rodoviário da região, sendo corriqueiros os longos congestionamentos e a poluição sonora e atmosférica. Este fato levou a reflexão sobre as sensações registradas no caminho,

² A amostragem bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas é útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. (VINUTO, 2014)

com a distância, o barulho excessivo de caminhões e o longo congestionamento despertando sentimentos de impaciência e estresse com toda a situação que o morar periférico abrange.

Soares (2017) destaca que a relação do homem com o espaço não é algo que abrange somente os sentidos visuais e físicos, mas também envolve as emoções que decorrem das experiências e vivências. Para a autora, a nossa relação com o espaço e com as pessoas perpassa pela questão emocional, demonstrando que as emoções também podem ser lidas enquanto aspecto que se relaciona com o espaço.

Depois de duas horas de deslocamento, mesmo indo de carro, houve um atraso para a reunião. Após alguns minutos, Joana, assistente social, se apresentou como a representante do CRAS. Ela disse que a conversa precisava ser rápida, pois tinha uma agenda posterior em um local distante. Prontamente foi entregue a ela o documento no qual apresentava a pesquisa a ser realizada, os pesquisadores e a universidade responsável.

Após a leitura da carta, Joana ouviu as explicações da pesquisa e disse que a unidade penitenciária ficava longe dali, especificamente em Nova Contagem B, sendo difícil falar com detalhes sobre as alterações ocorridas naquele espaço, e que não conhecia moradores para serem indicados. Após insistir se poderia sugerir algum outro local para obter essas informações, Joana respondeu que esses reflexos poderiam ser mais visíveis por pessoas que estavam mais perto da PNH, como os membros da Unidade Básica de Saúde.

Diante dessa informação, o contato de algum representante da unidade foi solicitado, mas Joana pontuou que só conseguiria passar essas informações em outro momento, no qual ela mesma realizaria o contato inicial com a gerente da unidade do Estaleiro.

A coordenadora passou seu número de telefone para que pudéssemos agendar uma próxima conversa e se colocou à disposição para ajudar no que fosse preciso. Uma de suas sugestões de inserção no território foi de contactar a gerente da unidade básica de saúde do Estaleiro, segundo ela está é uma região de ocupação, de alta vulnerabilidade e que é atingida de uma maneira maior pela proximidade com a penitenciária.

(Caderno de Campo)

Após essa rápida conversa, a pesquisa de campo seguiu para um outro ponto mapeado como importante instituição do bairro: A Casa De Apoio à Criança Carente de Nova Contagem, localizada há aproximadamente cinco minutos a pé do CRAS. Durante a chegada ao local, o grande número de mulheres jovens com crianças de colo chamou atenção, devido a excessiva demanda de atendimento foi recomendado pela atendente Rosa, a aguardar um tempo na recepção

Rosa parecia estar bastante atarefada naquele dia, por isso solicitou a presença do vice-coordenador na instituição, e explicou que naquele momento eles estavam com uma alta demanda de atendimento, pois era o dia do resultado final do processo seletivo para bolsas sociais de um colégio da rede particular de Minas Gerais, que abriu uma unidade social em Nova Contagem.

Havia também naquele lugar, uma senhora que aparentava ter aproximadamente 70 anos, a qual solicitou ajuda para encontrar o nome de um dos seus netos na listagem de aprovados. Durante o auxílio e em uma conversa informal, algumas mulheres foram questionadas se moravam no bairro, e a seguir foram-lhe apresentadas a temática da pesquisa, muitas desconversaram mostrando um notório incômodo, fato que não permitiu a continuidade do assunto, interrompido também pela chegada do coordenador.

João também estava sendo bastante solicitado pelos familiares ali presentes. Foi apresentado a ele a carta de apresentação da pesquisa e dos pesquisadores, por sua vez ele disse que poderia falar apenas enquanto morador, afinal morava na região há mais de 35 anos. Contudo, não poderia acrescentar como coordenador da instituição, visto que havia assumido a coordenação havia apenas três meses, após essa explicação, João passou seu contato telefônico encerrando o assunto.

Era final de dezembro, faltavam exatamente seis dias para o Natal e doze para a virada de ano, diante disso foi possível observar que não era a melhor oportunidade para entrar em contato com a comunidade. Na segunda semana de janeiro de 2023 foi realizada uma nova tentativa de contato com João, na mensagem foi lembrado para ele do que se tratava o contato e a temática da pesquisa. A mensagem não obteve resposta.

Como mais um dos meios de inserção ao bairro havia falhado, no dia 22 de março o contato com a representante do CRAS foi retomado, a qual havia dito que realizaria o intermédio no contato com a gerente da UBS, Paula. Como o avançar do tempo e a não inserção no bairro, a mensagem para Paula foi enviada sem demora, repetindo o rito das tentativas anteriores com apresentação da pesquisa, dos pesquisadores e a carta da universidade.

Paula respondeu prontamente, de maneira solícita e já disposta a marcar um dia para conversar na unidade, a mensagem dela é respondida com o retorno sobre a integral disponibilidade dos pesquisadores para irem à Nova Contagem realizar a conversa. Horas depois Paula envia uma mensagem dizendo que seus superiores não permitiram a ida dos pesquisadores à unidade, informando que deveriam entrar em contato com representantes da secretaria de saúde para que autorizassem a presença na unidade e a conversa com os servidores, que a partir dali não poderiam mais responder sobre a pesquisa.

Essa reação inesperada gerou a sensação de desespero, haja visto as exaustivas tentativas de inserção que estavam sendo realizadas. Por medo de uma mais negativa em uma importante instituição, decidimos entrar em contato com a prefeitura através de um e-mail, no qual foram perguntados acerca dos procedimentos que deveria se seguir para conseguir a autorização; no mesmo dia uma das responsáveis pela secretária de educação e saúde responde, solicitando uma ligação no dia seguinte.

Logo cedo, no dia 24, é realizada a tentativa de contato com Amanda, representante da secretaria de saúde. Nessa ligação Amanda solicita o envio do projeto de pesquisa, que de acordo com ela seria submetido a uma análise de um comitê de ética interno. É explicado para a secretaria, que o projeto estava em fase de reformulação para se adequar às exigências do comitê de ética, e que assim que estivéssemos com o parecer em mãos seria enviado para ela.

Nesta ligação a representante explicitou diferentes pontos sobre a importância da submissão do projeto ao comitê interno, reforçando diversas vezes a proteção dos servidores locais e dos pesquisadores, frente a qualquer coisa que poderia vir a acontecer. As dificuldades e a ênfase dada à proteção nessa conversa com a representante da instituição, trouxe à tona mais uma vez a insegurança e a reflexão de que algo não estava indo bem no contato com o campo. Afinal, era final de março de 2023 e estávamos há quase um ano tentando inserção no bairro e não havíamos conseguido, pois todas as fontes procuradas se mostravam receosos em falar sobre.

Enquanto era realizado a tentativa de inserção no campo, o curso de algumas disciplinas em programas de pós-graduação distintos, como o das Ciências Sociais na PUC MINAS, era realizado. É uma prática dos professores e docentes do curso realizarem um café coletivo durante o intervalo das aulas, momento em que os alunos socializam e conversam entre si sobre diferentes temas.

Em uma dessas conversas cada estudante apresentou seu tema de pesquisa e as dificuldades no percurso, durante a apresentação do projeto um dos pontos levantados foi sobre a dificuldade que estava sendo o acesso ao bairro, Nova Contagem, Foram detalhadas

algumas das tentativas realizadas, e José, doutorando e ligado as atividades militares, aponta algo já debatido pela literatura, de que o bairro apresentava bastantes conflitos ligados a gangues de tráfico.

Em sua pesquisa sobre as ocorrências criminais em Nova Contagem, Magalhães (2019) destaca que a divisão territorial simbólica entre Nova Contagem A e B, possuía influência direta nas ocorrências policiais e nos conflitos de gangues e tráfico presentes na região.

Todas as negativas e obstáculos de acesso ao bairro vivenciados durante um ano, levaram a reflexão sobre os conflitos existentes ali naquela região. Para além das reflexões, também estava presente os sentimentos de desconfiança e insegurança sobre a viabilidade de manter a pesquisa seguindo o caminho metodológico que havíamos planejado.

Em pesquisas que envolvem a questão prisional, é necessário reconhecer que a aproximação do objeto de análise é um processo complexo, principalmente sendo esse objeto estigmatizado como é a prisão, na qual as dificuldades são multiplicadas. Mesmo que o pesquisador não entre na unidade penitenciária, e deseje estudar sobre o externo a prisão, essas mesmas dificuldades são encontradas (GODOI, 2010).

Além da dificuldade de não inserção no bairro, e as inseguranças que foram surgindo ao longo das tentativas, o tempo era peça chave para pensar em alterar o percurso metodológico desta pesquisa, haja visto que já haviam se passado um ano e a qualificação se aproximava. O campo já vinha dando sinais de quão conflituosa e complexa estava sendo essa inserção. Diante do esgotamento das possibilidades de acesso que tínhamos no momento, buscamos, então, atingir os objetivos propostos seguindo novas direções, de maneira a ser preservada a nossa segurança e a dos envolvidos na pesquisa.

Essa dificuldade de acesso acentuou a reflexão sobre os diferentes conflitos que estavam se desenhando no nosso caminho, haja visto que a PNH é uma das maiores unidades penitenciárias do estado de MG, a primeira de segurança máxima e com um alto contingente populacional. Assim como apontado por Diniz *et al* (2023), são expressas dentro da unidade diferentes dinâmicas territoriais, por diferentes grupos de interesse.

Diante dos conflitos na disputa de território dentro da unidade e fora dela, como destacado pela literatura, algumas questões que buscavam compreender se a PNH exercia ou não atuação no contexto ao seu redor, foram delimitando o desenho metodológico da pesquisa. Para responder então a essas questões e ao nosso objetivo principal, que é entender quais as transformações espaciais que a PNH trouxe para Nova Contagem, delimitamos uma nova rota, relatada a seguir.

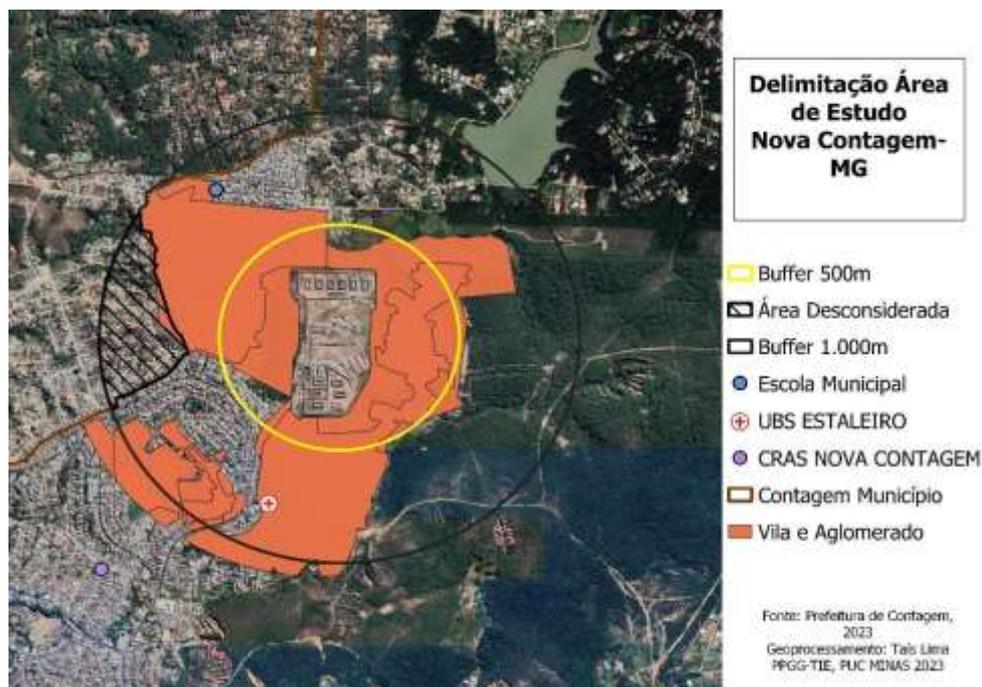
3.3.2 Nova rota

Para entender melhor o contexto do entorno do bairro, decidimos, então, orientar as nossas análises pelo seguinte caminho: a) delimitar a nossa área de estudo dentro do bairro Nova Contagem; b) produzir análises sobre uso e ocupação do solo a partir de imagens de satélites e documentais; c) realizar entrevistas com representantes de órgãos municipais.

Para a realização da pesquisa em tempo hábil, foi necessária a delimitação da área de estudos a partir de dois buffers de 1.000m e 500m. É relevante pontuar para fins metodológicos que ao realizar a delimitação do buffer de 1.000m, a área selecionada ultrapassou os limites territoriais do município de Contagem, inserido na área delimitada parte do município de Esmeraldas. Diante disso foi necessário desconsiderar 5,73% da delimitação de 1.000m, que representavam parte do município de Esmeraldas, visando analisar apenas o município de Contagem sem ocasionar danos a análise.

Optamos por essa escolha, pois o bairro Nova Contagem possui uma grande extensão territorial, fato que inviabiliza pesquisar a sua totalidade no tempo e com os recursos disponíveis para o desenvolvimento desta dissertação. Os buffers de 1.000m e 500m foram empregados de modo a permitir analisar se na medida em que íamos nos afastando da prisão os efeitos da penitenciária no bairro seriam sentidos de forma maior ou menor.

Figura 2: Mapa de Delimitação da Área de Estudo Nova Contagem- MG



Fonte: Autoria Própria, 2023

É importante pontuar como ponto central na discussão de influência dos estabelecimentos prisionais, a escassa literatura acerca da delimitação quanto às áreas de impacto desses estabelecimentos. Os estudos encontrados que realizaram essa delimitação

pautaram as suas análises em diferentes fatores, tais como: tempo para que o estudo fosse exequível, recursos financeiros, aceitabilidade da população local, disponibilidade de dados, tamanho da unidade prisional e divisão territorial.

Os estudos sobre o impacto da prisão, produzidos em sua maioria no exterior, apontam diferentes métodos de análise sobre os efeitos da prisão. Combessie (1998), discorre que o perímetro sensível da prisão apresenta diferentes perspectivas dependendo de quem o analisa. O autor discorre sobre os cinco perímetros encontrados nas prisões de Paris, entre eles o impacto das prisões nos valores das propriedades e na composição da vizinhança.

Em relação ao impacto das prisões nas propriedades e na vizinhança, o autor reforça o que é dito pela literatura: o valor das propriedades quando a prisão é inicialmente anunciada apresenta uma queda atraindo um público com poder econômico, por vezes, diferente da população local, e até mesmo os trabalhadores da unidade. Não há indícios de que a prisão favorece economicamente uma região, mostrando que os espaços que apresentam maior ganho são bares e albergues locais, na maioria das vezes frequentados por familiares e visitantes.

Ademais, a pesquisa apontou também que os guardas e trabalhadores das unidades prisionais, frequentam locais diferentes dos frequentados pelos familiares dos presos. Para o autor, a extensão do perímetro pode sofrer variações, sendo geralmente maior em áreas urbanas com fortes desigualdades socioeconômicas. Porém, deve-se levar em consideração a análise desse perímetro para a população local.

Por outro lado, há também pesquisas que assim como esse estudo apresentam uma menor delimitação da área a ser analisada. Moran et al (2022), em seu estudo sobre qual a influência do local da prisão no bem-estar dos presos, utilizam 500m como parâmetro para buscar observar a presença de área verde e outros fatores não apenas dentro da área de influência imediata do presídio, mas também no seu entorno mais distante.

Na mesma linha Sohn; Trimarstuti (2019), em sua pesquisa sobre as variações dos preços de apartamentos em locais próximos a uma antiga prisão, apontam na análise que quando não percebiam modificações em áreas mais distante da prisão, optaram por restringir a área de análise, os autores então utilizaram o perímetro de 500 e 250 metros a partir da prisão.

Em síntese, de uma maneira mais específica a extensão da área de estudo para além da área de influência imediata (500m) desta pesquisa, também se baseia nos estudos de Magalhães (2019), no qual a autora apontou que de acordo com escutas de autoridades policiais locais, houve uma ocupação desordenada ao longo dos anos ao entorno da penitenciária, dando ênfase a criação das Vilas Estaleiro e Ipê Amarelo, localizadas a

(500m) da PNH.

Diante disso, com a finalidade de analisar as transformações nas formas de uso e ocupação do solo na nossa área delimitada em Nova Contagem, iremos trabalhar com imagens dos satélites Landsat através do software Mapbiomas, referente aos anos 1985 a 2022. Além das imagens do Google Street View, de 2009 a 2023, coletadas em seus respectivos portais, com o foco na observação da alteração da paisagem na penitenciária e seu entorno delimitado.

A escolha de utilização dos dados ofertados pela plataforma MapBiomias sucedeu após as dificuldades encontradas durante a pesquisa para encontrar imagens da área estudada, seja de satélite, arquivos documentais ou da população que ali residia. Ademais, foram utilizadas as imagens do Google Street View, pelo mesmo motivo de dificuldade de encontrar registros fotográficos da região, além do sentimento de não segurança ao fotografar a área de pesquisa.

A data escolhida decorre do fato de que os portais pesquisados com banco de imagens de satélite não apresentam imagens áreas das o que dificultou o acesso a informações visuais aproximadas de como a área era antes. O nosso ensejo com a análise do mapa de uso e ocupação e das imagens do Google Street View é observar essas mudanças a partir de fatores como, ampliação de áreas dentro da penitenciária, o aumento da ocupação nas proximidades e a criação de novos estabelecimentos comerciais.

Para complementar a pesquisa, optamos pela realização de uma pesquisa documental histórica em dois jornais: *O estado de Minas e o Diário de tarde*. Ambos acervos históricos estão presentes no acervo da hemeroteca na biblioteca pública do estado de Minas Gerais, os quais foram visitados nas quartas-feiras durante o mês de janeiro em 2023. As coleções utilizadas foram referentes aos anos de 1988, tendo sido encontradas e coletadas oito reportagens que abordaram a penitenciária Nelson Hungria e o bairro Nova Contagem.

As transformações socioeconômicas ocorridas na nossa área de estudo delimitada, serão observadas através das informações coletadas nas entrevistas semiestruturadas realizadas com representantes locais. Para entender melhor sobre o contexto no entorno do bairro decidimos manter as entrevistas semiestruturadas com a) moradores; b) representantes de instituições escolares; c) policiais penais representados pelo Sindppen; d) Ex secretário de segurança pública do estado de MG.

A intenção inicial da pesquisa era que fossem realizadas entrevistas com representantes do CRAS, da Unidade Básica de Saúde Estaleiro e da Administração da Regional Vargem das Flores, contudo pelos motivos de agenda dos entrevistados,

tramitação em comitês de ética internos e tempo hábil da pesquisa não foi possível a realização das entrevistas. Diante disso, decidimos retirar essas instituições da lista dos entrevistados e seguirmos com aquilo que era possível ser realizado no tempo hábil.

As pesquisadoras Boni e Quaresma (2005) destacam que para a concretização de boa pesquisa é preciso escolher as pessoas que farão parte do grupo de entrevistados, sendo conhecidas do entrevistador ou então apresentadas por outras pessoas que farão parte da amostra analisada. Essa proximidade garante ao entrevistado uma maior segurança para colaborar com o estudo.

Nosso grupo de entrevistados foi composto por oito pessoas, membros da polícia penal, de instituições escolares, moradores e gestão governamental. Os quais foram listados no quadro a seguir para melhor compreensão e reconhecimento dos entrevistados.

Quadro 3- Distribuição dos entrevistados pela categoria

Policiais Penais	Instituições Escolares	Moradores	Gestão
Carol	José	Maria	João
Felipe	Gustavo	Alberto	
Paulo		Antônio	

Fonte: Autoria Própria

Sobre os policiais penais que participaram da pesquisa, é preciso pontuar que estes foram entrevistados a partir do contato com o Sindicato dos Policiais Penais do estado de MG. Esses sujeitos cederam entrevistas como membros do sindicato e não como servidores da unidade penitenciária Nelson Hungria, é importante destacar esse ponto, pois para concessão de entrevistas dos policiais penais atuantes dentro da PNH, seria necessário a submissão do projeto para uma autorização emitida pela secretaria de segurança pública do estado de MG, processo que seria vagaroso, o que dificultaria a execução da pesquisa no tempo que estimamos.

Quanto aos representantes da equipe pedagógica das instituições de ensino, não foi necessário uma submissão do comitê interno da secretária de educação, possibilitando a participação dos mesmos. Acreditamos que a participação destes agregariam importantes informações sobre as mudanças observadas não apenas no espaço, mas na dinâmica do bairro e na vida da população, haja visto que as escolas são importantes pontos de referência dos bairros para populações locais.

Os moradores que participaram foram contatados através de indicações da rede comunitária de Nova Contagem. Reconhecemos quão significativa seria a contribuição para a pesquisa desses sujeitos, haja visto suas experiências naquele espaço e conhecimento pessoal sobre a história de formação do bairro e transformações ali ocorridas.

Outrossim, a presença do ex secretário adjunto de segurança pública do estado de MG, na pesquisa foi pertinente para compreender sobre o processo de expansão e interiorização dos estabelecimentos penais no estado de MG, a partir da visão de alguém que estava inserido na gestão.

Em síntese, apontamos que a pesquisa passou por todos os processos exigidos pelo comitê de ética da PUC MINAS, sendo aprovada e com certificado de apresentação de apreciação ética a partir da numeração: 69071223.5.0000.5137 Dito isso, nos capítulos posteriores apresentaremos os resultados da pesquisa a partir de uma análise, macro, meso e micro.

4. ESCALA MACROREGIONAL: A PRISÃO E O FENÔMENO DA INTERIORIZAÇÃO EM MG

Assim como visto nos capítulos anteriores, a literatura pondera que a ausência de vagas, frente ao grande número de detentos, sempre foi um problema no sistema penitenciário brasileiro, e é nesse cenário que inserimos o debate sobre a expansão e interiorização. Atualmente, o Brasil ocupa a 3ª posição do mundo na lista dos países que mais encarceram. Os dados do Sisdepen de janeiro a julho de 2023, destacam que a população prisional do Brasil era contabilizada em 644.305 reclusos, distribuídos entre os 1.384 estabelecimentos penais estaduais e 5 federais.

Mesmo com o alto número de estabelecimentos penais, o país ainda não conseguiu sanar o déficit de vagas que perpetua desde 1988, essas unidades estão atuando com o excedente de sua capacidade, atualmente os 1.389 estabelecimentos penais possuem juntos capacidade para 481.835 presos, ou seja, um déficit de 162.470 vagas.

4.2 O sistema prisional mineiro

A respeito do sistema prisional mineiro, Paixão (1987) discorre que por muito tempo não se podia falar em um sistema penitenciário mineiro. O autor aponta que antes da criação da Penitenciária Agrícola de Neves (PAN), em 1937, atual José Maria de Alckimin, os detentos eram mantidos nas cadeias públicas dos municípios e enfrentavam problemas dentro das cadeias como, ausência de estrutura física e básica de higiene para se discutir ressocialização.

Como parte da discussão, Sapori (2007) disserta que até meados dos anos de 1990 a segurança pública não era lida como prioridade pelos governos, devido a percepção de que a violência não era um problema de relevância. Os dados que reforçam a hipótese do autor demonstram que entre 1986 e 1995 o estado de Minas Gerais manteve baixos indicadores de criminalidade, o que corrobora a percepção dos governantes de que não era um problema de relevância.

Contudo, nos anos posteriores os indicadores mudaram e foram observados pelos governantes e pesquisadores desse período mudanças no padrão da criminalidade no estado de Minas Gerais. Fato atrelado ao aumento da violência ligada a criminalidade urbana, resultando em roubos e mortes, fenômeno que apresentou maior concentração na região metropolitana de Belo Horizonte e em municípios mais populosos do interior (CRUZ,2010. RIBEIRO, 2004; SAPORI, 2007).

Diante desses fatores, o governo atuante no estado adotou uma nova postura de gestão, baseada na política do "Choque de Gestão", a qual buscava uma redução de gastos, com foco no planejamento, organização e gestão do então governo de MG, dando ênfase nos resultados e entre eles a redução da criminalidade. Nos anos subsequentes, a política do "Choque de Gestão" do então governador Aécio Neves elencou frentes prioritárias para investimentos como a segurança pública.

Sapori (2007) assevera que alguns dos motivos para o agravamento de situações que perturbavam a ordem pública no estado foi a consolidação do mercado de drogas ilícitas, os baixos

padrões de efetividade do sistema de justiça como a deslocação do sistema de polícia, além da superlotação no sistema prisional, que ainda tinha a polícia civil como responsável por custódia de $\frac{2}{3}$ dos presos do estado.

Um importante ponto de início da discussão da nova política de segurança pública do estado de Minas Gerais, foi a criação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), através da lei nº 56 de 29 de janeiro de 2003, que uniu a Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos à Secretaria de Segurança Pública. Nessa secretaria estão inseridos a polícia militar, polícia civil, corpo de bombeiros, defensoria pública, sistema penitenciário e socioeducativo (SAPORI, 2007).

Nesse arranjo, a SEDS é subordinada ao governador e conta com um colegiado de integração, que busca estabelecer diretrizes e prioridades da política estadual de segurança. Ademais, a nova organização contou, também, com uma superintendência da prevenção social da criminalidade a partir da lei estadual 12.958/1998, que colocou sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Justiça e dos Direitos Humanos as cadeias que estavam sob a gestão da Polícia Civil.

Então, como frente prioritária de investimento estatal, a política de segurança pública no estado se dividiu em quatro eixos: a) a profissionalização, a expansão e a modernização das unidades do sistema prisional; b) preparação e integração das organizações policiais com a valorização da atividade policial; c) a profissionalização e ampliação do atendimento às medidas socioeducativas; e d) as políticas de prevenção a criminalidade no estado (ARAÚJO, 2020; CRUZ, 2010. RIBEIRO, 2004; SAPORI, 2007).

Como o foco desta pesquisa é o sistema prisional, manteremos a discussão com ênfase no eixo 1, que se refere à profissionalização, expansão e modernização das unidades do sistema prisional do estado. Para Sapori (2007), a superlotação que acometia o sistema prisional, alinhada a presença dos detentos sobre a custódia da polícia civil em delegacias, exercia uma influência negativa no sistema de justiça do estado. Para o autor, a superlotação não permite uma política de ressocialização efetiva que diminua a reincidência criminal.

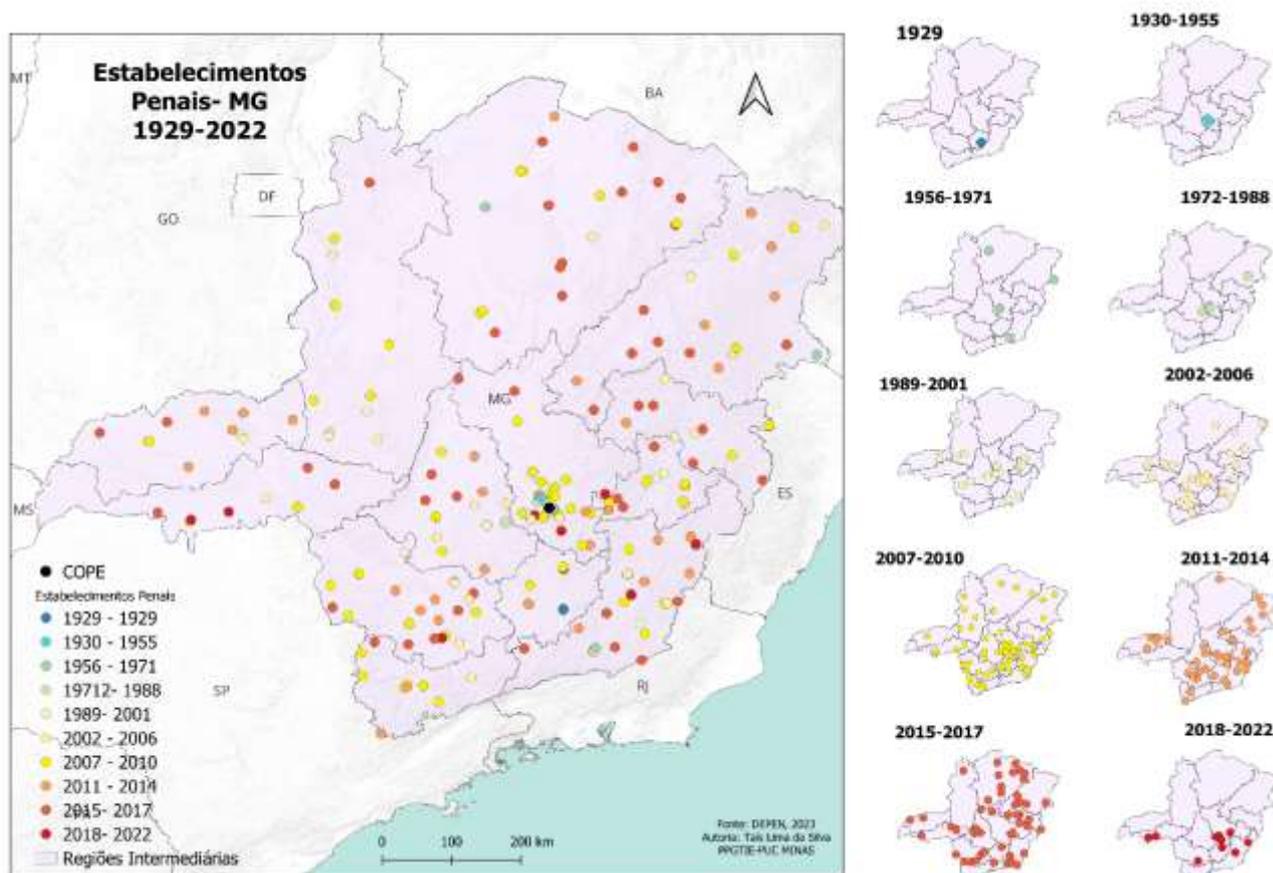
Diante disso, buscou-se reduzir o déficit de vagas com a criação de novas penitenciárias, presídios e cadeias públicas destinadas a presos provisórios. Ademais, os detentos que estavam sobre custódia da polícia civil foram transferidos para a responsabilidade da administração penitenciária, para fortalecer a categoria foram criados concursos públicos para aumento de vagas, além da criação de um modelo referência na gestão prisional, com órgãos como a inteligência prisional e o Comando de Operações Especiais (COPE) do sistema prisional.

4.3 A interiorização em Minas Gerais

Atualmente, o estado de Minas Gerais conta com uma população prisional de 66.241 detentos (a), distribuídos pelos seus 229 estabelecimentos penais presentes em 167 municípios do estado. Para uma análise geográfica do processo de expansão e interiorização dos estabelecimentos penais em MG, realizamos um mapeamento dessas instituições, pautado em uma escala temporal, na qual foi

inserido o ano de criação do primeiro estabelecimento até o último catalogado, de acordo com a base do DEPEN

Figura 3: Mapa Estabelecimentos Penais- MG 1929-2022



Ao observar o mapa 3, é possível notar que a expansão e a interiorização dos estabelecimentos penais tiveram início a partir dos anos 2000. O dado apresenta consonância com o que a literatura afirma, de que a segurança pública obteve maior atenção por parte das políticas públicas dos governos a partir da década de 1990, em causalidade de um avanço da criminalidade urbana.

Entretanto, diferentemente dos estados de SP e RJ, onde a interiorização decorreu da tentativa do espalhamento de unidades prisionais para ampliação de vagas, em MG esse fenômeno obteve como impulsor a transferência da custódia dos detentos da polícia civil para a administração prisional, como destaca o entrevistado João:

João: Eu entendo que o processo de interiorização, na verdade, veio dessa diretriz, de assumir, né, da Subsecretaria de administração prisional, assumir a gestão por inteiro dos presídios que estavam sob a polícia civil, e isso, na prática, significava colocar agente penitenciário, equipe técnica, dentro desses presídios, em outros casos, construir e fechar carceragem da polícia civil. [...] Construção de novas unidades em que isso permitiria, ao longo do tempo, resolver o problema, né? Desse desequilíbrio entre a Custódia de presos pela polícia civil. [...] A política era transferir presos. Então, essa interiorização, na verdade, ela veio decorrente da transferência. A gente não falava interiorização. Eu não tinha dado essa diretriz para minha equipe de interiorização. Porque para mim estava muito claro, a interiorização aconteceria, naturalmente, à medida que eu tirasse a polícia civil da gestão de carceragens de presídios do interior. (João, ex-secretário do governo, em entrevista para a pesquisa- 2024)

Assim como destacado pelo entrevistado, a interiorização no estado de MG decorreu da diretriz de transferência dos presos da polícia civil para o sistema prisional, o que ocasionou uma construção exponencial de estabelecimentos penais. Essas construções ocorreram pelas diferentes regiões do estado de Minas, abrigando, principalmente, aquelas que não possuíam a existência de nenhum estabelecimento penal, como Montes Claros e Teófilo Otoni.

Como parte dessas construções, durante a etapa de georeferenciamento dos estabelecimentos penais, foi possível notar que em algumas cidades do interior do estado, esses presídios estavam ao lado ou até mesmo em anexo as delegacias, fato que gerou estranhamento haja visto, a diretriz de transferência da polícia civil para a administração penitenciária. Como explicação para o fato, o entrevistado João destaca sobre a ausência de verbas para construção de novas unidades e a necessidade de aproveitamento dos espaços disponíveis nas delegacias:

João: A história do sistema prisional de Minas Gerais, né? Desde a Constituição de 88, que é a história de acréscimo de obras de carceragens em delegacia de polícia, é o agregado ou presídios anexos a delegacia de polícia do interior. Isso é, sempre foi muito prevacente. É o anexo ou puxados que você fazia com carceragem, é um setor administrativo e uma parte da frente ficava a delegacia. Então, como a diretriz era, a princípio, ter o menor custo possível da transferência do preso, então não havia dinheiro para você construir novos presídios para abrigar todos esses presos que estavam nessas carceragens da polícia. Então, o que era mais prático assumir a gestão dos puxadinhos, né, colocar lá o agente penitenciário, tirar os policiais civis, colocar agentes penitenciários, colocar provisoriamente um diretor, um gestor e, ao longo do tempo, montar uma equipe técnica ou, se possível, construir unidades maiores, como foi feito ao longo do tempo. **(João, ex-secretário do governo, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

A partir da expansão desses estabelecimentos penais nota-se um direcionamento para áreas distante da sede dos municípios, estando localizados na periferia geográfica. Esse fator decorre em consonância com as diretrizes orientadas pela Lei de execução penal (LEP),³ na qual esses estabelecimentos são deslocados pra áreas afastadas da região central das cidades, onde se encontram os grandes comércios, estabelecimentos estatais e direcionadas para áreas afastadas.

No que tange a Minas Gerais, um dos principais motivadores para esse afastamento além do grande crescimento de cidades da RMBH, foi o medo da população como veremos a seguir:

Entrevistadora- A gente tem visto nas pesquisas que desde 2003, a partir daí a gente teve uma interiorização dessas unidades penitenciárias que foram mais direcionadas para o interior ou para áreas mais distantes desse centro urbano. Na sua leitura é mais importante ficar distante, afastado e por que desse afastamento?

Paulo- Essa pergunta é interessante porque a criação do até então agente penitenciário foi em

³ A LEP pontua que a penitenciária masculina deve ser construída em áreas distantes dos centros urbanos, mas de forma que permita o acesso de familiares para visitaçao. Outra normativa diz respeito as cadeias públicas; presídios que devem ser instalados próximos aos centros urbanos. As casas do albergado devem ser inseridas em centros urbanos, para facilitar locomoção entre trabalho e estabelecimento para cumprimento da pena de restrição de liberdade.

2003. A carreira foi criada em dezembro de 2003, porém o plano de carreira, esse plano ele só foi criado em 2004. Como quem é que pode entrar, a forma que pode, as funções, as prerrogativas de ações. Então, no meio desse cenário, tentando equiparar, eles colocaram também por causa da LEP nos interiores, porque se você joga uma unidade dentro do centro de uma cidade, tem pessoas que ficam com medo, tem pessoas que ficam receosas, imagina ali, vamos dar exemplo da nossa capital, aqui em BH, na praça 7, uma unidade prisional. O que que seria? A população ela não ficaria um pouco temerária a isso? No meio desse medo, foi feito estudos para que foi feito a locação dos presos em regiões mais afastadas. Lembrando que essa região, também seguindo a lei de execuções penais, tem que ficar próximo dos condutos, de família dos presos. **(Paulo, policial penal, em entrevista para a pesquisa-2024)**

No que tange à visão da interiorização para os policiais penais, os argumentos citados se respaldam na LEP e no medo da população acerca da presença de unidades próximas as suas casas. Farkas (1999), em sua pesquisa sobre as complexidades na construção de prisões, destaca que para os moradores dos centros urbanos, a presença de estabelecimentos penais acarreta medo do aumento do valor das propriedades, além da perda da qualidade de vida pelo aumento dos ruídos. Ademais, o medo do crime diante também é um fator de destaque, pois vem acompanhado de um preconceito para com familiares de presos.

Do ponto de vista da gestão, a interiorização em MG decorreu da necessidade de desconcentração dos estabelecimentos penais, principalmente na RMBH, além das resistências tanto por parte da população local como pelas resistências políticas, como destaca o entrevistado:

João: O modelo prevaiente era unidades regionais bem regionalizadas, que pudesse atender as demandas locais, né? Porque a gente tinha que evitar um grande problema de sistema prisional de Minas penitenciário, principalmente, que era a grande concentração na região metropolitana, principalmente em Ribeirão das Neves, não é? [...] Havia a necessidade de ter unidades que atendessem as microrregiões. Em 2007, quando eu saí do governo, já tínhamos esse plano, esse planejamento estabelecido, onde deveríamos construir unidade de 400 vagas. A ideia era o modelo de 400 vagas. Eu não sei se prevaleceu depois disso. Mas isso não foi viabilizado num primeiro momento ou exatamente em função disso, das resistências políticas, da comunidade. Se dependia da prefeitura para desapropriar terreno, se dependia da prefeitura para fazer o serviço de infraestrutura, água, esgotamento, né? Abrir rua, asfaltar. Não havia essa boa vontade. Em boa medida para muitas das prefeituras. O desgaste de negociação era muito grande, estava sendo muito grande. **(João, ex-secretário do governo, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

Ao analisar as falas dos entrevistados, nota-se como a resistência da população, políticos e gestores locais se apresentou como ponto de relevância na construção ou não desses estabelecimentos nos municípios. Farkas (1999) discorre que com o fator da superlotação, a expansão prisional encontrou dificuldades na localização de novas áreas para construção desses estabelecimentos exatamente pelos mesmos motivos apontados pelos entrevistados.

A autora aponta que esses embates envolvem principalmente a população local, a partir do termo *NIMBY* (*not in my back-yard*), em português, não no meu quintal, grupos comunitários se reuniam para se mostrarem como oposição as prisões. Diante dessas negativas, a autora discorre sobre estratégias que foram adotadas pelos governos no início dos anos 2000, para lidar com a resistência

das comunidades, como exemplo: aumento da capacidade de prisões já existentes e a inserção desses estabelecimentos em áreas distantes, haja visto o preço dos terrenos que eram mais baratos e maior disponibilidade de espaço.

Fato semelhante aconteceu no município de Ribeirão das Neves, como podemos observar na fala do entrevistado João:

João: Num primeiro momento, nós tivemos que construir muitos, os primeiros novos presídios, nós tivemos que construir muito na região de Ribeirão das Neves. Muitos deles foram aproximadamente em 2002, 2004, até 2007. Porque os terrenos eram do governo. Então não dependíamos de desapropriações e nem da aquiescência da comunidade da cidade, porque a resistência era enorme sempre que a gente procurava algum prefeito, a Câmara de vereadores, olha, vamos construir presídios aqui a resistência era muito grande. Então para evitar o custo político, nos falamos vamos construir onde? Nós precisamos construir vagas. Precisamos de vaga urgente para ontem, Ribeirão das Neves nós temos lá um terreno que é nosso aí surgiu, surgiu vários, né? Unidades penitenciárias lá no primeiro momento, isso explica essa grande concentração prisional de Ribeirão da Neves, seja, porque boa parte dos terrenos eram do estado. **(João, ex-secretário do governo, em entrevista para a pesquisa-2024)**

Um dos fatores apresentados para essa mudança ao longo dos anos, foi o maior aceite político por parte dos governantes. Apontamos como hipótese para essa mudança de comportamento dos gestores como destacado pelo entrevistado a seguir, os repasses realizados pelo governo de MG para os municípios com estabelecimentos penais através da lei Robin Hood, além do oferecimento da ideia de uma dinamização da economia local.

João: É nítido que novas unidades surgiram em várias regiões do interior de Minas Gerais. Então eu, a minha avaliação, que o planejamento que nós fizemos em 2000, até 2006, 2007, ele começou a ser executado até a virada da década. Supostamente porque talvez aí as negociações políticas aumentaram, houve uma maior consciência dos prefeitos, dos deputados e dar apoio político para que essas obras acontecessem, não é? Então eu diria que Minas Gerais tem tido relativos sucesso nessa descentralização ou na verdade é descontração de unidades prisionais pelo interior. **(João, ex-secretário do governo, em entrevista para a pesquisa-2024)**

Pois, se por um lado a população e uma parte dos gestores se utilizavam da resistência para barrar o processo de construção desses estabelecimentos nos municípios, do outro, o argumento de um crescimento da economia local apontado nas negociações entre gestores e difundido pela opinião pública, pesava na balança, assim como apontado pela literatura (GODOI;2015; SABAINI, 2011; CITELLI, 2018).

Em Minas Gerais, não diferente dos outros estados do país, o discurso do impulso na economia foi um forte impulsor na expansão desses estabelecimentos por municípios do interior. Para a polícia penal do estado a movimentação da economia foi e continua sendo um dos principais fatores relevantes na interiorização:

Entrevistadora: Você acha que uma penitenciária, gera um benefício para aquela região, aumenta o comércio, aumento do número de casas ou a população fica mais resistente. Como que é?

Felipe- A população tem mais resistência por causa de históricos, né? Porque a gente vê mídia,

a gente vê São Paulo e Rio, a gente vê o complexo de Bangu e complexo de Pinheiros. Tem, tinha muita rebelião, então quem morava próximo tinha medo. Então a gente vê na mídia isso, isso é midiático. Mas quem mora em Bicas, quem mora na Nelson Hungria, por exemplo, próximo, quem mora próximo da Dutra quem mora próximo do presídio sabe que é ótimo pra cidade. O consumo aumenta, o número de dinheiro no comércio gira mais rápido, né? Eu conheço cidade, por exemplo, que, por exemplo, um lote era 10, 15 mil a penitenciária chegou, por exemplo, pulou para 70.000. Então, tipo assim, porque o salário do policial, hoje tem cidades aí que o policial ganha até mais que o vereador. Tem diretor que ganha mais que o prefeito e aí então, em tese, se for colocar no papel, é mais benefício do que malefício. **(Felipe, policial penal, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

Ao analisar a fala do policial penal Felipe, podemos observar que os motivos utilizados para justificar a construção de um estabelecimento penal são semelhantes aos já destacados pela literatura como o aumento do consumo local, o que impulsiona o comércio e dinheiro no município, além da valorização imobiliária, essa respectivamente pautada na condição financeira dos servidores públicos, como destacado pelo entrevistado. Os dados do último concurso público realizado pela SEJUSP em 2023, para provimento de cargos de policiais penais, apontam que o salário inicial desses servidores atualmente gira em torno de R\$ 5.000,00 mensais.

Essa informação salarial se faz importante quando pensamos quais as atividades econômicas realizadas nessas cidades são estimuladas pela construção dos estabelecimentos prisionais, e quem são os públicos que as utilizam como familiares dos detentos, policiais penais ou os próprios moradores. Silva (2019), em sua pesquisa sobre o mercado prisional no município de Lavínia, no estado de SP, destaca que uma das críticas negativas pelo poder executivo, sobre a presença das penitenciárias no município, é a baixa presença dos servidores da segurança pública após a criação do estabelecimento.

A pesquisa de Silva (2019) destaca que a presença de um policial penal na cidade é importante, pois a categoria apresenta uma renda acima da média do estado e investiria esse dinheiro no comércio local, além do direcionamento de impostos para o município como IPVA. Essa informação também é reforçada pelo policial penal entrevistado na nossa pesquisa que discute que o estabelecimento penal e a presença do policial penal no município dinamizam a economia.

De acordo com o entrevistado Felipe, na maioria dos casos, o policial penal se muda não para o bairro da penitenciária, mas para bairros adjacentes aqueles onde estão inseridos os estabelecimentos:

Felipe- Dinheiro, gente, fluxo, cria-se concessionária porque o cara vai querer comprar carro, cria-se imobiliária porque o cara vai querer comprar lote, então tipo assim.

Entrevistadora- Geralmente o policial muda pra próximo?

Felipe- Geralmente muda. O COPE, por exemplo, quando nós fomos para o COPE em 2010 pra você ter ideia olha como que coincidentemente, fizeram um prédio atrás do COPE, 6 polícias compraram apartamento lá, então assim nada nada foi seis casas a mais em BH, de um cara que morava em Divinópolis, outros moravam Montes Claros, outros moravam em Uberlândia, que teve que ter mais.

Entrevistadora- Uhum. E aí o policial muda pro bairro, dá penitenciária?

Felipe- Geralmente mais próximo.

Entrevistadora- Pela questão de segurança também, né?

Felipe - Comodidade mesmo Minas nós não temos esse problema igual no Rio, né? Aqui interior, por exemplo, né? O policial penal do interior ele anda fardado, igual polícia. A

Secretaria, restringir isso, mas naquela cidade, ele é respeitado junto à sociedade. Ele tem um trabalho legal, então ele pode, né? Tem cidade que o cara anda fardado, normal, como se fosse um policial militar, se encontra normal, ele vai de moto, vai de carro normal.

Entrevistadora- Você sente que no interior é mais seguro para o policial penal?

Felipe - Algumas regiões sim, se você isolar ali perto de Rio e São Paulo, mais perto dessas regiões da central com certeza é. Você não vê, por exemplo, tentativa de assassinato de policiais próximos. **(Felipe, policial penal, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

Para além da questão financeira, o prestígio é um dos pontos de realce na fala do entrevistado, onde ele aponta que mesmo Minas não apresentando as mesmas questões de ameaça ou morte de policiais penais, há maior a segurança e a valorização desse servidor em cidades do interior. Sabaini (2012) realizou uma análise comparativa do discurso dos policiais penais que atuam em municípios urbanos e daqueles de interior, como Itirapina em SP. O autor ressalta que na área urbana, esses servidores estão expostos a diferentes dilemas, como estigma da profissão, situações de insegurança e proteção dos dados, além da autovigilância acerca de onde ir, onde comentar do seu trabalho e quais espaços de lazer frequentar.

Para além dos benefícios econômicos citados anteriormente, a construção de um estabelecimento penal no município, se realizada de maneira adequada com investimentos na estrutura externa e interna, também atinge outras esferas dentro da segurança pública como, a) melhora da custódia; b) diminuição da superlotação; c) capacidade de atuação, como aponta João:

Entrevistadora: Bom, então quais os benefícios e malefícios para o senhor que o estabelecimento penal causa no município e para a população local?

João: Do ponto de vista da segurança pública, da política que gere a segurança pública, como é dos resultados de quem está preocupado em reduzir a violência, a criminalidade, a construção de presídios é fundamental. Principalmente em uma realidade como Minas Gerais, durante muito tempo, nós padecemos de péssimas qualidades das instalações das unidades prisionais, ainda temos unidades prisionais de péssima qualidade. [...] Quando você constrói um presídio, você já tem um plano, um modelo arquitetônico diferenciado, não é? Você já pode considerar vários aspectos previstos para a legislação que dá o mínimo de qualidade ao cumprimento da pena, isso me parece um ganho se melhora a qualidade da Custódia;

Entrevistadora: Sim **(João, ex-secretário do governo, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

No relatório “As Políticas Penitenciárias em Minas Gerais” (Crisp, 2023), os pesquisadores discutem que o sistema prisional mineiro foi alvo de constantes crises. Para os pesquisadores, a principal saída dos governantes para lidar com as crises foi a ampliação de vagas no sistema, entretanto algumas medidas tomadas pelo Estado não contemplaram a discussão acerca da violação de direitos dos presos, além das demandas deles como melhorias na qualidade da custódia.

João: Segundo a construção e abertura de novas vagas diminui superlotação ao diminuir a superlotação se aumenta a capacidade de ação operacional das polícias, porque muitas vezes depender da região do estado onde o sistema, as unidades prisionais, estão muito superlotadas, a polícia acaba não conseguindo, muitas vezes fazer prisões em flagrantes de crimes graves, muitas vezes. Então, abertura de vagas. Construções de presídios é fundamental para desafogar o sistema e diminuir superlotação. e terceiro, à medida que você consegue fazer isso, melhorar a qualidade da gestão da Custódia. Você também aumenta a capacidade de aparato repressivo, do aparato de segurança da cidade, da região diminuir a violência. É fundamental. Não é que presídio por si só reduz violência, construção de presídio, né? Abertura de novas vagas não é solução mágica para nada, mas regiões, cidades onde o sistema regional local está superlotado, sem vaga. A violência tende a ser muito grande, gera muita

impunidade. Muitos criminosos ficam soltos porque não há onde ser custodiados. Então isso aumenta a incidência de vários crimes, então essa é uma outra justificativa. **(João, ex-secretário do governo, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

É importante pontuar que assim como destacado pelo entrevistado João, a ampliação auxilia na diminuição da superlotação prisional o que é um benefício, entretanto mesmo com a expansão de vagas os estabelecimentos penais do estado estão em sua maioria com superlotação da capacidade total planejada. Diante disso, percebe-se também que não se pode pensar que apenas a ampliação de vagas sem as melhorias devidas dentro do sistema é o suficiente. Esses avanços auxiliam não apenas na melhora da qualidade do trabalho dos policiais penais e outros servidores públicos, mas também no cumprimento da pena, na efetiva ressocialização e maior segurança por parte da população, assim como destacado pelos entrevistados anteriormente.

Outrossim, se por um lado a interiorização é benéfica, por outro ela apresenta entraves devido a localização dos estabelecimentos penais, como à dificuldade de acesso das pessoas, familiares ou trabalhadores, e também dos insumos:

Felipe: Infraestrutura zero, por exemplo, Pouso Alegre, que é uma cidade até grande pelo sul de Minas. Ela é grande e tem as outras unidades menores próximas, ela que centraliza tudo e já chegou ao ponto, já vi ponto de lá, não ter a viatura para fazer o transporte do preso para o hospital, civil ou a militar ou ligar para o SAMU de uma outra cidade, então essa parte é pesada. Fora a falta de servidor, insumos, o estado também peca muito, vamos supor na grande BH o depósito de insumo está aqui na cidade administrativa ou está aqui no centro, então chega rápido em Bicas, chega rápido na PIEP normal, mas lá em Formiga, Juatuba mais longe, lá em Montes claro, por ser central, também demora a chegar, porque tudo é descentralizado. **(Felipe, policial penal, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

Quanto ao apresentado pelo entrevistado Felipe acerca das dificuldades de acesso aos insumos e da sobrecarga de uma centralidade, devido às demandas dos municípios do entorno, podemos correlacionar as teorias e conceitos estudados pelos teóricos da Geografia. Os quais, apontam que é notório que um local não apresentará desenvolvimento igual a outro, devido as suas especificidades, regidas pela relação do sítio e a sua posição geográfica (Corrêa 1995;2004; George, 1969).

Entretanto, quando se insere um empreendimento em determinado local, é necessário pensar em diferentes questões como a disponibilidade de recursos além das condições de acessibilidade. Mesmo com a globalização, o avanço das tecnologias e a descentralização, as cidades ainda possuem grande importância para o modo de produção capitalista, as metrópoles, as grandes e as médias cidades possuem centralidades no oferecimento de bens e serviços especializados, sendo área de influência para as do seu entorno.

Nesse processo de diferenciação da oferta de serviços, disponibilidade de recursos e desenvolvimento, as cidades pequenas apresentam problemas cotidianos na ausência de investimentos nos seus empreendimentos, falta de pessoal e disponibilidade de recursos, sendo necessário recorrer aos polos de referência do entorno, das cidades médias e grandes, que muitas das vezes apresentam um sobrecarga na demanda de serviços, não apenas pela sua centralidade, mas também pela ausência de maiores investimentos (Pereira et al 2015; Haesbaert, 1999; Corrêa 1995).

Felipe: Eu já fui em uma unidade, não sei se foi Abre Campo, mas pequena tinha por exemplo

uns seis policiais penais com unidade de 200 e 300 presos. Aí a prefeitura manda uma enfermeira, tem a parceria também no interior, é assim. A prefeitura demanda enfermeira, tem uma cidade que está faltando dentista até fiz essa reclamação já para a secretária, parece que é Matosinho pertinho, os presos lá são, são ex-servidores, né? A maioria são policiais penais reclamando de atendimento dentário, cara coisa básica, básica, né? Que Bicas tem um consultório dentro. Não sei se a PIEP tem um consultório dentro ali, então, né? Lá em Matozinhos por exemplo, o dentista é um vereador que está afastado. E aí não vai lá. Você vê como é que é? Existe o servidor, mas estar afastado e cadê a substituição, que não existe por causa do pessoal, entendeu? São coisas boba que isso aí está falando de Matozinhos, a gente já foi lá em Janaúba, mesma coisa não tem dentista tem que levar pra Montes Claro, essa baixa é pesada, tem essa parte ruim no interior igual você perguntou, a diferença do interior para capital é total. Viatura, pessoa, infraestrutura tudo é regionalizado naquele, naquele polo. Né? No Norte, é Montes Claros. No triangulo seria Uberlândia, Uberaba, né? Que são as cidades maiores no sul, Juiz de Fora rio aqui para cima e leste seria Valadares. Então é assim as cadeias próximas usam o centrão, igual nós aqui, Bicas, Betim, Contagem. **(Felipe, policial penal, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

Como proposta para solucionar alguns dos problemas apresentados pelos entrevistados João e Felipe, destacam-se a necessidade de uma regionalização que integre o departamento penitenciário, assim como já acontece com as policiais civis e militares a partir das regiões integradas de segurança pública integrada (RISP).

João: Eu diria que Minas Gerais tem ido bem, a diretriz de desconcentração do sistema tem ido bem e é correta. Agora tem outro problema, quando você desconcentrar a gestão pelo interior, você tem que criar estrutura. Você tem que também levar para o interior as estruturas de gestão que estão na capital, na matriz, né? Toda a política, todo os programas de trabalho, de educação, de assistência médica, isso geralmente está planejado no centro, aqui na estrutura administrativa da Secretaria de justiça e segurança e no Depen. E gerir tudo isso em unidade no interior do triângulo do sul, do Norte, não é adequado tomar decisões aqui na capital referente à unidade prisional lá de Francisco Sá, lá de Montes Claros, lá no sul de Minas. Essa distância não é adequada, você precisa, muitas vezes, então, de desconcentrar também as estruturas administrativas. **(João, ex-secretário do governo, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

Felipe-Vamos supor, regionalizado igual a gente queria fazer assim. Já tem projetos de regionalização hoje, norte, sul, leste e oeste não é. Não é à toa que quando tem um processo de rebelião, motim, nós da capital COPE sai daqui, vai para Valadares, sai daqui vai para o Juiz de Fora, sai daqui, vai para Montes Claros.

Entrevistadora- Então a ideia era ter um COPE em cada região?

Felipe- Um projeto desde quando entrei lá em 2010. Ia ser um projeto top de bola, ia ser Uberlândia, triângulo, norte, Montes claro, sul seria Juiz de fora e leste seria Valadares ia ficar assim, ramificação, ia ter o COPE central, mas é aquele negócio falta pessoal, falta interesse, política de interesse e vontade, beleza? . **(Felipe, policial penal, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

Assim como destacam os entrevistados João e Felipe, cada região possui suas especificidades e necessidades. Diante disso é importante pensar que o ato de descentralizar os estabelecimentos penais e leva-lós para o interior do estado exige que as estruturas, unidades gestores e especificidades de atendimento, como o COPE sejam também descentralizadas da RMBH. Podendo ser regionalizadas a partir dos critérios pré-estabelecidos, criando nas cidades grandes ou médias de cada região intermediária pólos de atendimentos que auxiliem nas demandas dos estabelecimentos penais das proximidades, sem a necessidade de um extenso deslocamento desses insumos ou pessoas oriundos da RMBH.

Neste capítulo discutimos sobre a interiorização em MG e destacamos os malefícios e

benéficos da inserção de um estabelecimento penal em um município, o que possibilitou a compreensão sobre as expectativas e realidades desses processos. No próximo capítulo discutiremos como o fenômeno da interiorização atinge os municípios da Região Metropolitana de BH, e se a proximidade com Belo Horizonte favorece uma menor ocorrência dos percalços encontrados nas cidades do interior.

5. ESCALA MESOREGIONAL

O processo de metropolização da Região Metropolitana de Belo Horizonte se iniciou em 1940 com a criação da Cidade Industrial Juventino Dias, conhecida como Cidade industrial de Contagem. O complexo foi inaugurado em 1946, porém a implementação das fábricas se deu, efetivamente, a partir de 1950 (ANDRADE et al 2015; CONTAGEM, 2009; LAGES 2020).

Os autores Andrade; Mendonça e Diniz (2015) discutem no trabalho *Belo Horizonte: Transformações da Ordem Urbana* o processo de desenvolvimento da RMBH, o qual alinhado a industrialização provocou uma expansão urbana para oeste de Belo Horizonte, como municípios que integram este vetor temos as cidades de Contagem, Betim, Ibirité, Sarzedo e Mário Campos, que receberam forte incentivo estatal na construção de rodovias e facilitação do acesso para possibilitar uma maior integração desses municípios industriais a Belo Horizonte e outros estados do Brasil.

Ademais, as áreas industriais e o setor de recursos naturais também foram instaladas em municípios como Santa Luzia e Pedro Leopoldo, São José da Lapa, Vespasiano, Esmeraldas e Ribeirão das Neves que compõem o vetor norte central da RMBH. Ribeirão das Neves, com atenção especial, pois possui o estigma de cidade dormitório e cidade presídio, por contemplar oito das 33 unidades prisionais da RMBH.

No que tange ao vetor norte, Andrade et al (2015) apontam uma crescente expansão imobiliária, atrelado ao município de Confins que abriga o aeroporto Tancredo Neves e a expansão da Cidade Administrativa e da Linha Verde. O vetor também abarca os municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Capim Branco e Baldim.

Na porção Sul da RMBH contamos com o mesmo movimento de expansão imobiliária, porém com a extensão das áreas residenciais de alta renda da população que antes residia em Belo Horizonte, se distribuindo entre os municípios de Brumadinho, Nova Lima, Raposos e Rio Acima.

Ademais, o vetor leste reflete a forte presença de atividade mineradora com os municípios de Sabará, Caeté, Nova União e Taquaraçu de Minas. No vetor sudoeste, por fim, encontramos a maior parte dos municípios da RMBH como São Joaquim de Bicas, Igarapé, Juatuba, Mateus Leme, Florestal, Rio Manso, Itatiaiuçu e Itaguara, que recebem forte influência da BR-381 e se apresenta como um vetor menos urbanizado (ANDRADE et al 2015).

Andrade et al (2015) também discutem no trabalho que a forma com a qual o território da RMBH foi organizado resultou em uma segmentação espacial e social com um crescimento econômico desigual entre os municípios da região metropolitana, como exemplo os municípios de

Belo Horizonte, Contagem e Betim, que possuem a maior concentração de empregos. Essa concentração afeta diretamente a mobilidade dessa população trabalhadora que ocupa as áreas mais distantes do centro das cidades.

Soma-se à discussão dos autores que a divisão do território aponta concentração de segmentos de alta renda na área central de Belo Horizonte, Betim e Contagem, além da porção Sul, dando ênfase ao município de Nova Lima. As áreas mais vulneráveis então permanecem no entorno de Belo Horizonte, ao Norte e nas áreas periféricas de Contagem e Betim, onde se aglomeram os loteamentos populares e os trabalhadores.

5.2 Interiorização na RMBH

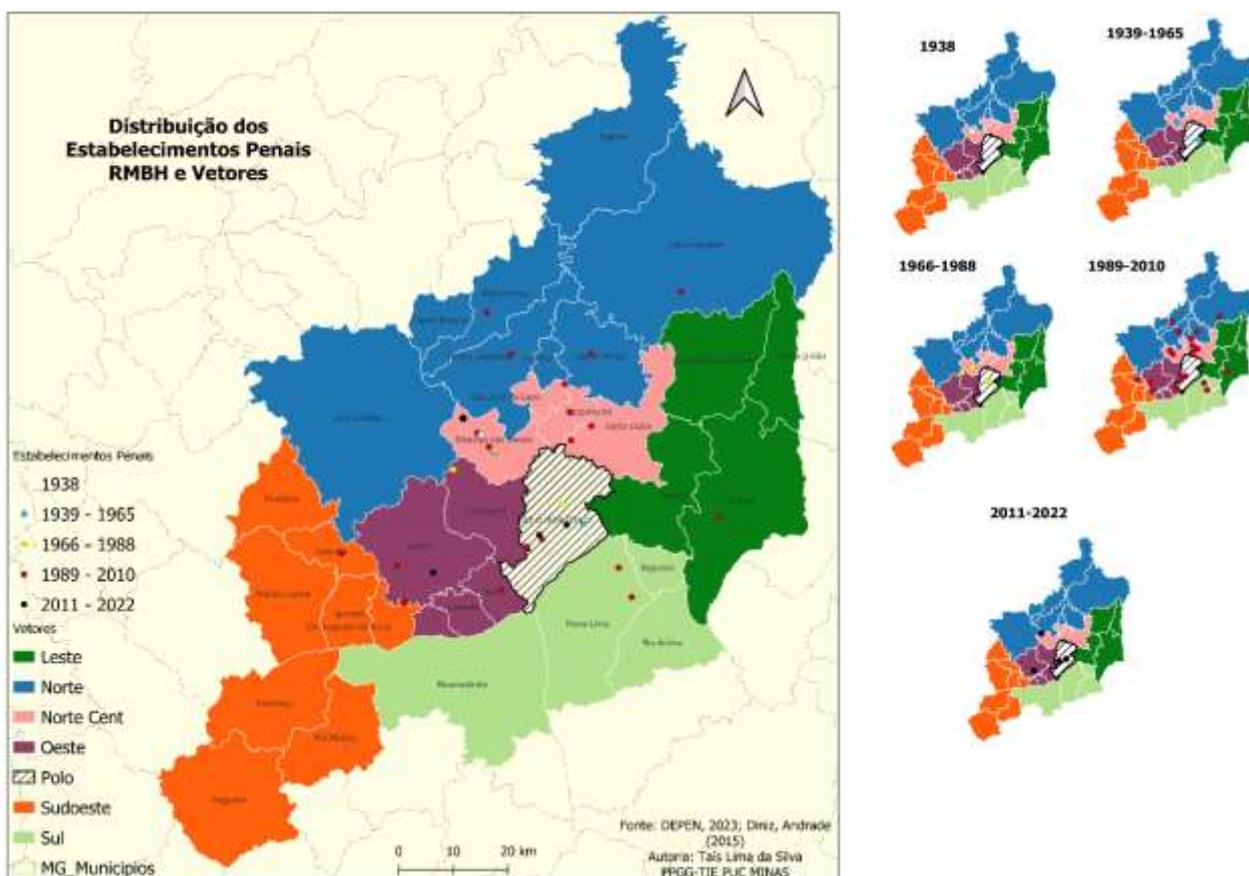
Como parte da nossa análise, notamos que o processo de expansão das unidades penitenciárias seguiu a mesma lógica de uso do território geográfico, priorizando a construção de unidades prisionais em áreas periféricas dos municípios da RMBH, estando estes elementos cada vez mais distantes do centro de Belo Horizonte e das áreas centrais dos municípios de origem.

Belo Horizonte, enquanto capital, apresenta o oposto do processo de periferização, sendo um espaço com maior presença de uma elite com maior poder aquisitivo, melhor infraestrutura e com um alto custo de terra. Esse processo de segregação, que é definido pela literatura como centro-periferia, exclui trabalhadores dessas áreas com melhor infraestrutura urbana e oferta de serviços e trabalho, e direciona-os para espaços menor infraestrutura, além da ausência de transportes públicos baratos e que sejam de qualidade (ANDRADE; MENDONÇA, 2010).

O conceito de periferia utilizado nesta análise parte do entendimento de uma periferia que é resultado de uma produção e distribuição de uma riqueza desigual, expressa no espaço, através da área de habitação de uma elite, que ocupa um local de moradia diferente daqueles ocupados pelos mais pobres. A partir de uma discussão pautada na Geografia urbana compreende a periferia baseada nos limites geográficos, na influência dos dados socioeconômicos e na produção do espaço urbano (TIARAJU D' ANDREA, 2020).

O mapa 4 retrata a acentuação da expansão interiorizada de unidades prisionais na RMBH, a qual se evidenciou entre os anos de 1989 a 2010, com predomínio de construção dessas unidades nas periferias geográficas dos vetores Norte, Norte Central e Sudoeste da RMBH, os quais como dito anteriormente apresentam características de maior vulnerabilidade.

Figura 4: Mapa Distribuição dos Estabelecimentos Penais RMBH e Vetores



A leitura dos dados permite observar que a inserção de estabelecimentos penais pelos diferentes vetores da RMBH ocorre de forma distinta, associando esse fenômeno a fatores específicos do histórico de expansão dos vetores, alinhado a característica socioeconômica dos municípios e o processo de periferização.

A literatura aponta que a periferização da RMBH passou por um processo de intensificação na década de 1970, dada a ausência de políticas públicas para habitação, o elevado preço da terra e as desigualdades sociais, fatores que levaram a uma ocupação e crescimento da população urbana da RMBH e de municípios, especialmente do vetor norte. Esse processo de metropolização de Belo Horizonte foi resultado de dissonâncias e semelhanças no crescimento periférico; o primeiro ocasionado pela expulsão dos trabalhadores e população de baixa renda para a periferia, com a criação de cidades dormitórios no eixo norte. O segundo induzido pelo estado, a partir de uma estruturação econômica no eixo oeste, e no sul com a periferização das classes médias (ANDRADE; MENDONÇA, 2010; OSMAR; STEPHAN, 2015).

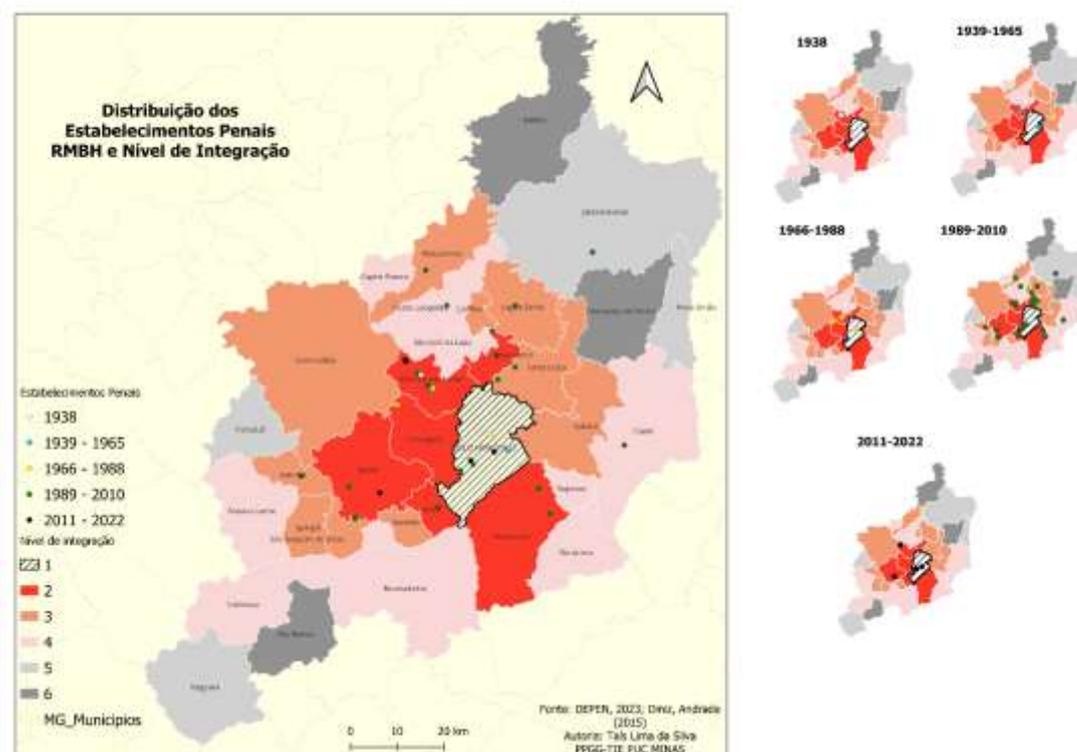
A partir dessa dinâmica, somam-se os agentes imobiliários que atuaram diretamente no município de Ribeirão das Neves, produzindo vazios urbanos nas áreas centrais com foco no comércio, e com a criação e venda de loteamentos precários nas periferias mais distantes. Se por um lado a periferia de Ribeirão das Neves foi abandonada pelo estado e ocupada pelos agentes imobiliários, o centro foi ocupado pelo estado a partir da instalação da Penitenciária Agrícola de Neves, que instituiu sobre aquele lugar o estigma de cidade presídio e dormitório com baixa infraestrutura (ANDRADE; MENDONÇA, 2010).

Zomighani (2013) discorre que a desigualdade gerada pela distribuição de renda, de oportunidades de emprego e melhores remunerações, mostra um arranjo espacial diferente e com concentração de infraestrutura como redes, transportes e comunicação. Ademais, soma a distribuição desigual de serviços públicos como saúde, lazer, educação, transportes, que vem acompanhada de uma densidade territorial onde o meio técnico científico e informacional foi inserido.

O meio técnico científico e informacional decorre de uma evolução científico e técnica, a partir do avanço da tecnologia. São redes técnicas que auxiliam na circulação de ideias, mensagens, pessoas e mercadorias criando conexão entre os lugares. Entretanto, essa inserção dessas redes não ocorreu de forma simultânea no espaço (Santos, 2006; 2013). Esse processo atinge diretamente os estabelecimentos penais e os sujeitos que estão inseridos no sistema prisional, sendo direcionados para áreas distantes da capital e do centro dos municípios com menor infraestrutura e uma dificuldade de acesso.

Ademais, soma a análise a expansão das unidades para municípios com nível de integração alto e médio, e quando inseridas em municípios com integração muito alta são direcionadas para a periferia geográfica desses lugares, assim como demonstra o mapa 5.

Figura 5: Mapa Distribuição dos Estabelecimentos Penais RMBH e Nível de Integração



Ao analisar o mapa, é possível observar que a partir de 1966 observamos uma implantação dos estabelecimentos penais em periferias geográficas, como no município de Contagem que recebe a primeira penitenciária de segurança máxima do estado em 1988. Contudo, é a partir de 1989 a 2010 que observamos uma maior expansão desses estabelecimentos, que estão inseridos em municípios com nível dois de integração, mas, também, direcionando para municípios com menor interação com o polo Belo Horizonte, tais como Pedro Leopoldo, Caeté e Jaboticatubas.

Outrossim, os dados de 1989 a 2010 também permitem observar que quando inseridos em municípios com alto nível de integração, a posição dos estabelecimentos penais também se altera, sendo direcionados para a periferia nos limites geográficos, mais distantes das áreas centrais desses municípios e distantes de Belo Horizonte.

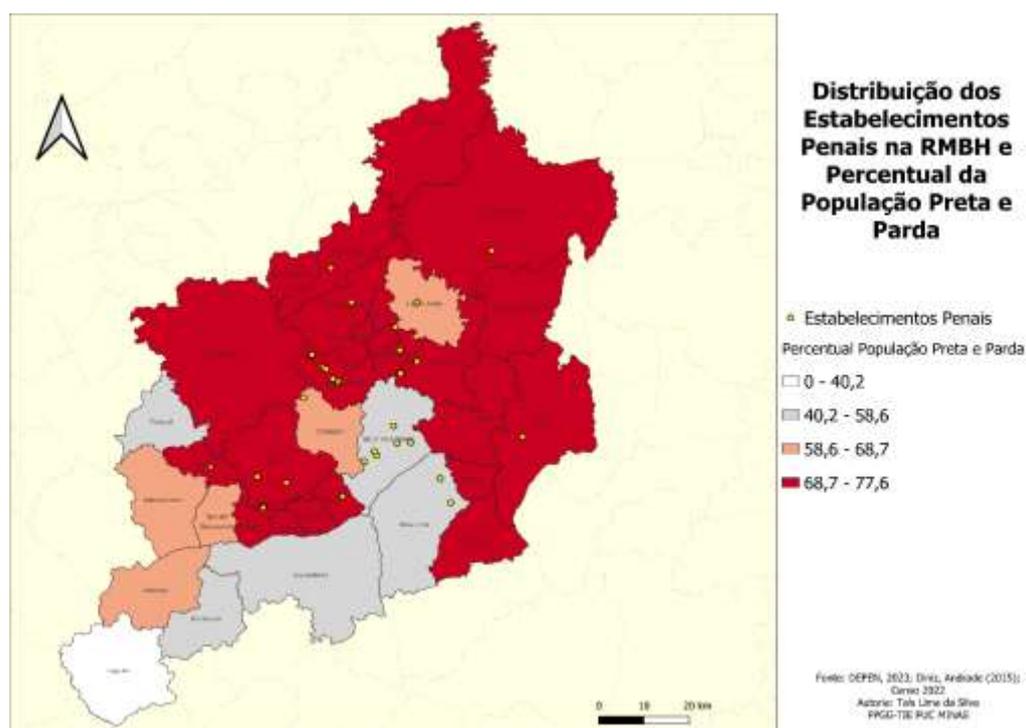
Como forma de visar um desenvolvimento da RMBH, o plano diretor de desenvolvimento integrado da RMBH, no que tange ao eixo segurança, apresenta um panorama do aumento da criminalidade urbana a partir dos anos 2000, assim como discutido anteriormente pela literatura. Para as pesquisas, essa alteração se deve ao tráfico de drogas que assume uma lógica comercial, como fonte de renda principalmente nas periferias (RMBH, 2011).

O PDDI da RMBH também destaca que a criminalidade atinge a população de maneira distinta, com maior presença de homens, jovens, negros oriundos de favelas, perfil que se assemelha ao da população carcerária do país e da RMBH. Atualmente a RMBH possui 17.790 detentos, pelos 34 estabelecimentos penais distribuídos pelos municípios.

Antes de apresentar os dados sobre o perfil dos encarcerados da RMBH, buscamos analisar

qual o perfil étnico-racial dos municípios em que os estabelecimentos penais foram inseridos ao longo do processo de expansão e interiorização. Essa análise é pertinente a partir do momento em que compreendemos que a variável raça agregada nos estudos espaciais, demonstra que o espaço urbano não é apenas ordenado por questões de cunho econômico, mas também por outros fatores como a raça, designando o ordenamento socioespacial. (Ferreira;Ratts, 2016).

Figura 6: Mapa Distribuição dos Estabelecimentos Penais RMBH e Percentual da População Preta e Parda



O mapa detalha que os municípios com maior presença de população que se autocalifica como preta e parda são, também, aqueles em que mais se encontram estabelecimentos penais, além de demonstrar que os municípios com menor índice de população preta e parda não apresentam estabelecimentos penais como Itaguara. Dado que reforça a compreensão de que o direcionamento de uso e de determinados tipos de estabelecimentos, possuem relação tanto com o poder aquisitivo tanto com a discussão racial, mostrando que a raça é uma barreira social e espacial, além de um marcador da ocupação e presença na cidade, pois existem lugares onde não se vê pessoas negras, ou quando as vêm elas não ocupam posição social de destaque (Ferreira; Ratts, 2016).

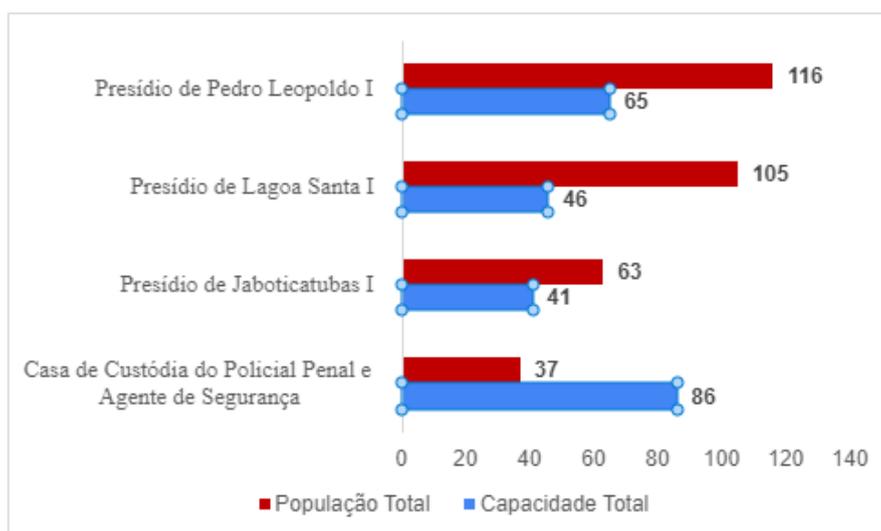
Para a discussão do perfil dos detentos(a) e a capacidade dos estabelecimentos penais, optamos por apresentar esses dados a partir da distribuição dos vetores da RMBH, nos quais os municípios estão inseridos, buscando compreender melhor como a presença de unidades prisionais se apresenta de forma diferente entre os vetores da RMBH.

5.2.1 Vetor Norte

O Vetor Norte é composto pelos municípios de Baldim, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Confins, Pedro Leopoldo, Capim Branco e Matozinhos. Nesse vetor, contam com estabelecimentos penais os municípios de Pedro Leopoldo, com um presídio criado no ano de 2006; Lagoa Santa, que também possui um estabelecimento penal tipificado como presídio datado de 2009; Jaboticatubas, com presídio de 2010; e Matozinhos, com a casa de custódia do policial penal e agente de segurança criada em 2009.

Todos os estabelecimentos do Vetor Norte são direcionados a pessoas do sexo masculino e juntos esses estabelecimentos somam uma população total de encarcerados de 321 detentos, distribuídos entre presídios e a casa de custódia direcionada a policiais penais e agentes de segurança em cumprimento de pena.

Gráfico 1: Capacidade e População de detentos Vetor Norte



Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

Com exceção da Casa de Custódia do Policial Penal e Agente de segurança, todos os estabelecimentos penais do vetor Norte se encontram com uma superlotação diante da capacidade total. A população presente nesses estabelecimentos não é formada apenas por presos provisórios como direciona a LEP, mas apresenta detentos do regime fechado e semiaberto.

Gráfico 2: Grau de instrução presos Vektor Norte

Fonte: Aatoria Própria; Sisdepen (2023)

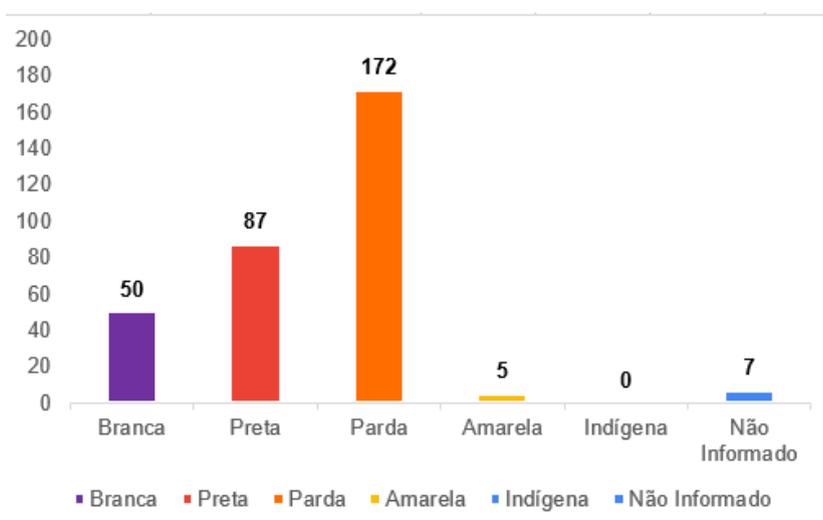
Quanto ao grau de instrução, os sujeitos encarcerados no vetor Norte apresentam em sua maioria ensino fundamental incompleto, seguidos por um maior número do ensino médio incompleto. Buscando compreender sobre as atividades ofertadas de cunho educacional, com exceção dos detentos inseridos no Presídio de Pedro Leopoldo que não apresenta a oferta de atividades escolares, 41 detentos realizam tais atividades, dos quais 21 em cursos voltados para a conclusão do ensino fundamental, e 20 em cursos de capacitação.

Quadro 4: Idade presos Vektor Norte

Idade	Valor
18 a 24 anos	78
25 a 29 anos	77
30 a 34 anos	57
35 a 45 anos	75
46 a 60 anos	29
61 a 70 anos	5
Mais de 70 anos	0
Não informado	0
Total	321

Fonte: Aatoria Própria; Sisdepen (2023)

No que tange à idade os detentos do vetor Norte apresentam idade semelhante ao perfil nacional, com presos em sua maioria com idades entre 18 a 29 anos, entretanto também chama atenção o alto número de encarcerados entre 35 a 45 anos. Para os autores Mota;Ribeiro;Moura (2011), a maior presença de indivíduos com as idades de 18 a 40 anos se deve ao fato de serem uma população economicamente ativa, além de possuírem folêgo para a realização das atividades como o envolvimento com delitos.

Gráfico 3: Raça presos Vetor Norte

Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

Quadro 5: Procedência presos Vetor Norte

Procedência	Valor
Área Urbana - Municípios do Interior	34
Área Urbana - Municípios em Regiões Metropolitanas	280
Zona Rural	7
Total	321

Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

Ademais, quanto à raça o maior número de detentos se autodeclara pardo ou preto, reforçando os apontamentos da literatura sobre um maior encarceramento da população negra. Ao comparar os dados de raça dos detentos do vetor norte com o mapa 6, o município de Lagoa Santa apresenta menor taxa de população autodeclarada parda ou preta. O presídio de Lagoa Santa apresenta o maior valor da população que se autodeclara branca (16) dentre os estabelecimentos penais do vetor norte. Quanto à procedência, 280 detentos são oriundos de municípios da região metropolitana, com menor presença de sujeitos que vieram da zona rural.

5.2.2 Vetor Norte Central

Compõem o vetor Norte Central os municípios de Esmeraldas, Ribeirão das Neves, São José da Lapa, Vespasiano e Santa Luzia. Nesse vetor, apenas Esmeraldas e São José da Lapa não possuem unidades penais. O município de Santa Luzia possui dois estabelecimentos penais, a APAC de 2006 e o Presídio de 2008. Por sua vez, Vespasiano apresenta duas unidades penais em seu território, ambas direcionada ao público feminino: o Centro de Referência da Gestante, criado em 2009; e o Presídio Feminino de 2006.

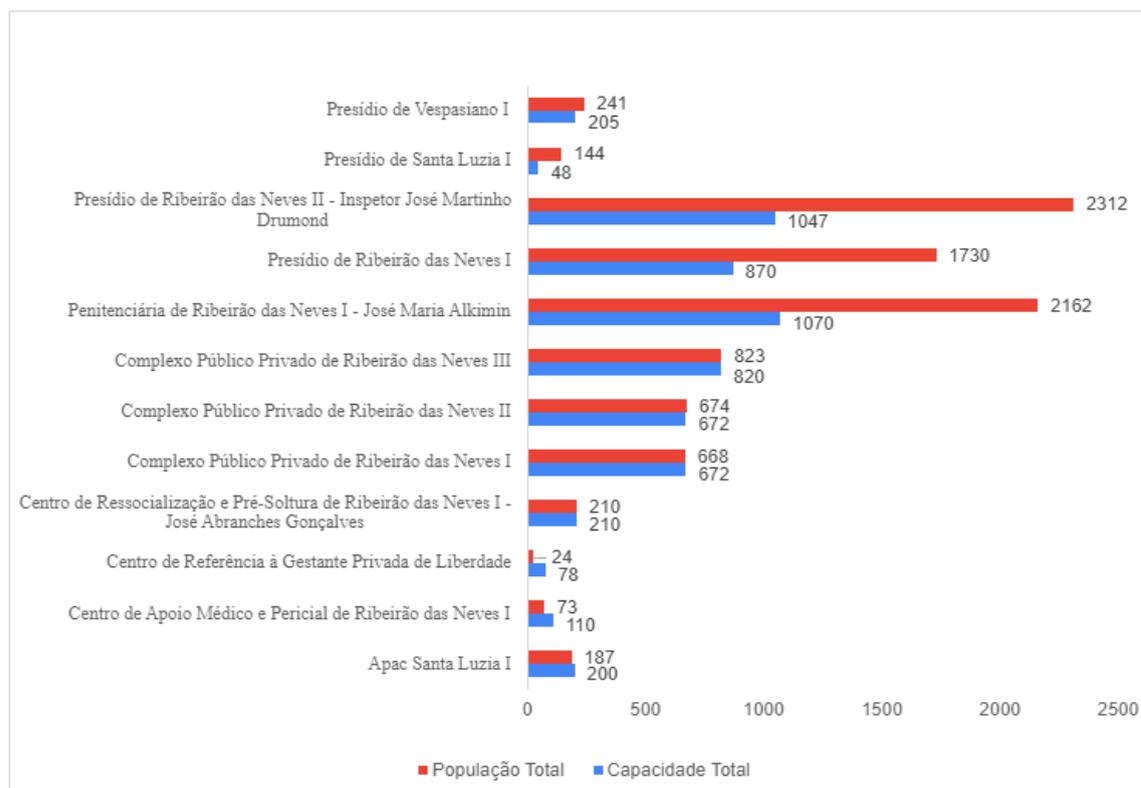
O município de Ribeirão das Neves ganha enfoque na discussão, por sua extensão de estabelecimentos penais frente a outros municípios do vetor e do estado de MG. A primeira unidade, considerada também uma das mais antigas do estado, a Penitenciária José Maria de Alkimin, foi criada

em 1938, denominada a antiga penitenciária agrícola de Neves. Em 1965, o Presídio de Neves, conhecido como Antônio Dutra Ladeira, foi instaurado no município, seguido em 1982 do Centro de Ressocialização e Soltura de Ribeirão das Neves. Vinte anos depois, em 2002, cria-se o Centro de Apoio Médico e Pericial de Ribeirão das Neves, seguido em 2006 pelo Presídio Inspetor José Martinho Drummond e, entre 2013 e 2014, dos complexos públicos e privado.

Osmar; Stephan (2015) e Campos (2009) destacam que a implantação da PAN alterou o espaço geográfico de Ribeirão das Neves, a partir de uma concentração da população ao redor da penitenciária. Para os autores, foi a partir da instalação da penitenciária e de novos estabelecimentos penais, que o município passou a ser lido no contexto metropolitana como cidade presídio, estigma que prejudica seu desenvolvimento até os dias atuais.

De acordo com os autores Osmar;Stephan (2015), a intenção do estado de MG era transformar o município de Ribeirão das Neves em um espaço carcerário, sendo que a sua proximidade com a capital Belo Horizonte e a ausência de desenvolvimento econômico fatores que favoreciam a proposta. Para o autor, se por um lado houve o aumento de unidades prisionais, por outro houve déficit nos investimentos em educação, saúde, infraestrutura e ofertas de empregos (Osmar; Stephan, 2015, p. 139).

Gráfico 4: Capacidade e População de detentos Vektor Norte Central



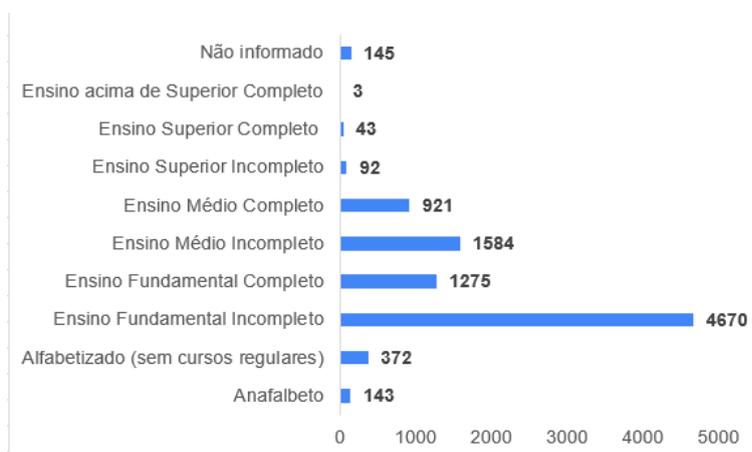
Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

O vetor Norte Central apresenta, ao todo, 9.248 encarcerados. Trata-se do vetor com o maior número de unidades prisionais e presos da RMBH. Das doze unidades prisionais lotadas

no vetor, apenas quatro não apresentam superlotação. Dessas apenas uma está localizada em Ribeirão das Neves, sendo que o município apresenta oito unidades e cinco estão com excedente prisional.

Esse dado evidencia o estigma presente em Ribeirão das Neves, como cidade-presídio, haja visto o alto número de unidades prisionais e detentos. Dos 9.248 encarcerados no vetor, 8.652 estão inseridos em estabelecimentos penais do município, fator que leva a refletir sobre a função que esse território cumpre para o Estado no campo da segurança pública. Essa condição também reforça a discussão de que apenas a ampliação de vagas não resolve o problema do sistema prisional no país, sendo necessária a execução de políticas públicas efetivas para a ressocialização desses sujeitos. Ademais, é também relevante a reflexão acerca de estratégias que diminuam a entrada dos sujeitos no sistema, a partir de medidas desencarceradoras, as quais desafogariam os estabelecimentos penais superlotados.

Gráfico 5: Grau de instrução presos Vetor Norte Central



Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

No que concerne à escolaridade, os presos do vetor Norte Central apresentam, em sua maioria, o ensino fundamental incompleto, sendo seguidos por presos com ensino médio completo. Quanto às atividades laborais e educacionais, todos os estabelecimentos apresentam oferta de atividades para os detentos, porém os números são baixos dado o alto número de presos. No que diz respeito às atividades educacionais, apenas 537 exercem atividades para completar os estudos, enquanto em relação às atividades laborais, 2.058 realizam algo relacionado ao universo do trabalho, interno ou externo.

Sabe-se que o trabalho e a educação são direitos para todos os sujeitos dentro ou fora da prisão. A LEP, por sua vez, reforça esse ideal na maneira em que garante que é direito do apenado assistência educacional e garantia ao trabalho, esse que deve ser remunerado e em condições semelhantes aquelas exercidas por trabalhadores livres (VIANA, 2017, p.98)

Para Viana (2017), quando o sujeito em situação de cárcere está inserido em atividades educacionais e laborais, essas atividades possibilitam aos indivíduos uma utilidade do tempo de pena em prol do condenado, para que ele não saía da situação prisional de uma maneira que

prejudique seu contato externo e ressocialização.

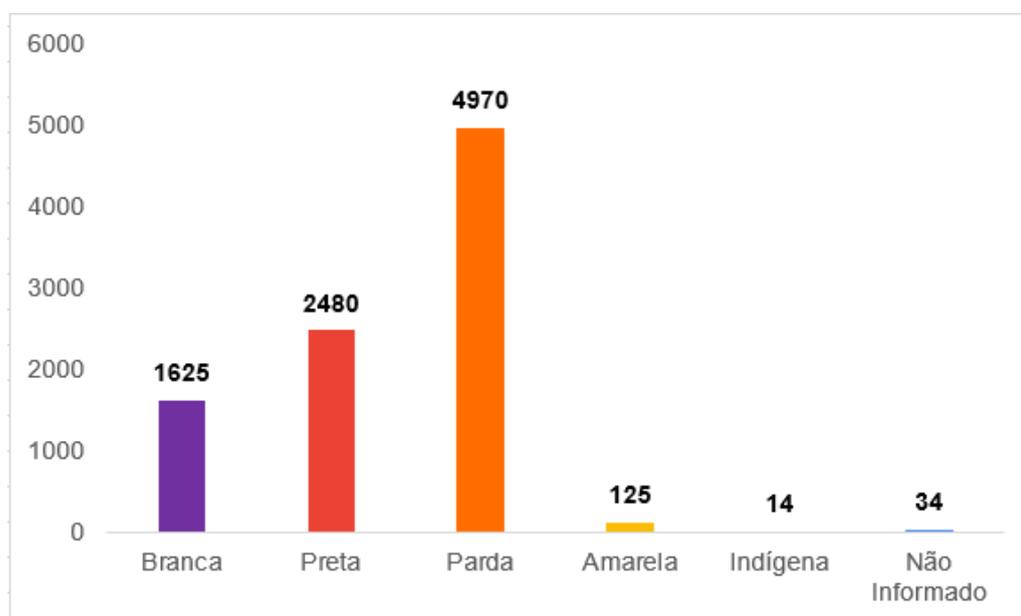
Quadro 6: Idade presos Vetor Norte Central

Idade	Valor
18 a 24 anos	1634
25 a 29 anos	2297
30 a 34 anos	1903
35 a 45 anos	2499
46 a 60 anos	756
61 a 70 anos	125
Mais de 70 anos	28
Não informado	6
Total	9248

Fonte: Aatoria Própria; Sisdepen (2023)

Outrossim, os detentos presentes no vetor Norte Central apresentam em maior número idade de 35 a 45 anos, seguidos de presos com 25 a 29 anos. Diferentemente do vetor Norte, as unidades do vetor Norte Central apresentam encarcerados com idade maior que 70 anos, em sua maioria (21) localizados no Presídio Inspetor José Martinho Drummond.

Gráfico 6: Raça presos Vetor Norte Central



Fonte: Aatoria Própria; Sisdepen (2023)

Quadro 7: Procedência presos Vetor Norte Central

Procedência	Valor
Área Urbana - Municípios do Interior	287
Área Urbana - Municípios em Regiões Metropolitanas	8772
Zona Rural	189
Total	9248

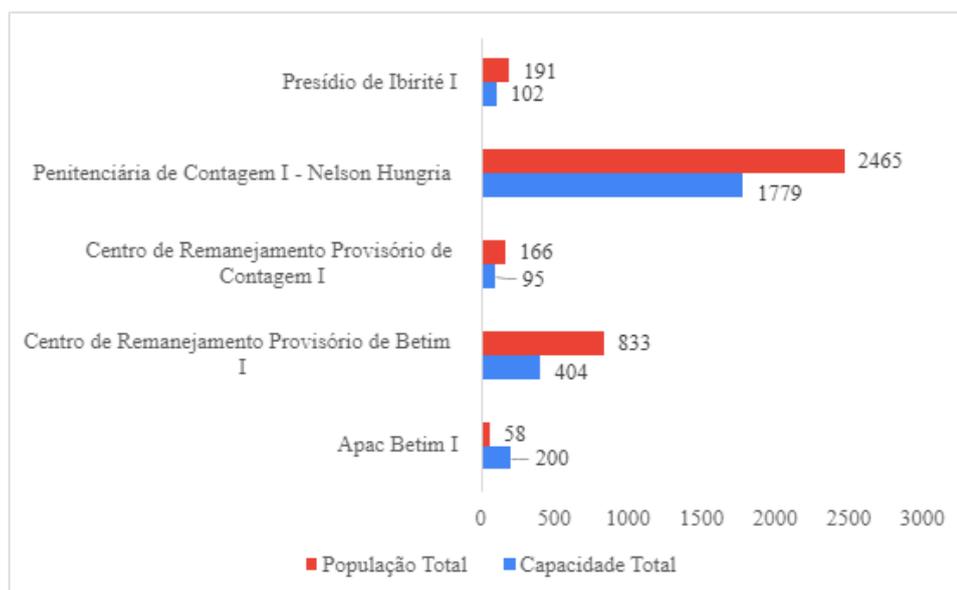
Fonte: Aatoria Própria; Sisdepen (2023)

Ribeiro, Fleury; Alfredo (2023) desenvolvem o argumento de que a raça é um fator que aparece como ponto de relevância no processamento penal, principalmente no cometimento de delitos relativos ao tráfico de drogas. Para os autores, os estereótipos que ligam o negro à criminalidade estão presentes nos padrões de sentenciamento, assim como aqueles atrelados ao local de moradia, como áreas periféricas. Dado a esses fatores, os autores Ribeiro;Fleury;Alfredo (2023) questionam como as prisões não estariam majoritariamente preenchidas com homens, jovens e negros se são esses os maiores alvos de operações policiais.

5.2.3 Vetor Oeste

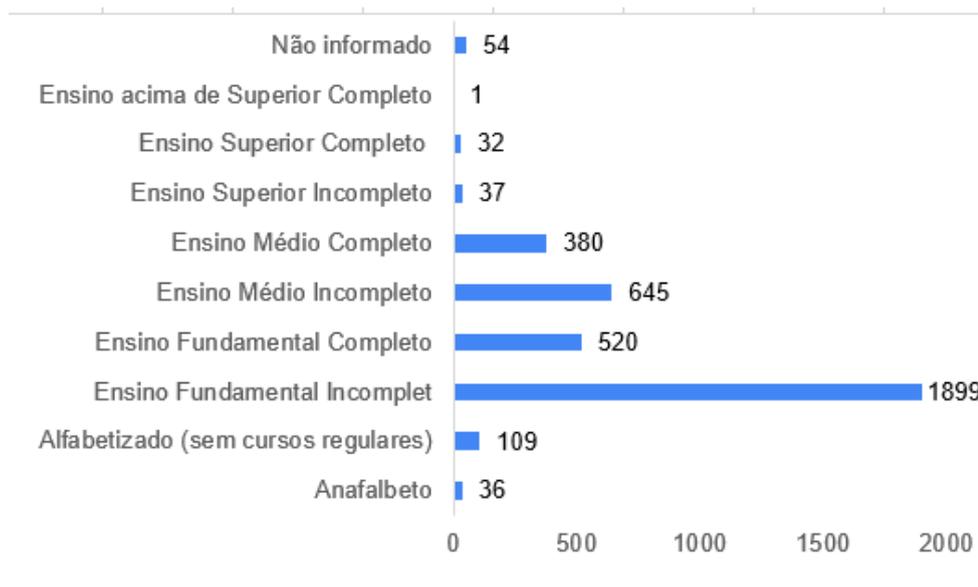
O vetor Oeste é composto pelos municípios de Contagem, Betim, Ibirité, Sarzedo e Mário Campos, esses dois últimos sem a presença de estabelecimentos penais. No município de Ibirité encontramos o presídio de Ibirité, criado em 2009. Em Contagem os dados apontaram para a existência de dois estabelecimentos penais: a Penitenciária Nelson Hungria, datada de 1.988; e o Centro de Remanejamento Provisório de Contagem, inaugurado em 2.008. Por sua vez, Betim, também apresenta um Ceresp, criado em 2.000 e uma APAC, de 2022.

Gráfico 7: Capacidade e População de detentos Vetor Oeste



Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

Juntos, os cinco estabelecimentos penais apresentam uma população de 3.713 encarcerados, distribuídos pelas unidades dos municípios. Os dados apontam que com exceção da APAC Betim, os demais estabelecimentos estão funcionando com excedente de sua capacidade. Souza; Cordeiro (2023) expressam que a superlotação que está presente no sistema carcerário brasileiro influencia diretamente na qualidade de vida dos detentos dentro das prisões e nos índices de ressocialização, aumentando a reincidência criminal desses sujeitos.

Gráfico 8: Grau de instrução presos Vetor Oeste

Fonte: Aatoria Própria; Sisdepen (2023)

Acerca da escolaridade, os detentos do vetor oeste possuem em maior número o ensino fundamental incompleto. No que tange às atividades laborais, todas as unidades possuem detentos inseridos nessas atividades. Foram encontrados 442 indivíduos realizando atividades internas de cunho laboral. Quanto à escolarização, o número também é baixo: apenas 167 detentos estão inseridos em atividades de cunho educacional.

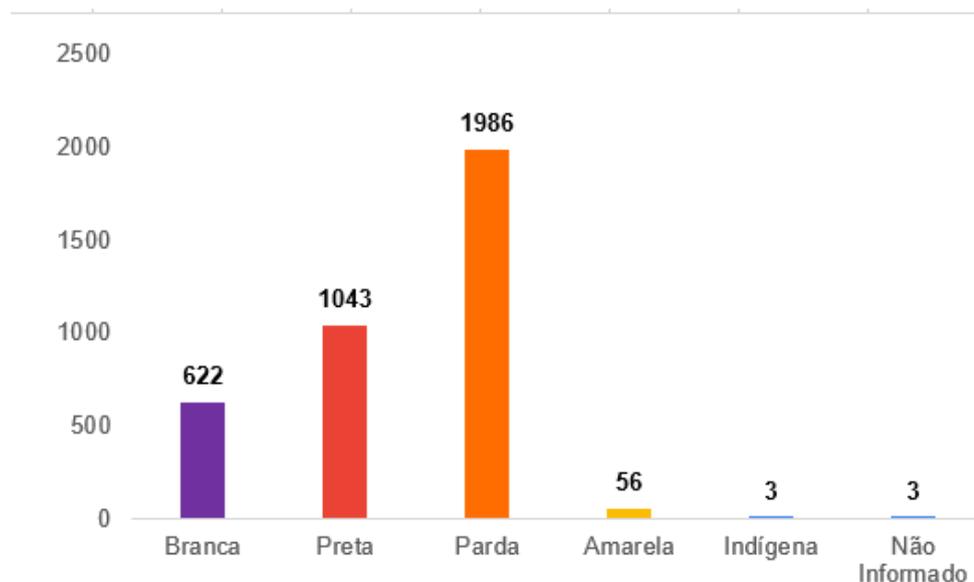
Quadro 8: Idade presos Vetor Oeste

Idade	Valor
18 a 24 anos	824
25 a 29 anos	1038
30 a 34 anos	730
35 a 45 anos	861
46 a 60 anos	231
61 a 70 anos	25
Mais de 70 anos	1
Não informado	3
Total	3713

Fonte: Aatoria Própria; Sisdepen (2023)

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 discorrem que as vítimas de mortes violentas intencionais são homens, negros, com idade de 12 a 29 anos. Da mesma forma, o perfil da pessoa privada de liberdade é marjoritariamente formado por homens, negros, com extensão da faixa etária de 18 a 14 anos, demonstrando que os homens negros e jovens são os que mais morrem e são encarcerados.

Gráfico 9: Raça presos Vetor Oeste



Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

Acerca da raça, os dados apontam uma maior presença de pardos e pretos nos estabelecimentos prisionais do vetor oeste. Assim como esse público é perfil majoritário no sistema prisional, também são os maiores alvos de intervenções policiais. De acordo com o anuário de segurança pública 2023, 76,5% das pessoas mortas por mortes violentas eram negros, sendo o principal grupo vítima da violência, e que também são o principal grupo alvo de intervenções policiais 83,1%, fato que destaca a importância do debate de raça aliado aos estudos prisionais e do sistema de justiça, assim como já reforçado anteriormente.

Quadro 9: Procedência presos Vetor Oeste

Procedência	Valor
Área Urbana - Municípios do Interior	142
Área Urbana - Municípios em Regiões Metropolitanas	3505
Zona Rural	66
Total	3713

Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

Outrossim, os sujeitos privados de liberdade do vetor oeste pertencem, em maior número, a municípios inseridos no âmbito de regiões metropolitanas, porém apresentando também um alto índice de sujeitos oriundos da área urbana de municípios do interior.

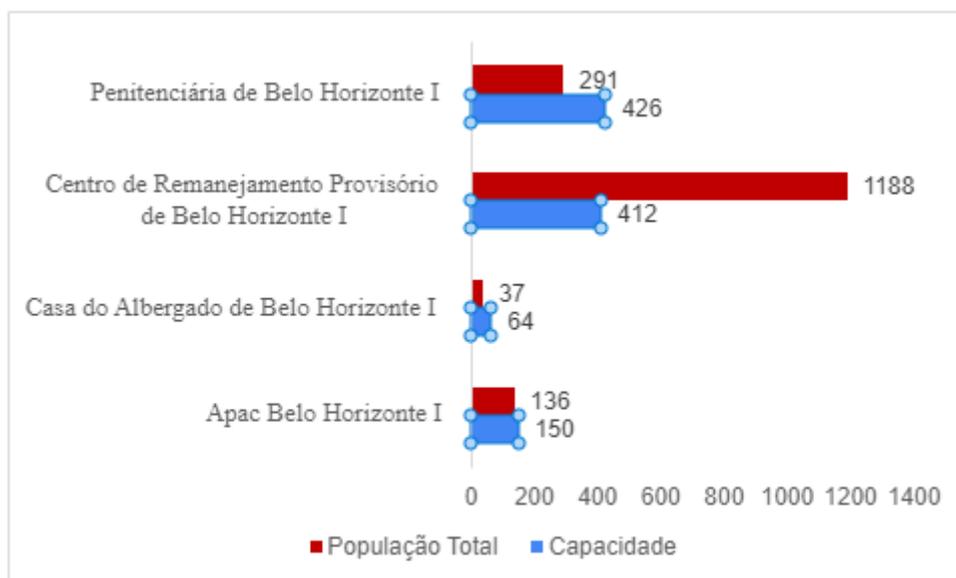
5.2.4 Polo Belo Horizonte

Belo Horizonte é o município polo da região metropolitana, concentrando em maior número a oferta de serviços, facilidade de acessos e melhor infraestrutura do que outros municípios. Sobre a presença de estabelecimentos penais, o município apresenta cinco instituições distribuídas pelo seu território.

A Penitenciária Estevão Pinto, a primeira penitenciária exclusivamente feminina do estado, criada em 1955. Posteriormente, foram inaugurados em 1978, a casa do Albergado; em 2000, o Centro de Remanejamento dos presos; e, em 2019, a APAC Belo Horizonte. É necessário destacar que a

Unidade Gestora de Monitoramento Eletrônico Domiciliar, criada em 2,012, também está presente no município, porém não foi inserida na análise dos dados, por não apresentar os dados dos sujeitos em monitoramento.

Gráfico 10: Capacidade e População de detentos Polo BH



Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

Juntos, os quatro estabelecimentos somam 1.652 presos, com exceção do Centro de Remanejamento Privosório, o CERESP, que apresenta superlotação, as outras unidades penais não contabilizam déficits de vagas. É pertinente discutimos sobre as unidades presentes em Belo Horizonte. O município contabiliza apenas uma penitenciária, além de cinco estabelecimentos penais, dentre os quais apenas um encontra-se com déficit de vagas. Dado que reforça a hipótese de que unidades prisionais são lidas como instituições indesejadas e direcionadas para o interior, afastadas das áreas centrais, além de que as unidades presentes na capital devem apresentar o mínimo de problemas como superlotação, rebeliões e motins, o que demonstra um uso direcionado do espaço geográfico na instauração de unidades prisionais.

Gráfico 11: Grau de instrução presos polo BH



Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

Quanto à escolaridade, os sujeitos encarcerados nas unidades de Belo Horizonte apresentam consonância com o perfil das outras unidades, a maioria apresentando ensino fundamental

incompleto, seguido do ensino médio. No que tange às atividades laborais, 307 apenas realizam atividades de trabalho, dos quais 287 em trabalhos na unidade e 20 em atividades fora do estabelecimento penal. Em relação às atividades educacionais, os dados apontam para 118 detentos complementando sua formação escolar, com ensino fundamental ou cursos de capacitação.

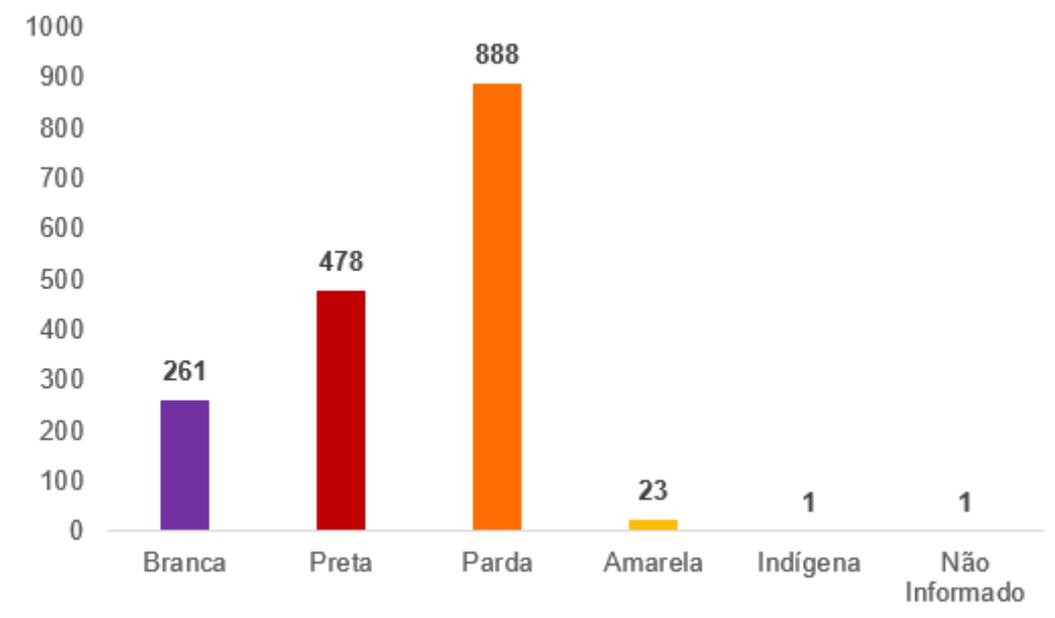
Quadro 10: Idade presos polo BH

Idade	Valor
18 a 24 anos	453
25 a 29 anos	363
30 a 34 anos	290
35 a 45 anos	392
46 a 60 anos	144
61 a 70 anos	8
Mais de 70 anos	2
Não informado	0
Total	1652

Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

Sobre a idade, os dados apresentam uma população com predominância de idades entre 18 a 24 anos, seguidos de 35 a 45 anos, maior do que a média que vêm sendo discutida anteriormente.

Gráfico 12: Raça presos polo BH



Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

A presença da primeira penitenciária feminina de Minas Gerais, a PIEP, direciona a discussão para a variável raça no sistema prisional. Alves (2017) e Moreira (2020) discorrem que os estabelecimentos penais não foram criados para abranger mulheres, e, sim, adaptados para esse público. Porém, com o aumento de mulheres encarceradas, a destinação de estabelecimentos para o público feminino foi cada vez mais necessária. Ribeiro *et al* (2022) destacam que entre 2000 e 2016 houve um aumento de

656% no encarceramento de mulheres no Brasil, taxa que colocou o país na quarta posição na lista de países com pessoas do sexo feminino privadas de liberdade.

Para Martino; Beraldo (2023), se as mulheres presas fossem condensadas em um tipo elas seriam caracterizadas como mulheres jovens, negras, pobres, com baixa escolaridade, mães e com dificuldades de acesso ao mercado formal de trabalho, destacando que essa mulher se insere na ilegalidade, sem, no entanto, abandonar as outras formas de trabalho.

Quadro 11: Procedência presos polo BH

Procedência	Valor
Área Urbana - Municípios do Interior	55
Área Urbana - Municípios em Regiões Metropolitanas	1568
Zona Rural	29
Total	1652

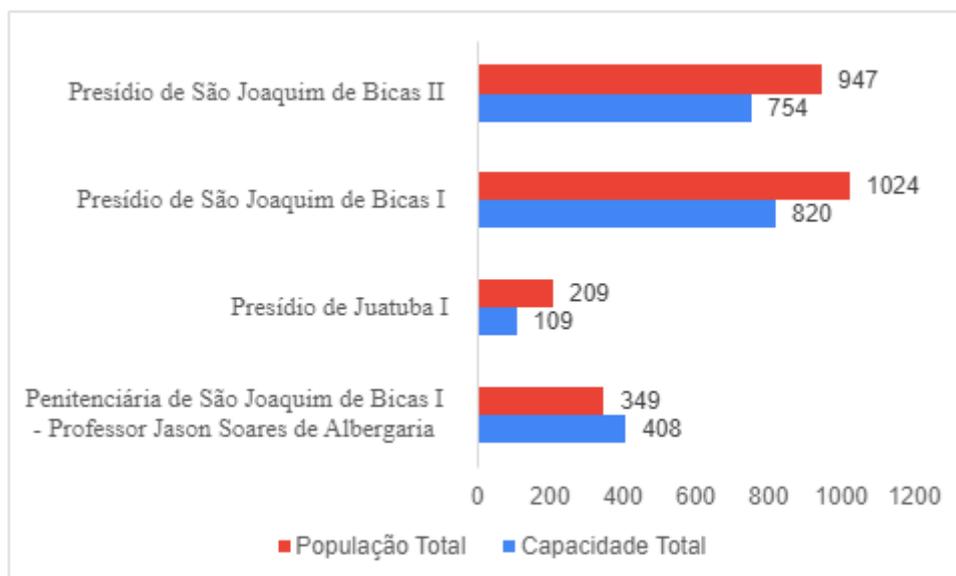
Fonte: Aatoria Própria; Sisdepen (2023)

Essa mulher caracterizada pelas autoras, assim como os outros sujeitos encarcerados, seriam oriundos de bairros periféricos, marjoritariamente de municípios que integram a região metropolitana de Belo Horizonte.

5.2.5 Vetor Sudoeste

Os municípios de Florestal, Juatuba, Mateus Leme, Igarapé, São Joaquim de Bicas e Itatiaiuçu compõem o vetor sudoeste da RMBH. Com exceção de Florestal, Mateus Leme, Igarapé e Itatiaiuçu que não contemplam estabelecimentos penais, Juatuba e São Joaquim de Bicas apresentam quatro unidades. Juatuba possui um presídio, criado em 2009, e São Joaquim de Bicas apresenta três: a penitenciária Jason Soares de Albergaria, datada de 2003; e os presídios de São Joaquim de Bicas I e II, dos anos de 2006 e 2009.

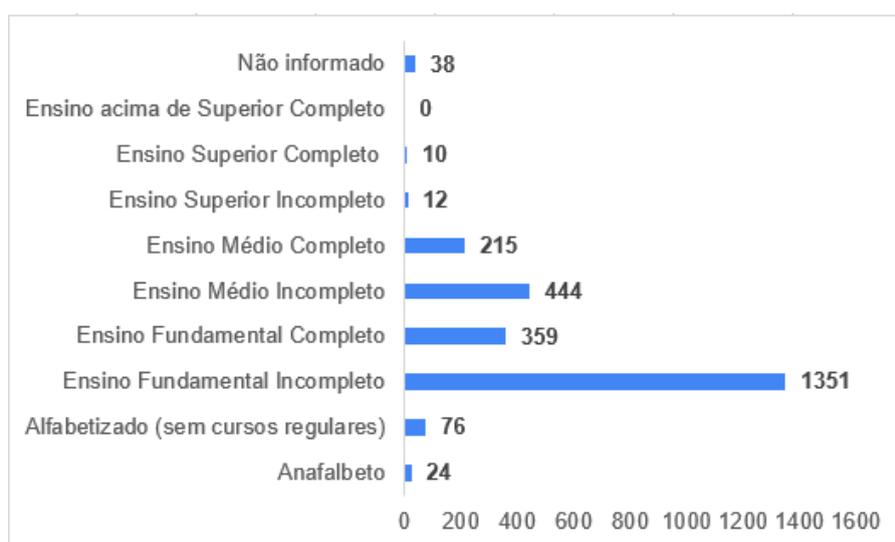
Gráfico 13: Capacidade e População de detentos Vetor Sudoeste



Fonte: Aatoria Própria; Sisdepen (2023)

Juntos, esses estabelecimentos somam 2.529 apenados, distribuídos entre as quatro unidades do vetor sudoeste. Com exceção da Penitenciária Professor Jason Soares de Albergaria, única do Brasil destinada ao público LGBTQIAPN+, todas as outras unidades apresentam déficit de vagas.

Gráfico 14: Grau de instrução presos Vektor Sudoeste



Fonte: Aatoria Própria; Sisdepen (2023)

Quanto a escolaridade, as unidades apresentam um alto número de apenados com ensino fundamental incompleto, reforçando a baixa escolaridade entre o público alvo de encarceramento no país. Sobre as atividades educacionais disponibilizadas nas unidades, 165 apenados estão inseridos em atividades de continuidade de formação, além de 761 estarem em atividades laborais, em maior número (752) em trabalho interno.

Guesde;Oliveira;Oliveira (2015) em uma pesquisa realizada na penitenciária Professor Jason Soares de Albergaria, argumentam que há, por parte dos detentos, o sentimento de uma falta de preparo para lidar com o público LGBTQIAPN+, além da falta de assistência do Estado. Para os

apenados, a falta de investimento de empresas que ofertem oportunidades de trabalho na penitenciária é um dos maiores problemas, pois para os sujeitos entrevistados essa ausência de oportunidades está ligada à orientação sexual.

O trabalho de Guedes; Oliveira; Oliveira (2015) também aponta que de acordo com a gestão da penitenciária há uma dificuldade de empresas parceiras no oferecimento de trabalho, pelo desinteresse das empresas de investimento na construção de estrutura que ofereçam oficinas laborais seguras para os sujeitos encarcerados (GUEDES; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015, p. 72).

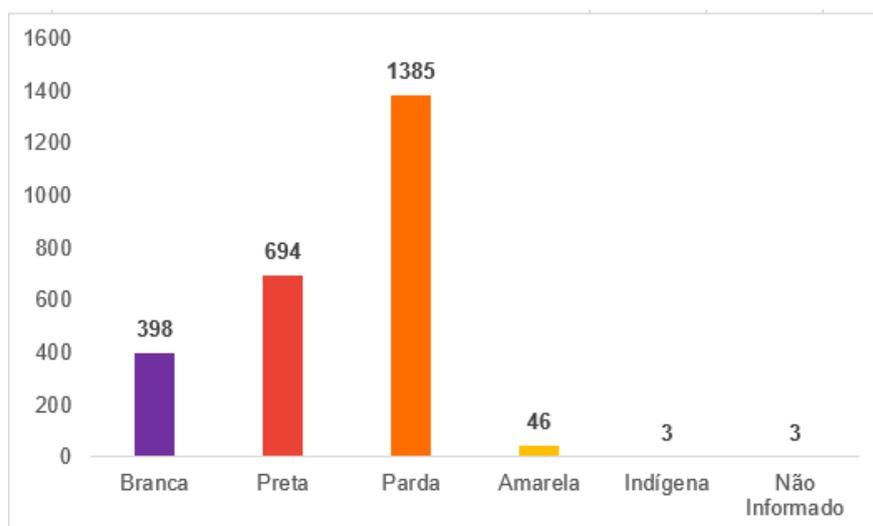
Quadro 12: Idade presos Vetor Sudoeste

Idade	Valor
18 a 24 anos	478
25 a 29 anos	782
30 a 34 anos	573
35 a 45 anos	554
46 a 60 anos	138
61 a 70 anos	4
Mais de 70 anos	0
Não informado	0
Total	2529

Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

Os sujeitos encarcerados no vetor oeste apresentam maior predominância de idade de 25 a 29 anos, seguidos, dos sujeitos com 30 a 34 anos. Uma população relativamente jovem inserida no sistema prisional.

Gráfico 15: Raça presos Vetor Sudoeste



Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

Em concordância com o que vêm sendo apresentado, os sujeitos encarcerados do vetor sudoeste se autodeclararam em sua maioria como pardos e pretos, e oriundos de municípios da região metropolitana.

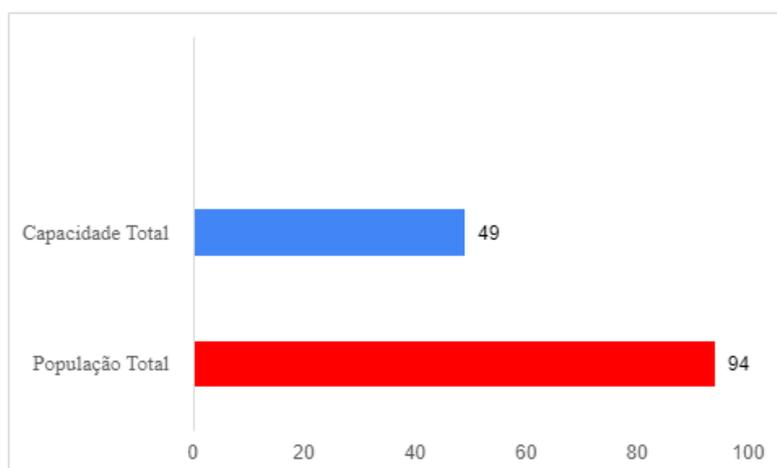
Quadro 13: Procedência presos Vetor Sudoeste

Procedência	Valor
Área Urbana - Municípios do Interior	63
Área Urbana - Municípios em Regiões Metropolitanas	2437
Zona Rural	29
Total	2529

Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

5.2.6 Vetor Leste

O vetor Leste é composto pelos municípios de Sabará, Caeté, Taquaraçu de Minas e Nova União, porém apenas o município de Caeté apresenta estabelecimento penal. O presídio de Caeté foi criado em 2009, encontrando-se, atualmente, com uma população de 94 presos. Sua capacidade total é de 49, o que significa que o único presídio do vetor apresenta déficit de vagas.

Gráfico 16: Capacidade e População de detentos Vetor Leste

Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

Gráfico 17: Grau de instrução presos Vetor Leste

Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

Quanto à escolaridade, os detentos do vetor leste apresentam ensino fundamental

incompleto, sendo o único estabelecimento penal que não possui presos com ensino superior, seja completo ou incompleto. Em relação às atividades educacionais, o presídio de Caeté não disponibiliza atividades de cunho educacional para os seus reclusos, o que dificulta a continuidade da formação escolar e reforça a manutenção de uma baixa escolaridade entre os sujeitos encarcerados, dificultando uma ressocialização adequada. No que tange às atividades laborais, 15 dos 94 detentos estão inseridos em atividades de trabalho.

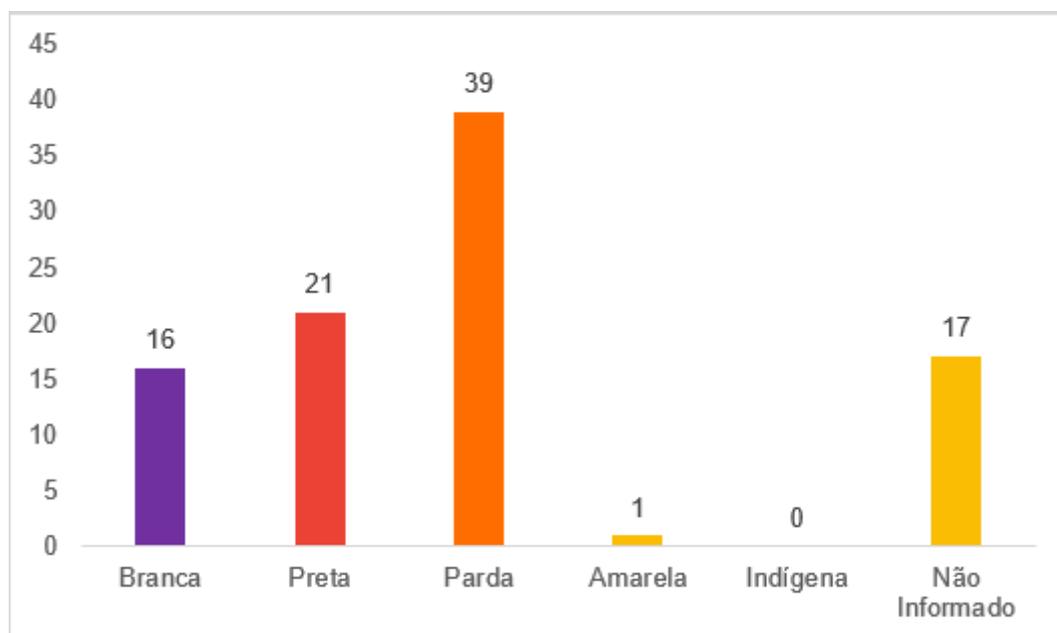
Quadro 14: Idade presos Vetor Leste

Idade	Valor
18 a 24 anos	28
25 a 29 anos	17
30 a 34 anos	18
35 a 45 anos	22
46 a 60 anos	8
61 a 70 anos	1
Mais de 70 anos	0
Não informado	0
Total	94

Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

Acerca da idade, os sujeitos apresentam em maior número idade de 18 a 24 anos, seguidos de 35 a 45 anos, reforçando o padrão que vem sendo discutido.

Gráfico 18: Raça presos Vetor Leste



Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

Sobre a raça, os detentos se autodeclararam, em sua maioria, pardos e pretos e oriundos principalmente de municípios da região metropolitana.

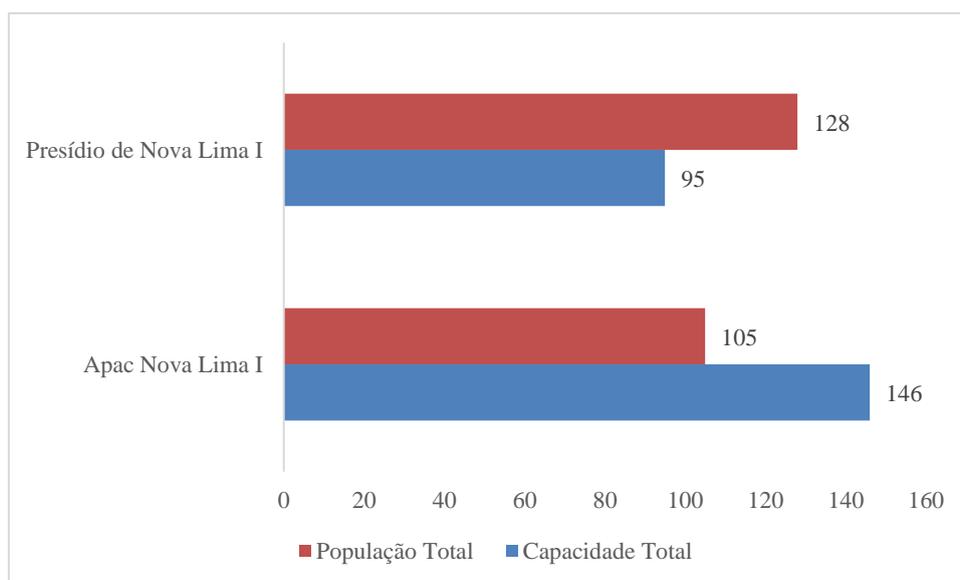
Quadro 15: Procedência presos Vetor Leste

Procedência	Valor
Área Urbana - Municípios do Interior	17
Área Urbana - Municípios em Regiões Metropolitanas	75
Zona Rural	2
Total	94

5.2.7 Vetor Sul

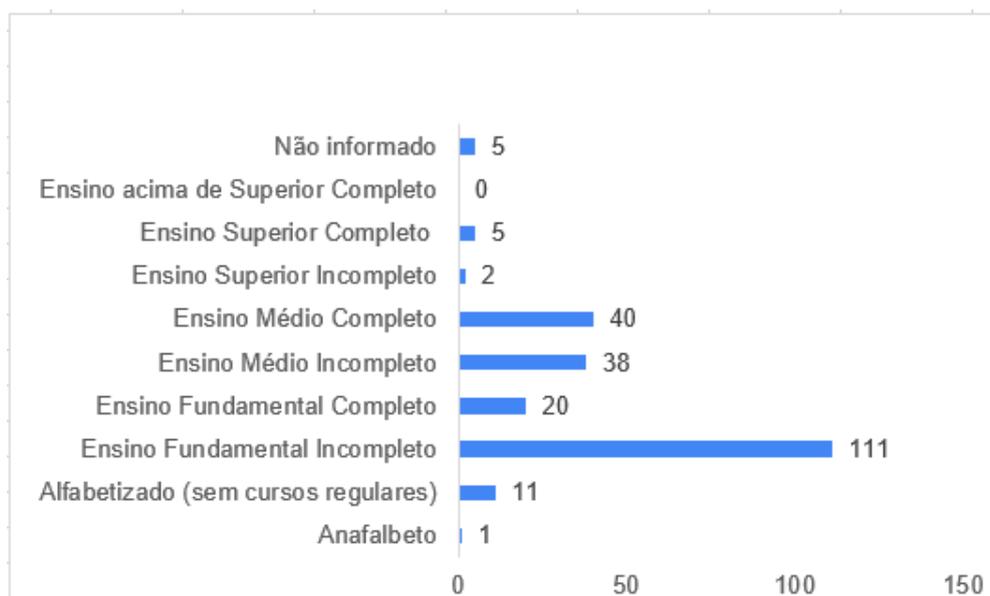
O vetor sul é composto pelos municípios de Brumadinho, Nova Lima, Raposos e Rio Acima, mas apenas Nova Lima contém estabelecimento penal. O município de Nova Lima apresenta a APAC, criada no ano de 2003 e o presídio de Nova Lima, inaugurado em 2,009

Gráfico 19: Capacidade e População de detentos Vetor Sul



Fonte: Aatoria Própria; Sisdepen (2023)

Juntos, os estabelecimentos somam 233 presos, distribuídos pelos presídios de Nova Lima e APAC. O presídio de Nova Lima apresenta uma população total acima da sua capacidade inaugural. A APAC Nova Lima, de acordo com o relatório do cadastro nacional de inspeções nos estabelecimentos penais (CNJ, 2023), destaca que a situação do estabelecimento é excelente, diferentemente do presídio de Nova Lima, que apresenta análise e certificação de péssimas condições.

Gráfico 20: Grau de instrução presos Vetor Sul

Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

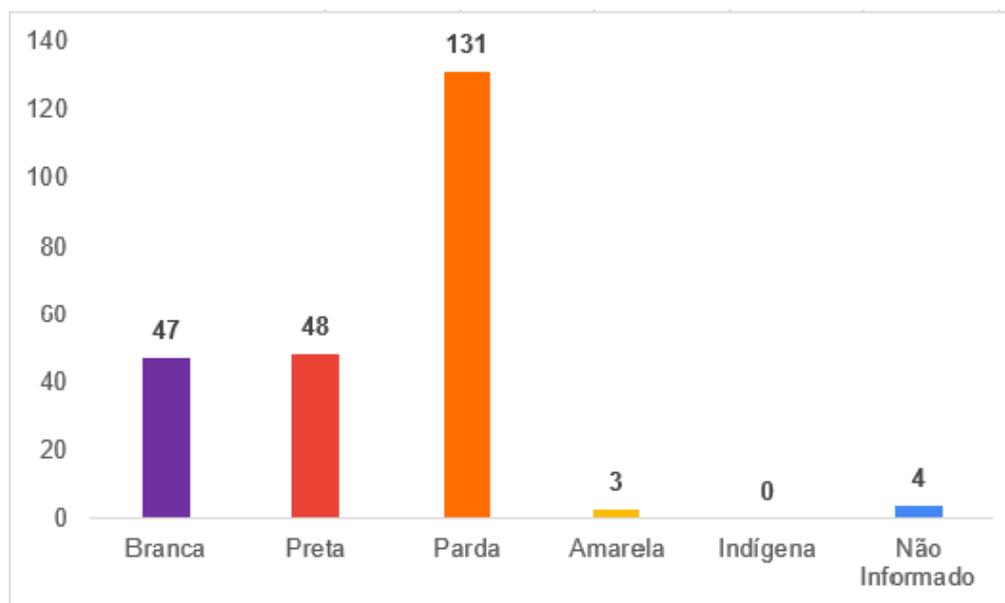
No que tange à escolaridade, os presos apresentam em maior número ensino fundamental incompleto, seguidos do ensino médio completo. Sobre as atividades laborais exercidas nas unidades, 123 estão em trabalho interno, e 102 em cursos educacionais. Estes oriundos, exclusivamente, da APAC, haja visto que o presídio de Nova Lima não apresenta a execução de atividades de cunho educacional para os detentos.

Quadro 16: Idade presos Vetor Sul

Idade	Valor
18 a 24 anos	40
25 a 29 anos	48
30 a 34 anos	38
35 a 45 anos	73
46 a 60 anos	26
61 a 70 anos	7
Mais de 70 anos	1
Não informado	0
Total	233

Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

Outrossim, os dados apontam que os sujeitos encarcerados em Nova Lima apresentam, em sua maioria, idades entre 35 e 45 anos, sendo seguido dos presos de 25 a 29 anos, em consonância com a média nacional e do estado.

Gráfico 21: Raça presos Votorantim

Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)]

Os dados de raça demonstram que 131 sujeitos encarcerados se autodeclararam pardos, seguidos de pretos e brancos. Esses sujeitos também são, em sua maioria, oriundos da área urbana de municípios da região metropolitana de Belo Horizonte.

Quadro 17: Procedência presos Votorantim

Procedência	Valor
Área Urbana - Municípios do Interior	6
Área Urbana - Municípios em Regiões Metropolitanas	217
Zona Rural	10
Total	233

Fonte: Autoria Própria; Sisdepen (2023)

5.2.8 Discussão

A leitura dos dados da população carcerária específica pelos vetores, permite a visualização do perfil dos detentos da RMBH, sendo eles em sua maioria oriundos de área urbana e da região metropolitana, autodeclarados pardos, com idade entre 25 a 45 anos e com baixa escolaridade, corroborando com o perfil nacional da população encarcerada.

No que tange à segurança pública, o PDDI da RMBH apresentou como meta a intenção de integração de instituições de segurança e programas que buscassem reduzir a criminalidade e homicídios na região metropolitana. Como exemplo, destacam-se os programas inseridos na política de prevenção à criminalidade e homicídios da SEJUSP, como o PRESF, que busca a reintegração social do sujeito encarcerado. O PRESF, como programa, deveria ter sido inserido em cada comarca da RMBH até o ano de 2014, e atualmente se faz presente em 15 municípios do estado de MG, sete deles integram a RMBH, sendo Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ibituripe, Ribeirão das Neves, Santa

Luzia e Vespasiano.

Outro ponto que não apresentou sucesso foi a implantação da APAC em todos os municípios da RMBH e a garantia de atividades laborais no sistema em todas as unidades da região metropolitana. Atualmente, a APAC está presente nos municípios de Nova Lima, Belo Horizonte, Betim e Santa Luzia. Entretanto, a pesquisa demonstra que mesmo com todas as condições adversas das unidades da região, estar recluso próximo à capital ainda é mais favorável, haja visto as opções de transportes metropolitanos que auxiliam no deslocamento da visita dos familiares, além das oportunidades, como destaca a entrevistada Carol:

Carol: Eu posso falar com certeza das possibilidades que a região central oferece aos presos. A meu ver é maior, devido às parcerias de trabalho para as IPLS [...] Socorro imediato, seja para o servidor ou para os presos porque está na área central, possibilita uma rapidez, por exemplo, em um atendimento médico em um atendimento judicial. Temos um número ainda com déficit de servidores? Sim, o número de detentos hoje é maior, pela lei o que se esperava de ter policiais penais baseado no que nós temos de presos ainda é abaixo, só que essa assistência que nós temos com os órgãos que estão razoavelmente próximos da região central ela possibilita uma eficácia melhor no trabalho, tanto questão de infraestrutura, o poder judiciário está muito próximo da região central, então eu vejo isso aqui na própria PIEP e nas regiões, nas unidades aqui próximas. Ainda tem uma estrutura um pouco mais humanizada. [...]Então, sim, a capital tem esse benefício, tanto na questão de trabalhos como eu, disse. As parcerias extras que se tem que se colocam dentro da unidade prisional pra poder oferecer a elas essa oportunidade. **(Carol, policial penal, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

Assim como observado na análise dos dados acerca da capacidade dos estabelecimentos e o total de reclusos, e também destacado na fala da entrevistada, há uma superlotação das unidades presentes na RMBH, o que dificulta não apenas a qualidade da custódia para o interno, a ressocialização, mas, também, o trabalho dos policiais penais e servidores nas unidades.

Entrevistada: No dia para atuar, por exemplo, para levar para uma assistência social, para um psicólogo, a falta de déficit de funcionários hoje é o que mais impacta, a meu ver. Temos questões da infraestrutura, mas como eu disse, por termos aqui uma parceria de outros órgãos, eu vejo que a gente tá um passinho à frente de melhorias nessa questão é, temos os órgãos, eles têm muito mais esse olhar para essa região aqui na capital. Todos eu não posso colocar aqui, como já está bem, precisamos caminhar melhor não só para a capital, mas para as outras também. Mas aqui, considerando a da capital, eu acredito que esse malefício estaria mais voltado para o número de servidores, para o tamanho do porte que nós temos. **(Carol, policial penal, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

A análise dos dados deste capítulo mostraram que os vetores Norte, Norte Central, Oeste e Sudoeste apresentam superlotação na maioria de suas unidades, além de possuírem um grande número de estabelecimentos penais caracterizados como presídios e penitenciárias. Por outro lado, os vetores Leste e Sul apresentam um menor número de unidades e que não possuem superlotação.

Ao relacionar os dados chegamos à conclusão de que os vetores que concentram um alto número de estabelecimentos penais e detentos são os mesmos que possuem características socioeconômicas distintas de Belo Horizonte e Nova Lima, além de serem os municípios que mais agregam a população autodeclarada preta e parda.

A análise dos dados apresentados sobre o processo de interiorização mostra um direcionamento para as periferias geográficas e sociais dos estabelecimentos penais da RMBH. Correlacionando a segregação das unidades com o perfil dos sujeitos encarcerados, encontramos uma

segregação exponencial, na qual, se segrega pessoas de uma mesma cor, com baixa escolaridade e pobre em uma unidade prisional, direciona esse grupo para espaços que também são segregados, distantes do centro, com maior dificuldade de acessos e onde encontramos uma população que vive também um processo de segregação urbana.

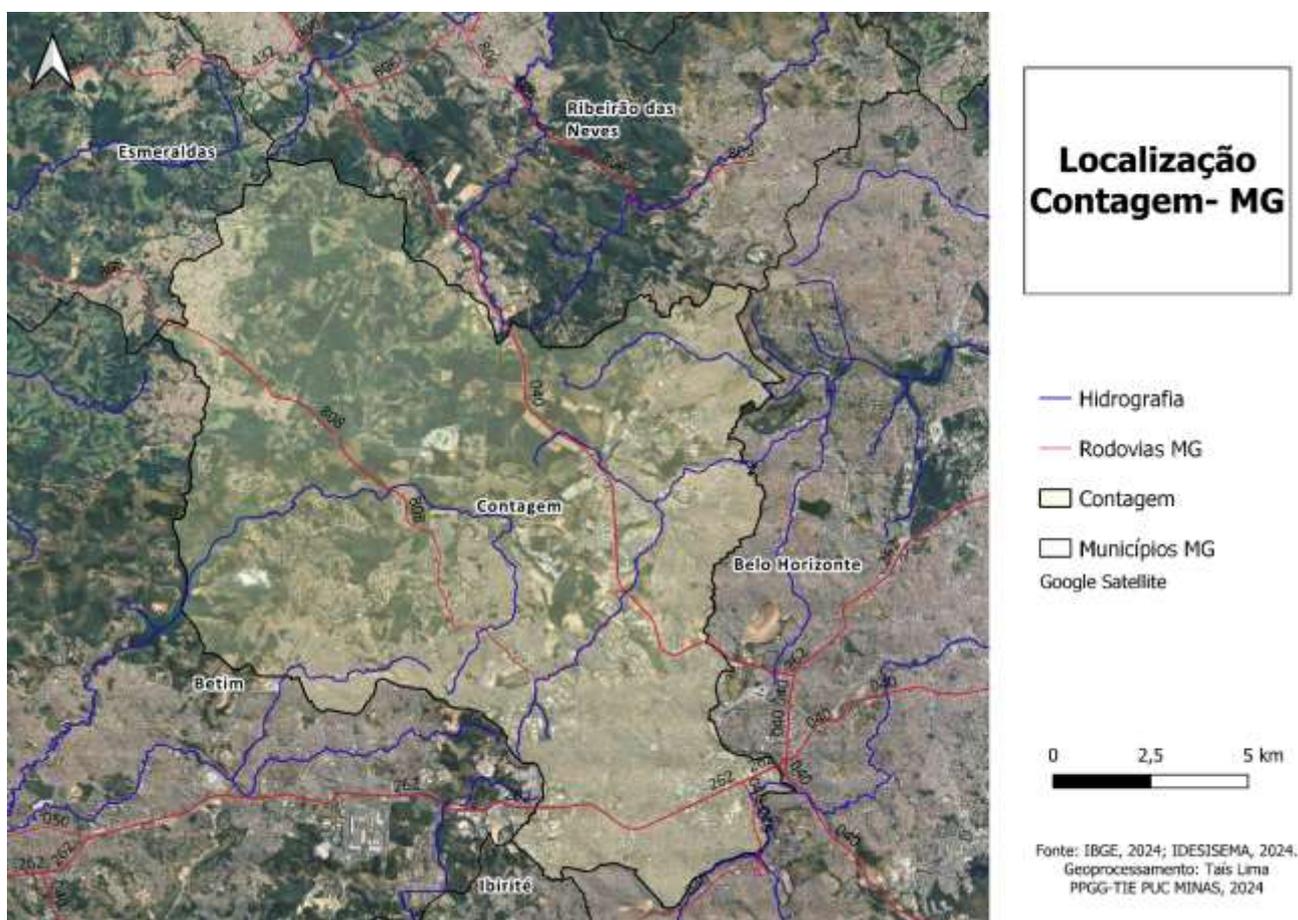
A literatura discorre que a criminalização de pessoas negras e pobres ocorre desde o processo de escravidão presente na história do estado Brasileiro. As marcas desse processo cercam direitos, negam espaços e buscam controlar corpos de sujeitos através de uma lógica de controle sócio racial que atinge o Brasil ao longo dos anos. A partir de uma lógica do racismo estrutural que atua na produção de dispositivos de opressão, violência e extermínios da juventude negra e periférica, maior atingida pelos homicídios e encarceramento (Santos et al 2022; Ribeiro, 2023).

Diante disso, reforça a necessidade do debate sobre encarceramento nas leituras urbanas, a partir de uma perspectiva espacial atrelada as variáveis econômicas e de raça, para refletir sobre a forma que um estabelecimento penal é direcionado para determinados espaços, o público que ele abriga e o público presente nos municípios que serão inseridos, além do seu impacto. A distância geográfica que os municípios que recebem estabelecimentos penais estabelecem com Belo Horizonte, também diz sobre uma menor visibilidade e distanciamento dessas unidades da metrópole, possibilitando que os impactos da instalação de um estabelecimento penal sejam sentidos em uma escala local, como veremos no capítulo a seguir.

6. Escala Local: Estudo de Caso Nova Contagem (MG)

O município de Contagem está localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. O município faz limítrofe com Betim, Ibirité, Esmeraldas, Ribeirão das Neves e Belo Horizonte, além de se encontrar numa posição de *carrefour*, na interseção de diferentes trechos viários, tais como a BR- 381, rodovia Fernão Dias, a BR- 262, rodovia senador Eliseu Resende, e a BR-040, rodovia presidente Juscelino Kubitschek (CONTAGEM, 2009; SANTOS, 2016).

Figura 7: Mapa de localização município de Contagem- MG



O município abrange uma área territorial de 194.746 km², com população estimada em 621.863 habitantes. Em relação aos aspectos geográficos, Contagem está localizada em uma depressão Sanfranciscana, depressão periférica de Belo Horizonte, com um relevo predominante do domínio morfoclimático de Mares de Morro. Situada em um embasamento com predomínio de rochas granito-gnáissicas com importante função econômica para o município através da exploração de matéria prima (IBGE, 2022; CONTAGEM, 2009; SANTOS, 2016).

Contagem apresenta como vegetação predominante o Cerrado, que passou por intensos processos de devastação, ademais manchas isoladas de Mata Atlântica pelo seu território. Sobre

a hidrografia, o município possui quatro sub-bacias como o Imbiruçu, Arrudas, Pampulha e Vargem das Flores (CONTAGEM, 2009; SANTOS, 2016).

No que tange à história de fundação do município, encontram-se diferentes versões acerca do seu surgimento, uma das mais recorrentes é aquela que associa a sua gênese à presença de uma família, cujo sobrenome era Abóboras, cujos membros construíram igrejas e possuíam negócios de plantação na região. Outra versão acerca da fundação do município, é a plantação de abóboras e sua contagem na região, essa versão parte da história da dispersão de sementes pelos tropeiros que passavam pela região, e que viam nesse ato de semear, a dispersão de alimentos ao longo do caminho em direção a Vila Rica e adjacências (CONTAGEM, 2009; CONTAGEM 2022).

Alinhado à versão anterior, a literatura também destaca a criação por parte da Coroa Portuguesa de pontos de controle do fluxo comercial e da contagem do que era obtido na colônia. Um desses registros foi instalado na proximidade do Ribeirão das Abóboras, que contava com um aglomerado de pessoas e pequenos comércios de animais e ouro, porém em menor quantidade do que aquele presente na comarca de Sabará (CONTAGEM, 2009; CONTAGEM 2022).

Dado esse fator de menor produção aurífera, o povoado ali não se expandiu, entretanto na sua proximidade desenvolvia-se outro aglomerado de pessoas em torno da capela de São Gonçalo do Amarante. Devido à proximidade com ribeirão das Abóboras, a região ficou conhecida como São Gonçalo do Ribeirão das Abóboras, porém devido à popularidade do santo, muitos povoados começaram a ser reconhecidos como São Gonçalo, fato que suscitou a necessidade de diferenciação por meio da inclusão do nome do ribeirão local. A localidade então passou a ser conhecida como Arraial São Gonçalo da Contagem das Abóboras, ou apenas Contagem das Abóboras (CONTAGEM, 2009; CONTAGEM 2022).

O território de Contagem pertencia a Sabará entre os anos de 1701 e 1901, especificamente à comarca do Rio das Velhas. A partir de 1901, Contagem foi vinculada a Santa Quitéria, que atualmente é reconhecida como o município de Esmeraldas. No ano de 1911, em 30 de agosto pela lei nº 556, o município foi estabelecido, porém em 1938, por questões de cunho político, a cidade perde sua autonomia sendo instituída como distrito de Betim (CONTAGEM, 2009; CONTAGEM 2022).

Figura 8: Mapa Histórico Município de Contagem



Em 1948, com a instauração da Comissão Estadual de Divisão Administrativa e Judiciária, determinou-se os requisitos necessários para se pleitear a criação de municípios, entre eles a existência de, pelo menos, 200 casas e uma população de 10.000 habitantes. Como a localidade contabilizava 305 moradias e 10.063 habitantes, no dia 27 de dezembro de 1948 efetivou-se a criação de Contagem como município, através da lei nº 336 (CONTAGEM, 2009; CONTAGEM 2022).

Em 1940, a discussão nacional e estadual sobre a criação das indústrias no país ganhava força. Diante disso, o governo de Minas decidiu apontar uma área extensa e pouco habitada, próxima à cidade de Belo Horizonte, como ponto estratégico para a construção da Cidade Industrial Juventino Dias, instaurada pelo decreto 770 de 1941, pelo então governador Benedito Valadares. Criada com investimento estatal, a cidade industrial apenas se consolida a partir da década de 1950, com capital estrangeiro e melhorias nas condições de infraestrutura, com a criação da Cemig, o asfaltamento e a criação de importantes rodovias e avenidas necessários para a conexão com os grandes centros de produção (CONTAGEM, 2009; ANDRADE et al; 2015; LAGES 2020)

Visto isso, é pertinente pontuar que a Cidade Industrial de Contagem se encontra e foi moldada a uma posição geográfica estratégica, no entroncamento de grandes eixos viários federais e estaduais, gozando de uma das posições mais favoráveis ao progresso industrial e comercial de uma cidade (CORRÊA, 2004; GEORGE, 1969).

Com o crescimento, o município possui atualmente oito regionais administrativas a sede regional, Eldorado, Riacho, Industrial, Ressaca, Nacional, Petrolândia e Vargem das Flores. Diante do processo de expansão e intensificação da atividade econômica, iniciou-se uma urbanização de caráter periférico no município de Contagem, no entorno da Cidade Industrial e das demais regionais

Figura 9: Mapa Regionais Administrativas Contagem-MG



Fonte: Contagem(2009)

Entre elas, a regional Vargem das Flores é quem nos chama a atenção. A regional foi criada para a implantação de um reservatório para a captação de água no ano de 1972, com uma função de abastecimento de água para a população, mas também de controle das enchentes e serviços de lazer. É nessa região que se localiza o bairro Nova Contagem, o qual foi construído com o objetivo de acomodar a população repelida do entorno da Cidade Industrial, além de abrigar a primeira penitenciária de segurança máxima do Estado de Minas Gerais, a penitenciária Nelson Hungria (PNH) (CONTAGEM, 2009; SANTOS, 2016).

6.1 O bairro Nova Contagem

O bairro Nova Contagem está localizado na porção noroeste da Bacia de Vargem das Flores do município de Contagem, e faz limítrofe com os municípios de Esmeraldas e Ribeirão das Neves. O plano diretor do município aponta que Nova Contagem está localizado em uma área considerada Zona de Ocupação Restrita 1 (ZOR-1), descritas como áreas com deficiência de infraestrutura viária ou de saneamento, além daquelas onde o adensamento devem ser contido em virtude da necessidade

de adequação às características ambientais e topográficas (CONTAGEM, 2018).

Dado ao fato de parte do município de Contagem estar dentro da bacia hidrográfica de Vargem das Flores, o processo de urbanização e crescimento do município buscou uma ocupação com foco na preservação da bacia. Apesar disso, o rápido crescimento proporcionado principalmente pela expansão da cidade industrial de Contagem, provocou a remoção de muitas famílias, essas que foram direcionadas para a porção norte e noroeste da área de proteção ambiental de Vargem das Flores (Santos, 2016).

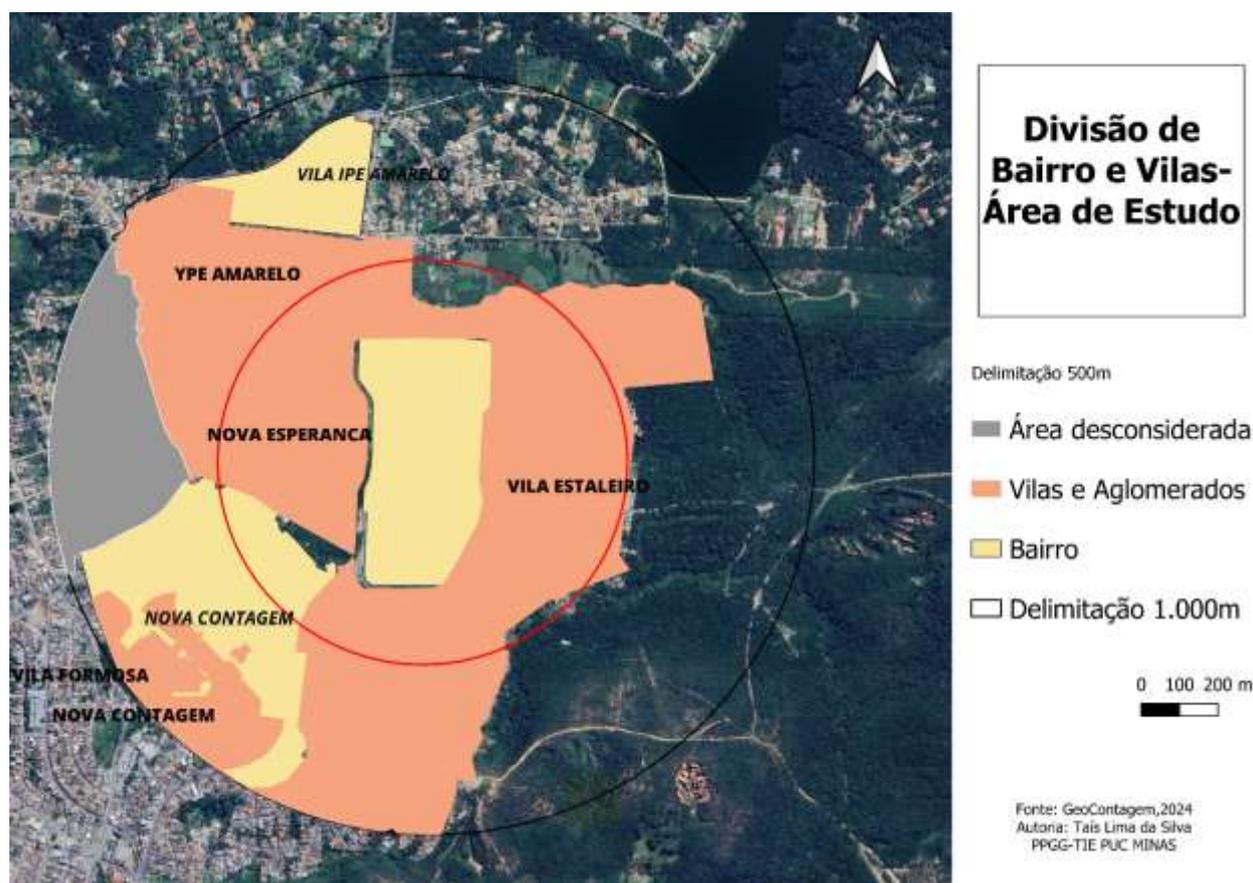
Em vista do processo de retirada desses sujeitos de suas casas, a partir do ano de 1.980 o prefeito de Contagem, Newton Cardoso, inicia o processo de criação de conjuntos habitacionais para famílias de baixa renda na porção noroeste da APA Vargem das Flores, estimando a chegada de cerca de 20.000 habitantes, entretanto o crescimento tomou outras proporções (Santos, 2016).

Em 1983 foi iniciada a construção das habitações populares, entretanto com o rápido crescimento da área foi necessária a instauração do bairro, fato realizado em 1997 pelo prefeito de Contagem, Newton Cardoso, que pela lei municipal 2.951 instaurou o distrito de Nova Contagem, assim como destacado pelo entrevistado:

“O candidato a prefeito na época, Newton Cardoso naquele tempo eles iam fazer uma doação. Como eu morava em invasão, né? E aí ele prometeu que ele ia construir uma nova contagem e me dá um lugarzinho para mim morar aqui. E aí ele ia fazer doação para as pessoas carentes, para as pessoas que não tinha moradia e ele criando a contagem para tirar as pessoas de lá daquelas de invasão, tirar as pessoas da área de risco, aí ele criou então a Nova Contagem. O Newton é muito querido pela cidade de Contagem, ele tinha um projeto aqui de construir 10.000 casas, 10.000 moradias para pessoas que não tinham moradia. Porém, depois ele parece que ganhou para o governo do estado alguma coisa assim, aí entrou uma nova gestão e aí nova contagem expandiu para além daquele conjunto habitacional que seria de 10.000 casas. Aí começou as invasões nos entornos e é onde hoje Nova Contagem foi crescendo e está do tamanho que está.” (Alberto, morador em entrevista para a pesquisa- 2024)

A fala do entrevistado demonstra que o processo de ocupação da área de Nova Contagem começou por uma política de habitação para população de baixa renda, e que se expandiu de maneira desordenada. A partir dessa expansão urbana foram fundadas as vilas Ipê Amarelo, Vila Esperança, Vila Formosa e Estaleiro I e II, constituídas por famílias que vieram de diferentes lugares para ocupar a região.

Figura 10: Bairros e Vilas- Área de Estudo: Nova Contagem- MG



De acordo com relato dos moradores, inicialmente as vilas e o bairro Nova Contagem não possuíam delimitação oficial organizada pela gestão governamental, o que culminou em uma cultura popular de demarcação dos limites pelos moradores nessa região. Durante as entrevistas e visitas em campo, foi possível perceber, através do discurso da população, que havia uma divergência de opiniões acerca dessas demarcações. Cada entrevistado apresentou seu ponto sobre onde iniciava e terminava um território, com exceção das vilas Estaleiro I e II, as quais eram demarcadas com clareza nas falas dos sujeitos por serem próximas a penitenciária.

Ipê amarelo é o bairro que começa ali perto do condomínio e vem crescendo. Depois do Ipê amarelo, vem o Vila Esperança, que é coladinho no Ipê amarelo e lá perto da penitenciária que são os estaleiros. Eles foram os últimos a serem ocupados partindo de próximo da penitenciária, porque era considerada uma área de segurança que não podia ser ocupada. Então com o volume de pessoas que perdeu o controle, aquelas casas que estão ali perto da penitenciária, nenhuma delas poderiam existir, ali era para ser uma mata mesmo, grande. Você vê que tem uma mata gigante ali, né? Então assim, se você parar pra analisar, mata o lugar que tem mata mesmo, ele é muito hostil, ninguém conseguiu construir porque se conseguisse, construiria, entendeu? Então, assim, aquela região do estaleiro ali, bem grande ali. Que está bem coladinho na penitenciária, ali é o último lugar onde chegaram às casas, porque elas começam do Ipê. Por quê do Ipê? Porque era mais fácil chegar por Neves do que vindo por Contagem (Gustavo, representante instituição escolar, em entrevista para a pesquisa-2024)

A partir da análise das entrevistas e das visitas em campo, identificamos dois tipos de discursos sobre a ocupação da região. O primeiro, direcionado a uma ocupação regida por uma política

governamental de habitação; e, o segundo, relacionado à presença da penitenciária. Diante disso, as entrevistas foram separadas em dois grupos:

Quadro 18: Divisão Grupo de entrevistados

Grupo A	Grupo B
Primeiros moradores do bairro, que vieram para a região na década de 80 e 90. O grupo defende o discurso que a ocupação da região se deu por uma política habitacional dos gestores Newton Cardoso e Maria José Chiodi, e que não houve uma influência direta da penitenciária.	Constituído por entrevistas de sujeitos que não moram no bairro, mas que exercem alguma atividade no setor de serviços ou em instituições que estão presentes no território. O grupo defende o discurso de uma influência política, mas também concorda com interferência direta da penitenciária na forma e avanço da ocupação urbana da região.

Fonte: Autoria própria

Na primeira versão, escutamos que os moradores das vilas receberam lotes em uma área que não possuía o mínimo de infraestrutura urbana como água e saneamento básico. Além das doações realizadas pela prefeitura, esse espaço também foi territorializado a partir de invasões por pessoas que não possuíam casas, como destacam os entrevistados:

“Um prefeito que tinha o Newton Cardoso, construiu Nova Contagem, que todo mundo acha que ali tudo é nova contagem, só que não. Nova contagem é um bairro lá. Então, ele formou a Nova Contagem, né? E logo em seguida alguns 2, 3 anos depois começou a surgir algumas vilas e algumas favelas, né? Aí teve uma vereadora que fundou a Vila Esperança logo em seguida por questões políticas, questões de um vereador e outro, fundou o Ipê Amarelo. O Ipê Amarelo foi criado para as pessoas da Baranginha. Na época, teve um problema na barragem e tal, então eles formaram o ipê amarelo para levar o pessoal que estava no abrigo, né? Então eles formaram aquilo ali para levar esse pessoal. Eu não morava na barragem, mas me ofereceram um lote no ipê amarelo, eu com 2 crianças pagando aluguel e tal, aceitei, né? E na época eles ainda estavam construindo a penitenciária, mas na verdade a penitenciária foi para lá antes de casa nenhuma, depois que foi surgindo, as casas ao entorno. Então teve aquela história de construir as vilas e os bairros para a família de presos, só que não foi, as famílias não vieram ninguém.”(Maria, moradora em entrevista para a pesquisa- 2024)

“A Penitenciária não interferiu assim nem na invasão, nem na vinda do povo para cá. Eu discordo disso porque quando estava fazendo a terraplanagem para a construção do presídio, já estava começando o estaleiro né? Que hoje já tá grande estaleiro 1 e 2. Já estava começando também a vila Esperança. E consequentemente aqui já estava construindo já, o pessoal já estava vindo aí invadindo nessas áreas lá na Vila Esperança e consequentemente no Ipê amarelo. Teve uma influência política, se você me perguntar a influência política, eu te falo que sim.” (Alberto, morador em entrevista para a pesquisa- 2024)

Sob outra perspectiva, o grupo B discorre que o crescimento das vilas Ipê Amarelo e Esperança sofreu influência direta da penitenciária. Para os entrevistados, ocorreu uma ocupação devido à concessão de terras pelo governo, porém a penitenciária Nelson Hungria influenciou também nessa ocupação local, pois recebia presos de diferentes partes do estado. Diante do exposto, os entrevistados acreditam que para possibilitar a visita e a manutenção do preso no estabelecimento, esses familiares buscaram moradias próximas à prisão, a partir de novas invasões.

“A história do bairro é que ele surgiu por conta da penitenciária. O histórico que eu sei é que

a vinda da penitenciária, a instalação dela aqui, forçou que algumas famílias, principalmente as mulheres, viessem porque o marido estava preso. Então fazer visita para estar mais próximo, vieram para região e aí o Ipê é uma das regiões mais novas aqui, ele foi crescendo nesse sentido. Reza a lenda e aí eu não tenho certeza, que era território do Newton Cardoso e ele vendeu pra prefeitura, e muita área aqui é do estado, eu imagino também que é por conta da área de servidão da penitenciária.” **(José, representante instituição escolar, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

“Vinha gente de várias partes para poder estar na Nelson Hungria e aquele pedaço dela era muito inabitável era hostil, era um território hostil. Era muito buraco, era muita subida, era muita descida, muitas nascentes, que provocavam vários cursos d'água, vários atoleiros, então ninguém subia, então ninguém tinha interesse também. Então a primeira estrada que levou as pessoas mais pra cima foi exatamente a que levou a penitenciária. E qual é a relevância disso? As casas foram chegando, então pessoas que tinham parentes encarcerados de vários espaços de vários territórios. Norte de Minas, região divisa com o Espírito Santo, região centro-oeste, região nordeste de Minas, todo mundo que ia chegando ali eram as famílias mais pobres mesmo, e aí essas pessoas começaram a invadir. E assim foi fundado o bairro [...] E aí misturou dois tipos de pessoa, parentes de encarcerados que iam ali, que estavam ali junto com outras pessoas, que não tinha para onde morar e ia também. Então ficou essa mistura e foi crescendo. E assim vai se compor no bairro do Vila e do Ipê, que é um bairro majoritariamente de invasão, mas é um território extremamente hostil, hostil mesmo.” **(Gustavo, representante instituição escolar, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

Ao analisar as falas dos integrantes dos grupos A e B, notamos que os discursos se moldam pela maneira que as ocupações urbanas aconteceram no bairro. Encontra-se nos relatos uma diferenciação entre as moradias que foram ofertadas pela política habitacional da prefeitura, e pelas ocupações que abrangeram diferentes partes de Nova Contagem, Ypê Amarelo ou das Vilas Nova Esperança e Estaleiro.

Outro ponto analisado na fala dos entrevistados é a proximidade das casas com a penitenciária, o que levou a compreender que morar ao lado da penitenciária causa um maior desconforto, do que a presença da própria penitenciária em si. Esse fenômeno foi destacado por Citelli (2018), que discorre que para os seus entrevistados a penitenciária não era o maior problema, mas, sim, as ocupações que se estabeleciam no seu entorno, formando vilas e conjuntos habitacionais que eram lidos como pertencentes aos familiares de presos.

Ademais, os sujeitos destacam sobre como a região não possuía infraestrutura para receber essa população. Para além da ausência de água tratada, saneamento básico e acesso a serviços como educação, saúde e transporte, essa população também se tornou refém da ausência de segurança e alvo de problemas sociais como a violência.

“Só que assim, lá não tinha nada, nada, nada, nada. E era muito complicado morar lá, sabe? Porque as pessoas tinham dificuldade para sair, para trabalhar, porque não tinha ônibus. E era tudo muito difícil, né? Tinha o preconceito naquela região. Eles não gostavam de dar emprego para as pessoas que moravam lá. Era taxado como se todos que morassem lá fosse tudo bandido que era assim que que todo que o pessoal era visto.” **(Maria, moradora, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

As matérias dos jornais datadas nos anos finais da década de 1990 demonstravam o quanto Nova Contagem foi estigmatizada como um local de crescimento e ocupação urbana desordenada. Magalhães (2019) disserta que Nova Contagem apresentou um grande crescimento populacional e

territorial ao longo dos anos, que até anos atrás, vilas e bairros que hoje compõem a regional Vargem das Flores pertenciam a Nova Contagem.

Essa ocupação não foi acompanhada pelo devido desenvolvimento social e infraestrutura, fato que duplica a segregação socioespacial de Nova Contagem, haja visto a distância e a dificuldade de acessos. Na pesquisa de Magalhães (2019), a autora realizou entrevista com policiais militares que atuavam na região, os quais destacaram que o planejamento do bairro Nova Contagem seguia a limitação das Via Principal (VP) um, e a Via Principal (VP) dois.

Porém, de acordo com os entrevistados, após a instalação da penitenciária Nelson Hungria, ocorreu uma ocupação desordenada dos territórios no entorno das vias, principalmente no crescimento das vilas estaleiro, esperança e Ipê Amarelo, remetendo a um crescimento semelhante a Ribeirão das Neves, com familiares de presos. A autora também reforça a ausência de acesso dessa população que ali residia a serviços de cultura, informação, emprego e acessibilidade, ressaltando que a partir de 2010 o poder público atuou de forma mais direta com ações para os serviços públicos e infraestrutura (MAGALHÃES, 2019).

Ademais, pela ausência de infraestrutura, falta de acessos e oportunidades, a região apresentava um alto índice de violência que afetava as famílias, principalmente os jovens naquela região. Magalhães (2019) discorre que a não viabilização daqueles jovens como sujeitos de direitos, os ligavam à criminalidade. Com o território apresentando altas taxas de homicídio, o início dos anos 2000 foi caracterizado como um dos períodos mais violentos do território com mais de 40 mortes por mês, decorrentes principalmente de conflitos de gangues (Magalhães, 2019).

Figura 11: Reportagem jornal O Tempo Contagem (2004)



Fonte: Acervo Casa de Cultura Contagem

A reportagem do jornal Estado de Minas de 2004 destaca que havia divisões da região de

Nova Contagem por grupos, nomeados também de gangues. Essas divisões, segundo Magalhães (2019), aconteciam por uma questão de acessos das linhas de ônibus A e B, na qual a linha A atingia a parte mais antiga do bairro, onde se centralizam os comércios e a avenida principal, e a B considerada mais nova próximo da penitenciária e das vilas no seu entorno.

Para Gomes (2009) e Santos (2016), a maneira que a região de Nova Contagem foi construída e ocupada refletiu as escolhas do poder público e políticas de habitações populares no Brasil na metade do século XX. Essas que segregam as populações de baixa renda, buscando extinguir favelas e direcionar essas famílias para periferias distantes.

Para Santos (1998;1979), a periferia em termos geográficos não pode ser definida apenas pela distância entre um pólo e as zonas tributárias, mas, sim, pela acessibilidade e a existência de vias e meios de transporte, que possibilitem a utilização dos sujeitos, pois o não acesso aos serviços é um repulsor e afirmativo da situação periférica. O autor também salienta que as periferias são fruto do modelo rodoviário urbano, que atuou na construção do crescimento disperso das cidades, criando uma escassez de terras e com atuação na especulação imobiliária e periferização.

Santos (2016), por sua vez, discute que essa dinâmica de periferização que ocorreu em Nova Contagem, custou um agravamento dos problemas sociais e urbanos encontrados naquela região. Os índices de violência, a desigualdade social, o estigma, as dificuldades de acesso ao centro e as oportunidades, afetam até os dias atuais a população que ali reside, principalmente por ser um território conhecido pela existência da penitenciária Nelson Hungria.

6.2 A Penitenciária Nelson Hungria

Criada em 1988 a penitenciária Nelson Hungria foi o primeiro estabelecimento penal de segurança máxima do estado de MG. Localizada no bairro Nova Contagem, no município de Contagem, a penitenciária começou a ser construída em 1985. Inicialmente o estabelecimento penal era chamado de Centro de Reeducação de Segurança Máxima de Contagem, e referenciado como o estabelecimento mais seguro e moderno da América Latina, pois possuía dispositivos de segurança modernos como circuito interno de televisão, células fotoelétrica, viaturas, guardas e cães treinados para evitar fugas e entrada de ilícitos (PERFIL, 1985)

Figura 12: Reportagem jornal Estado de Minas (1.988)

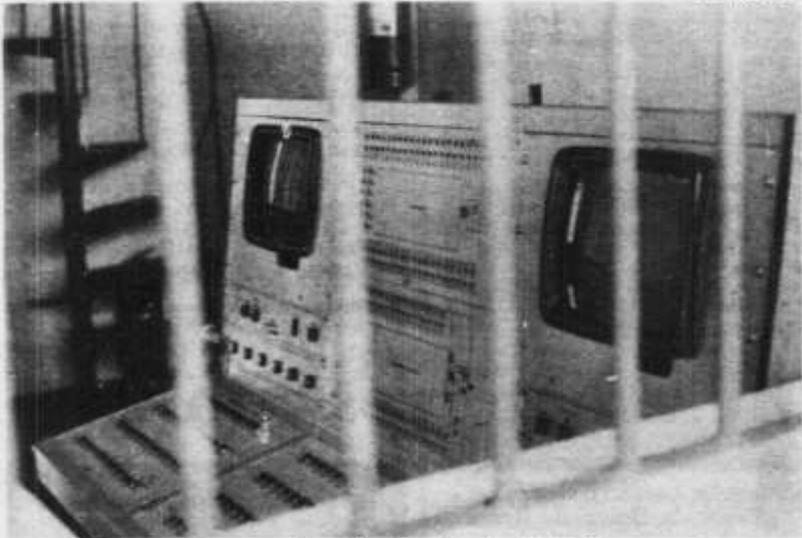
Sistema impede fugas e invasões

Sidney Lopes

Já está em atividade na Penitenciária de Segurança Máxima de Contagem o sistema eletrônico de segurança que permite, através de sensores e monitores de TV espalhados pelos 12 pavilhões e demais construções da área, o controle de todo o presídio. O sistema foi criado e instalado por uma empresa de engenharia e sistemas de segurança e, segundo informação da Secretaria de Justiça, é um dos mais avançados.

Este sistema automático de segurança praticamente impossibilita fuga ou mesmo a invasão do presídio. A monitorização dos 12 pavilhões é feita por câmaras de circuito fechado e o acesso a eles é controlado através de um comando gerado no prédio da administração. Nas áreas ocupadas pelos presos, as portas são dotadas de sistema de intertravamento, isto é, enquanto uma não abre, outra não fecha. Além disso, segundo a Secretaria de Justiça, todas as portas possuem travas de segurança máxima, desenvolvidas especialmente para estabelecimentos penais.

O sistema eletrônico de segurança possui ainda os chamados "botões de pânico", instalados em pontos estratégicos de cada pavilhão, que, em caso de emergência, podem ser acio-



Da mesa de controle tudo é acionado, inclusive as portas

nados, com registro imediato na central de controle, fechando automaticamente todas as portas dos pavilhões. O acesso e movimentação nas áreas do presídio são também registrados por uma impressora acoplada à central, onde existe ainda um painel sinótico

que localiza instantaneamente qualquer anormalidade. Baterias auxiliares impedem que uma falha no fornecimento de energia elétrica desative todo o sistema, segundo informou a responsável pelo projeto, a Ensec — Engenharia e Sistemas de Segurança S/A.

O funcionamento da penitenciária veio a partir de uma medida de urgência para receber os presos responsáveis por rebeliões constantes que aconteciam na Penitenciária Agrícola de Neves (PAN) e nas diversas delegacias do estado. De acordo com os autores Diniz et al (2023), nos anos 1980, o sistema penitenciário mineiro foi palco de diferentes questões como motins, rebeliões e assassinatos dos presos nas carceragens pela superlotação. Em vista disso, o governo anunciou a criação de uma penitenciária de segurança máxima, que buscasse desafogar as vagas nas carceragens da polícia e realizar a custódia dos presos considerados de alta periculosidade.

Figura 13: Reportagem jornal Estado de Minas (Mai. 1.988)

Contagem recebe enfim seus primeiros presos

A transferência de 300 presos, iniciada no final da madrugada de ontem, culminou finalmente em operação a Penitenciária de Seguranga e Minas em Contagem, localizada a 35 quilômetros de Belo Horizonte. Toda a estrutura do prédio passou a funcionar a partir de 5 horas, quando 66 internos da Penitenciária Agrícola de Neves chegaram ao estabelecimento. Com este grupo foram removidos os labores de trabalho em Neves, deflagrada foi duas semanas, e que estavam sendo no Depósito de Prisão da Lagoinha, Delegacia de Furtos e Furtivos e Casa de Detenção "Dutra Ladeira".

Autorizada desde o dia 5 pelo juiz da Vara de Execuções, Roberto Cavallari Nunes, a transferência começou a ser realizada na sexta-feira, quando o diretor do novo presídio, capitão-FM reformado Siqueira Marzano, reuniu-se com o secretário de Justiça, Luis Lodi, para estabelecer os detalhes das remoções. Às 23h45, o diretor interno da Penitenciária de Neves, Manoel Suelo, que, foi "retirado do cargo" para acompanhar a transferência. Às 2h de ontem, 300 policiais militares iniciaram os 100 internos de Neves e, usando 40 ônibus, começaram a operação, resultando com presos na Lagoinha, oito na Delegacia de Furtos e Furtivos e 19 na Casa de Detenção "Dutra Ladeira". Apenas cinco o tempo do tempo, os detentos foram retirados de suas celas e levados para o novo presídio.

Desde o dia 4 de abril, o diretor da Penitenciária de Contagem, capitão Marzano, vem preparando o local para o recebimento dos presos. "Trazemos aqui tratados e presos e encaminho as funções de trabalho, além de fornecer todos os equipamentos", "Tudo isso apenas três dias 12 presídios reformados sendo utilizados, o complexo carcerário existente na homenagem dedicadas ao

Ativado, sem ser inaugurado, o novo presídio começou a ser feito no governo Hélio Garcia

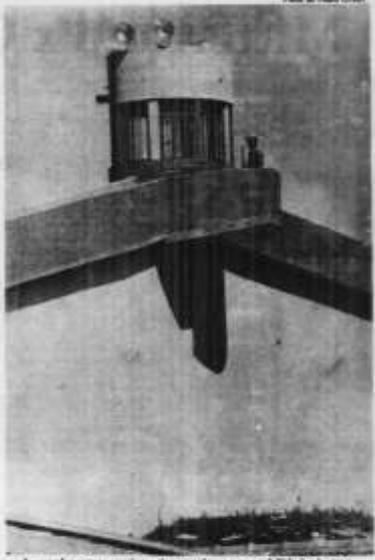


Foto de Paulo Góes

A guarda externa vai sustentar sob a responsabilidade da FM

suber de segurança, médico e de alimentação.

Segundo o capitão, há um programa pré-estabelecido com os autoridades que governa a transferência, e cada uma de 100 presos. Ainda de acordo com o diretor, está prevista para dentro de 15 dias a transferência de 35 presos de Juiz de Fora e 14 de Teófilo Otoni. "Todos são homens perigosos", garante. Nunca aconteceu antes, a Penitenciária de

Contagem vai utilizar apenas 180 funcionários. Em pleno funcionamento, quando o presídio tiver cerca de 1.020 celas ocupadas, este número sobe para 410.

Trabalhando no xadrez, os primeiros internos da Penitenciária não terão qualquer tipo de regalia. "Aqui eles vão tirar cadeia", explicou Marzano. Não há nenhuma proposta para a redução do atendimento em condições mais trabalho. Conforme o di-

reitor do local, "esta Penitenciária obrigou vai usar instrumentos. Todo trabalho será com as mãos."

Embora com todo este capitalizador Marzano aponta no "big risk" como que sendo tratado os internos: "Este será um presídio humano. Aqui não são São Quarenta presos assassinados em 11 de maio de 1966. Temos que tirar dos presos esta imagem negativa. Os 95 detentos mantem-se em várias condições e

serão divididos conforme a prática local". Ainda segundo o capitão Marzano, todos os presos vão passar por uma bateria de exames através de um equipe de classificação quanto à periculosidade, baseada por classe psicológica, um neurologista, dois psicólogos, dois criminólogos, três assistentes sociais, um pedagogo, um advogado e um terapeuta ocupacional.

Esta medida vai estabelecer os e-

atenuando o perigo no país, se ele tem condições de ser reduzido. Conforme o diretor, "se ele não for recuperável, poderá ser enviado para o manicômio. Porém, esta decisão será tomada com base científica". A classificação dos detentos, segundo Marzano, será fundamental para o trabalho de recuperação. "Cada presídio abrigará um tipo de preso. Isto facilitará toda a estrutura de trabalho", disse o diretor.

É a partir desse contexto que os chamados “rebeldes de Neves”, os presos responsáveis pelos motins e rebeliões na PAN, foram os primeiros a serem transferidos para a penitenciária como medida punitiva. Posteriormente, o complexo penitenciário Nelson Hungria também recebeu 300 detentos que vieram de outras cidades do interior do estado e, também, de Belo Horizonte do chamado depósito de presos da Lagoinha. Para atuar no que foi chamado pelos jornais da época de fase inicial do trabalho na penitenciária, 180 funcionários foram lotados na unidade, entre eles agentes penitenciários e outros servidores (ESTADO DE MINAS, 1.988).

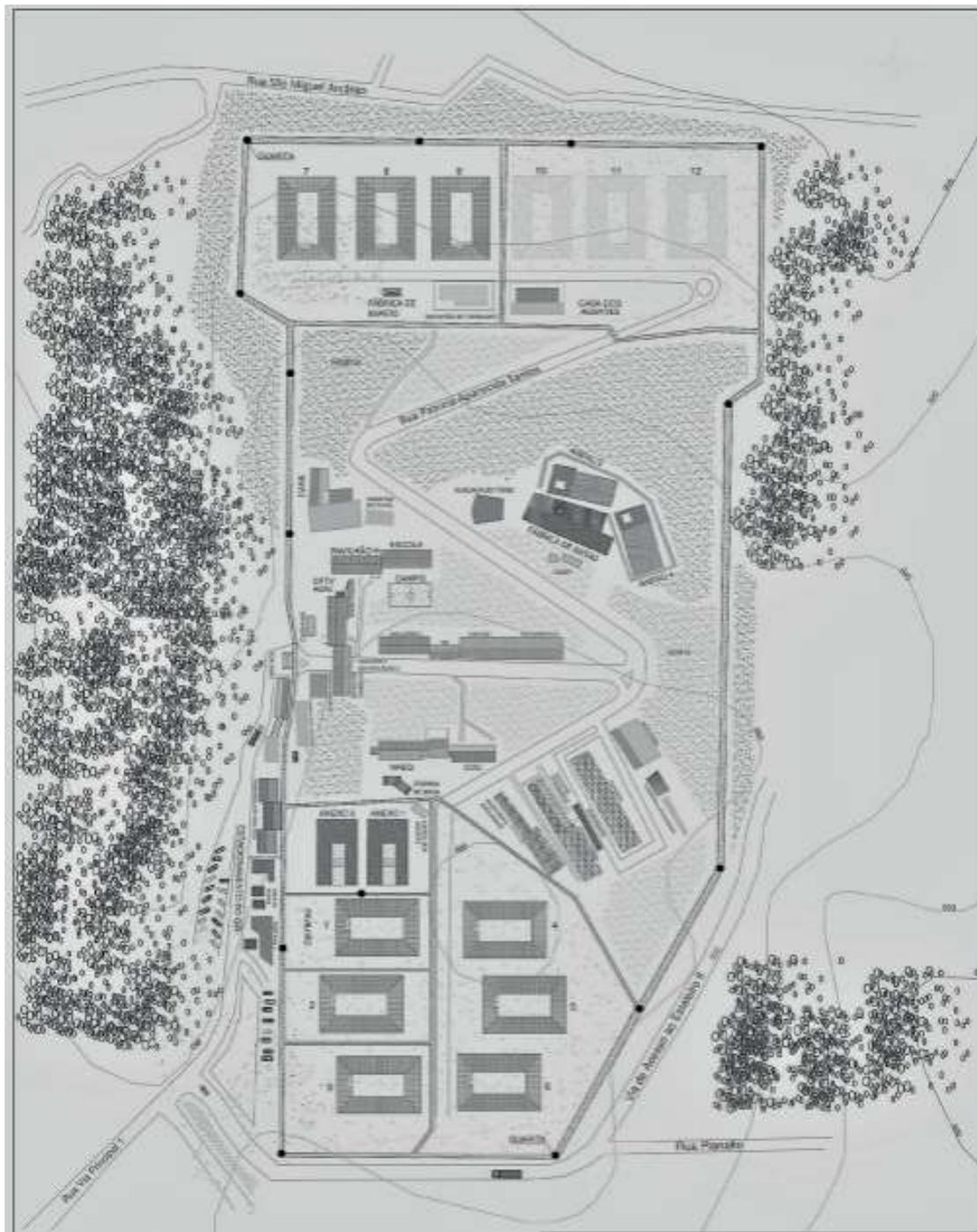
Figura 14: Reportagem jornal Estado de Minas (Mai. 1988)



Um dos principais pontos de destaque da história do complexo penitenciário Nelson Hungria foi a separação dos detentos pelo grau de periculosidade. A reportagem do jornal Estado de Minas de 1988 apresenta uma entrevista realizada com o então capitão Salvador Marzano, que era o diretor da penitenciária na época da fundação. O capitão ressalta que os presos seriam avaliados por uma equipe formada por psicólogos, neurologistas, psiquiatras, pedagogos, advogados, terapeutas ocupacionais, criminosos e assistentes sociais. Essa equipe seria responsável por julgar a periculosidade do detento, e se o mesmo teria condições de ser reeducado ou direcionado ao manicômio.

A partir de características como grau de periculosidade, sistema moderno que evitava fugas e a extensão territorial do estabelecimento, a penitenciária Nelson Hungria se fortaleceu no cenário do sistema penitenciário mineiro como prisão de segurança máxima, recebendo presos das facções PCC e Comando Vermelho (CV), que eram presos no estado de minas, além de traficantes com grande influência no estado e outras tipologias.

Figura 16: Penitenciária Nelson Hungria (Diniz et al 2023)



Foram construídas áreas de trabalho como fábricas de bolas, espeto, gesso e produção de artesanato e salas de aula. Áreas para membros do staff, portaria, gir, guarita, diretoria e núcleo de atendimento psicossocial. Entretanto, no ano de 2023 a penitenciária foi retirada da categoria de estabelecimento penal de segurança máxima. A partir desse processo, os presos faccionados e de maior periculosidade foram transferidos para outras unidades do estado, como a Penitenciária de Segurança Máxima de Francisco Sá.

Alguns dos motivos elencados para essa remoção foram: a) a ausência de novas reformas; b) excesso de fugas; c) déficit de servidores; e d) superlotação que acomete o estabelecimento. Quanto à ausência de novas reformas, os entrevistados destacam que por ser uma das penitenciárias mais antigas

do estado e pelo seu tamanho, o CPNH não era alvo de reformas recentes, fato que corroborava para uma maior deterioração do estabelecimento com o passar dos anos.

A Nelson Hungria é uma das primeiras em Minas Gerais, e ela era ocupada até então por presos de alta periculosidade de alto grau de risco. E ela, como é uma penitenciária antiga, precisa de uma reformulação e reestruturação para isso. Se o estado, que é o detentor de melhorias estruturais, reformas e até mesmo número de quantitativa de profissionais, não faz isso, ela vai ficando defasada. A sua estrutura vai ficando corrompida e até mesmo com parte dos presos vai ficando ruim até para essa alocação dos sentenciados lá isso prejudica muito internamente e também externamente. **(Paulo, policial penal, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

Essa ausência de novas reformas e melhora da infraestrutura ocasionou um dos principais pontos responsáveis pela retirada da penitenciária da categoria de segurança máxima: as fugas. Inúmeras são as reportagens em jornais locais e do estado que relatam as fugas na penitenciária, além do planejamento de ações criminosas organizadas de dentro da unidade

Figura 17: Reportagem Jornal O Tempo

Presos fogem de penitenciária que já foi considerada de segurança máxima, na Grande BH

Contagem

Após sequestro articulado de dentro da Nelson Hungria, prisão é interdita

Decisão de juiz determina que penitenciária não receba mais presos; atualmente, estão detidos 2.200 pessoas, mas capacidade é de 1.640



Para além das fugas, a ausência de servidores também acomete a lista de problemas encontrados no CPNH. Os policiais penais e servidores que atuam na unidade trabalham com uma carga horária elevada, baixa remuneração e déficit de servidores para a execução de todas as atividades que são realizadas na penitenciária (SINDPPEN, 2021).

Figura 18: Reportagem Sindppen



Os policiais penais discorrem que trabalhar na PNH é lidar diariamente com a sensação de uma panela de pressão prestes a explodir, pois a PNH conta com um alto número de detentos, uma extensão territorial relevante e um quadro de servidores reduzido principalmente em períodos noturnos. (SINDPPEN, 2021).

Felipe- Você sabia que lá tem 5km só de guarita?

Entrevistadora: É, lá é muito grande. Eu fiz uma pesquisa lá uma vez, e aí estava ainda construindo aquela parte dos anexos, e aí a gente tinha que descer lá embaixo pra subir pra portaria, e era um caminho enorme.

Felipe- E tudo tem que ser de carro lá . Agora pensa o policial com aquela farda, com fuzil pesado o dia inteiro descendo e subindo. Por exemplo, fazer segurança, e aí? E à noite lá, escuro demais. Eu não sei quantas guaritas, deve ser pelo menos umas 20 guaritas. Numa boa, não tem 20 policiais pra botar em guarita. E não tem um revezamento necessário, então você baixa a qualidade disso. **(Felipe, policial penal, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

Outro ponto relevante para a remoção da categoria de segurança máxima é a superlotação que acomete a unidade. Em junho de 2023, a penitenciária possuía população total de 2.465 presos e com capacidade total de 1.779. A superlotação presente na penitenciária afeta não apenas o processo de custódia e ressocialização dos presos, mas também o trabalho dos policiais penais e a vida cotidiana dos moradores do bairro.

Nota-se que a presença de um estabelecimento penal afeta de maneira dissemelhante os diferentes atores que estão presentes nesse espaço, dentro da instituição como os detentos e os servidores, na alteração da paisagem e na dinâmica do uso e ocupação do espaço, e no cotidiano dos sujeitos presentes no bairro como veremos na seção a seguir.

6.3 O bairro e a Penitenciária

Os trabalhos discutidos no capítulo 3 sobre o impacto da construção de estabelecimentos penais nos municípios⁴, abordam os conflitos que a construção dessas instituições geram entre os diversos atores, como políticos, mídia e a população local (GODOI, 2015; CITELLI, 2018; SABAINI,

⁴ Ver capítulo 3 seção 3.4 “O impacto da construção dos estabelecimentos penais”

2012).

No estudo de caso de Nova Contagem, encontramos uma especificidade, pois parte dos estabelecimentos que a literatura discute foi construída em bairros já estabelecidos, com população residente e maior oferta de serviços. A PNH chega a Nova Contagem no meio de um processo complexo de ocupação, delimitação e criação de diferentes bairros e vilas. Diante desse fato, sua origem está muito atrelada à história de fundação do bairro, o que dificulta, no entendimento dos moradores e servidores locais, uma separação de como era o bairro antes e depois da criação da penitenciária.

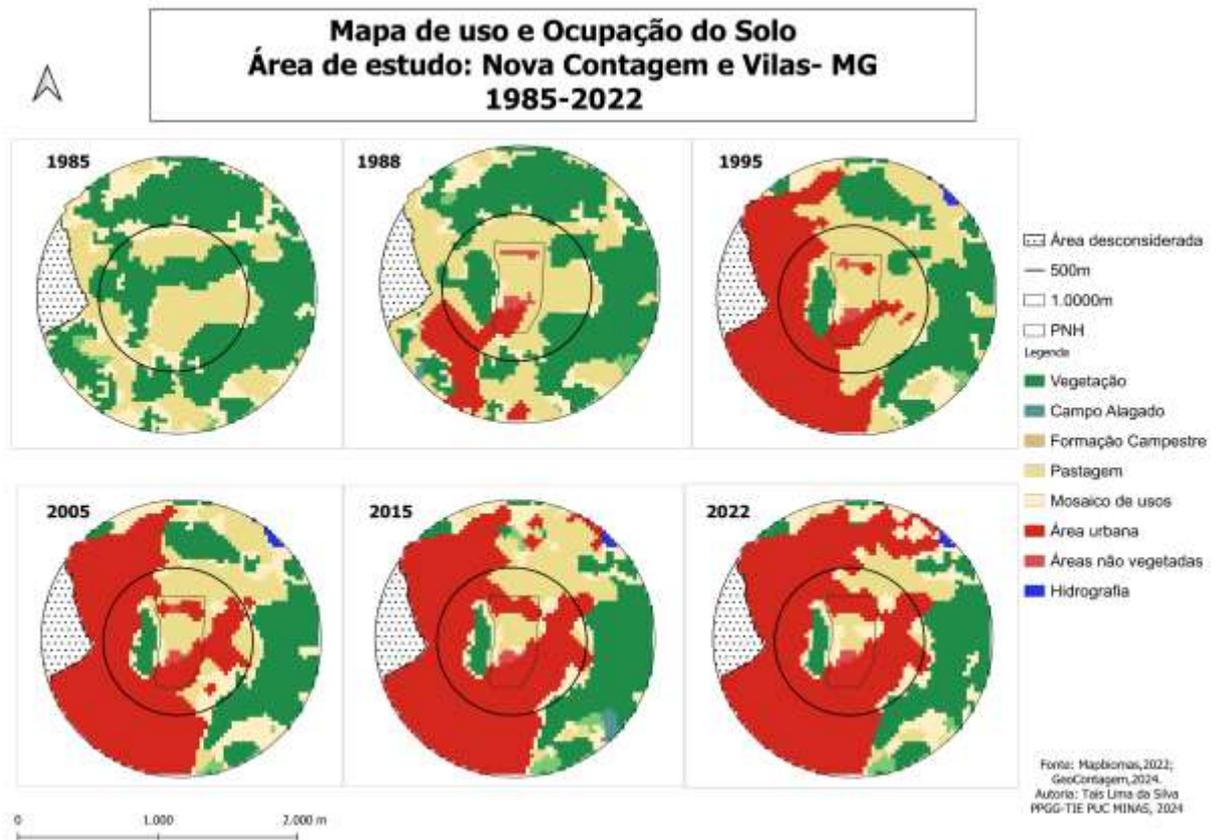
Para esses sujeitos, a fundação do estabelecimento penal e o crescimento do bairro estão atrelados no tempo e na história de Nova Contagem. Contudo, é importante pontuar que mesmo morando poucas pessoas no bairro antes da criação da penitenciária, essas pessoas se lembram das sensações de medo gerada pela presença do estabelecimento

O pessoal que morava eram poucas pessoas, né? Então eles ficou meio preocupado foi, com a questão de segurança, né? Da população que morava, que já estava morando aqui, conviver com presídios, seria assim apavorante, né? Essa é a verdade. **(Alberto, morador, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

Para conseguir visualizar a associação descrita pelos entrevistados em relação à criação da penitenciária e o momento de ocupação do bairro, realizamos, por meio s dos dados disponibilizados pela plataforma *MapBiomas* e do software Qgis, uma coleção de mapas de uso e ocupação do solo da área de estudo, delimitada pelos buffers de 1.000m e 500m.

A escolha de utilização dos dados ofertados pela plataforma MapBiomas sucedeu após as dificuldades encontradas durante a pesquisa para encontrar imagens da área estudada, seja de satélite, arquivos documentais ou da população que ali residia. A temporalidade delimitada foi a partir do ano de início das obras da penitenciária (1985) de acordo com informações dos entrevistados, e o ano limite (2022) para análise dos dados desta pesquisa.

Figura 19: Mapa de uso e ocupação do Solo



Ao analisar as imagens a partir de 1985, dois anos antes do início do funcionamento da penitenciária, podemos observar que não havia sinais de áreas urbanizadas na área analisada. As construções na área de estudo começaram a ser notadas a partir de 1988, ano oficial de início das atividades da PNH e do crescimento da ocupação urbana de Nova Contagem. Essa expansão das áreas de construção também é observada dentro da PNH, com a edificação dos pavilhões a partir da observação da área delimitada.

Ademais, ao analisar o mapa de 1995, podemos notar o aumento expressivo da área urbana onde juntamente com a literatura e com o relato dos entrevistados é delimitado como os bairros e vilas Ipê Amarelo e Esperança, que pela política de habitação popular e processo de ocupação se situam nesses espaços.

A partir de 2005, o mapa demonstra um crescimento da ocupação ao lado da penitenciária Nelson Hungria, onde hoje se localizam as vilas Estaleiro I e II, denominadas popularmente como área ocupada por familiares de presos. Dez anos depois, em 2015, notamos uma ocupação com maior expressividade das vilas Estaleiro, além da área urbanizada dentro da penitenciária, que passou por processos de obras para ampliação do espaço.

O mapa de 2022 chama a atenção para o crescimento de áreas urbanizadas relacionadas à presença de condomínios fechados e chácaras na região. O principal condomínio da região é o Condomínio Nosso Rancho, o qual foi fundado em 1988, no mesmo ano de inauguração da penitenciária, e com o primeiro registro de 1991. O condomínio conta com uma extensa área de

2.948.320,00 m e está localizado no bairro Ipê Amarelo.

A análise das imagens corrobora com o que é apresentado pela pesquisa, de que o crescimento da penitenciária e seu estabelecimento se deu no mesmo momento de crescimento dos bairros e vilas, gerando uma dificuldade de separação desse antes e depois pela lógica de ocupação. Contudo, se a análise aponta que na história de criação da penitenciária e do bairro é difícil estabelecer demarcações, na relação entre penitenciária e população esses contornos são bem delimitados, principalmente sobre os benefícios levados pela PNH para o bairro.

A literatura sobre o impacto da instalação dos estabelecimentos penais aponta que um dos principais pontos apresentados para a população local ao inserir uma penitenciária ou presídio é sobre a oferta de empregos para os moradores e dinamização da economia, como já apontado por Citelli (2018) Glasmeier; Farrigan (2007) e Godoi (2015).

Em Nova Contagem, os resultados não diferiram dos estudos posteriores, de acordo com relato dos moradores, a penitenciária não gerou a empregabilidade esperada para a população:

Entrevistadora: Você consegue me explicar se a penitenciária trouxe algum benefício para aquela região?

Maria Alimentação, o único benefício que eu vi daquela penitenciária ali. Porque o emprego para quase ninguém dali, da região não tinha emprego. Bem mais tarde foi que algumas, eu acho que umas 2 ou 3 foi ser cozinheira lá. O único benefício que eles levavam, a sopa de vez em quando para os meninos lá na região, sabe? Marmitex que sobrava lá, eles levavam distribuindo. **(Maria, moradora, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

Gustavo: Benefícios assim, no comércio local não trouxe benefícios. É, talvez ali as linhas de ônibus e tudo mais, um ou outro trailer que tem ali perto da penitenciária de pessoas de lá mesmo que consegue vender alguma coisa assim do entorno. A penitenciária gera demanda. Ela ali demanda o surgimento desses bairros, porque essas famílias vieram, então elas vieram por causa da penitenciária. Se essa penitenciária não existisse talvez esse processo de ocupação não teria acontecido, ou teria sido bem menos, de uma forma bem mais lenta e de outras formas, talvez lá continuasse sendo uma mata, uma fazenda e tudo mais assim. . **(Gustavo, representante instituição escolar, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

Outro ponto evidenciado pela revisão de literatura apresentada é a dinamização da economia local, apontada como motivo para implantação de um estabelecimento penal. Todavia, durante o trabalho de campo percebemos que a dinamização da economia atinge um nível micro do comércio local, fato destacado através de conversas com comerciantes da região, e alguns familiares de pessoas encarceradas, que estavam nas filas dos ônibus.

Durante as visitas ao campo, observamos que na rua da penitenciária existiam alguns estabelecimentos como trailers, restaurantes, pousadas, lanchonetes e pequenos comércios que realizavam a venda de itens com entrada permitida na PNH, como refrigerantes, chinelos e cigarros. Além dos itens exclusivos para entrada no sistema, os estabelecimentos também vendiam produtos para os visitantes como cervejas, sorvetes, sucos e lanches, itens que não entram dentro do estabelecimento.

Coincidentemente, uma dessas observações em campo ocorreu em um dia de visita.

Encontramos essas mulheres já no final da visita na fila do ônibus que iria em direção ao centro de Belo Horizonte. Elas levavam sacolas transparentes com restos de alimentos que foram produzidos em casa e sobraram da visita, como batata frita, macarrão e arroz.

Em uma conversa com uma dessas visitantes, perguntamos se ela geralmente comprava algo nos estabelecimentos próximos à penitenciária. De acordo com o relato da mesma e de outras mulheres que estavam em volta, comprar os itens de higiene ou comida nesses locais era muito caro, o que inviabilizaria essa compra dado as condições socioeconômica das mesmas. O único item que elas afirmaram comprar localmente eram bebidas como o refrigerante, pois entrariam geladas.

Assim como relatado anteriormente,⁵ encontramos uma dificuldade no diálogo com moradores das proximidades, entre eles os comerciantes que se negavam a participar da pesquisa. Entretanto, no mesmo dia da visita citada anteriormente, conseguimos conversar com o dono de um dos estabelecimentos próximos à PNH. O mesmo não permitiu a gravação da conversa, mas autorizou que a entrevista fosse transcrita. O seu Antônio destacou nessa conversa que comprou sua casa antes da penitenciária, e que foi a penitenciária que levou o asfalto para a região. Sobre seu estabelecimento, ele destacou que as mulheres, principais visitantes, pediam para ele abrir uma loja com itens permitidos na visita, elemento motivador para a criação desse estabelecimento.

Para Antônio, a penitenciária aumentou a sensação de segurança, pois não existe roubo na região, aumentou o comércio e gerou emprego para a população local. O entrevistado destacou, também, que muitas mulheres compravam por ali, porém o movimento apresentou uma queda e alguns estabelecimentos fecharam, devido à retirada dos presos com dinheiro, fazendo uma referência à transferência dos membros das organizações criminosas, como PCC e Comando Vermelho, que foram transferidos para outras penitenciárias de segurança máxima.

Diante do exposto pelo entrevistado, decidimos, então, analisar a partir das imagens do Google Street View, as alterações nas fachadas desses comércios localizados na rua da penitenciária. As imagens disponíveis no Google Street View abrangiam os anos de 2009 a 2023, tendo sido escolhidas as datas de 2009 e 2019, para se observar as mudanças em período temporal de 10 anos, e 2023, para analisar as alterações mais recentes dos estabelecimentos locais.

Em razão de informações sensíveis, as imagens não foram inseridas pois poderiam facilitar a identificação da área analisada, além do intuito de assegurar a segurança da pesquisadora e dos participantes da pesquisa.

⁵ Ver capítulo 2.3.1 “A não entrada em campo”

A análise das imagens possibilita verificar que os estabelecimentos localizados próximos à PNH que apresentam a característica de dormitórios ou pousadas, passaram por transformações ao longo dos anos. Em 2009, esses estabelecimentos iniciaram como lojas com venda de itens para visitantes. Já em 2019, estavam assentados como pousadas e dormitórios para visitantes que, provavelmente, vinham de outras cidades, ou desejavam estar cedo na fila. Porém, em 2023 essas lojas não atuam mais como pousadas, passando pelo encerramento das atividades e até mesmo a venda do imóvel.

Uma das hipóteses de Antônio sobre o fechamento dessas unidades está ligado à retirada dos presos facionados da penitenciária. Para o entrevistado, as famílias desses sujeitos vinham de outra parte do estado, possuíam maior poder aquisitivo e precisavam de lugar para dormir próximo ao estabelecimento. Já as famílias dos presos tidos como “normais” preferiam realizar viagens mais longas de ida e volta nos dias de visita, como forma de economizar. Ademais, soma-se também a pandemia de covid-19⁶ como fator para o fechamento, haja visto a suspensão de visitas dos estabelecimentos penais do estado, para evitar transmissão do vírus dentro do sistema.

Outrossim, um fenômeno que chama a atenção aliado ao encerramento das atividades desses armazéns é o surgimento de barracas e trailers do lado da penitenciária, que até os anos de 2019 não era ocupada. A área, de acordo com a divisão territorial do bairro, é considerado parte das Vilas Estaleiro I e II.

Durante a visita ao campo foi possível perceber que os visitantes se concentram nesses armazéns, o que gera um clima de disputa entre os comerciantes do Estaleiro e de Nova Contagem. De acordo com Antônio, esses estabelecimentos são áreas invadidas pela população do bairro Estaleiro I e II, além de pertencerem a familiares de presos. Foi possível notar durante a entrevista que existia um conflito posto entre os comerciantes que possuíam lojas ou estabelecimentos nas próprias casas, com os responsáveis pelas barracas e trailers da vila Estaleiro, os quais eram sempre referidos como moradores de áreas invadidas, relacionados a familiares dos detentos e que possuíam envolvimento com a criminalidade.

Ao longo de toda a pesquisa, sobretudo nos momentos das entrevistas, o estigma relacionado a ser familiar de preso esteve sempre presente. Inicialmente era algo direcionado a população de Nova Contagem como um todo, devido a presença da penitenciária, entretanto com o passar dos anos esse estigma foi conduzido para os moradores das Vilas Estaleiro, dado a proximidade com a penitenciária e a forma de ocupação.

⁶ Coronavírus: estão suspensas as visitas em presídios de Minas Gerais.
https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/03/19/interna_gerais,1130488/coronavirus-estao-suspensas-as-visitas-em-presidios-de-minas-gerais.shtml

Na seção a seguir discutiremos a influência da penitenciária na percepção, autoestima e na relação que os moradores locais estabelecem com o lugar, além da estigmatização de Nova Contagem, e o desejo dessa população de que a região de Nova Contagem seja reconhecida para além da presença da penitenciária.

6.4 O estigma e uma Nova Contagem além da PNH

A Geografia, enquanto ciência que estuda o espaço e suas transformações, compreende que a relação que os sujeitos estabelecem com aquele espaço o modifica através das experiências ali vividas. Essas experiências dotadas de significados transformam esses espaços em um lugar para os sujeitos que ali vivem

Lugar é a dimensão cultural-simbólica e, a partir daí as questões envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significado, marcadas por aquilo que Tuan (1980) chamou de “topofilia” (e, por que não acrescentar, antes por “topofobia” que por “topofilia” em certos casos...) (SOUZA, 2020, p. 115)

Para Tuan (1980), o termo topofilia relaciona o lugar aos sentimentos e as sensações geradas ali, como sensações de pertencimento, afetividade e boas memórias. Todavia, o lugar também pode ser lembrado por sensações como o medo, desconforto e traumas, o que Tuan (2005) denomina como topofobia. A análise das entrevistas mostrou que durante o relato sobre a vivência em Nova Contagem, os entrevistados destacaram em suas falas sentimentos tanto de topofilia, quanto de topofobia.

No que tange à sensação de topofobia, as análises demonstraram que a presença da penitenciária no bairro ocasionava situações de desconforto, medo e tensões que permeiam a memória desses sujeitos, como destacado:

Maria: Mas era muito, muito ruim, porque a gente via sobre tensão. A penitenciária não tinha aquela construção que tem hoje, né? Era telhado. Os presos subiam, faziam motim, subiam tudo em cima do telhado. Era tiroteio. A gente tinha que esconder as crianças porque a gente tinha medo, né? De bala perdida, tiro de lá. E eles fugiam de lá, vinha, entravam na casa, a gente queria água, queria isso e aqui para continuar fugindo, entendeu? Então era muita tensão, muita tensão. A gente vivia sob tensão, muitas pessoas ficavam até doente, sabe? Alguns não tinham para onde sair, para onde voltar, então tinha que ficar lá. E outro já tinha até uma certa estruturazinha, já tinha arrumado trabalho naquelas condomínio, aqueles negócios, então já estava começando a se estabilizar. . (Maria, moradora, em entrevista para a pesquisa-2024)

Maria: Povo sofrendo muito, o psicológico abalado e tensão por tudo. A gente acaba adoecendo, né? Tem que ter um equilíbrio muito grande para conseguir conciliar as coisas e chegar nos lugares e mostrar o que tem de bom no lugar, independente daquela penitenciária. E mostrar que ali tem pessoas de bem, pessoas trabalhadoras. E que merece, assim, ser olhado de uma forma diferente, sabe? Mas é complicado, não é fácil, não. Muita coisa que não vai

para lá por ter uma penitenciária na região, né? Eu não sei agora, mas na época eles não queriam nada de próximo ali porque tinha a penitenciária. Então, assim não chegava uma indústria, né? Não chegava nada porque quando a gente ia e falavam que lá era uma região perigosa. E o perigo que eles viam era penitenciária, você entendeu? Era penitenciária, porque se fosse olhar perigo. Do que acontecia, todas as outras regiões acontecem, né? . **(Maria, moradora, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

A fala da entrevistada remete a memórias marcadas pelo medo dos tiros, das fugas, invasões a domicílio e uma constante tensão que pairava sobre a vida dos moradores. Para além dessas sensações, o estigma também é notado na fala dos entrevistados como marcador do sentimento de tofobia.

Goffman (1975) discorre que o estigma é um conceito que pode ser relacionado como um processo realizado por um grupo para com sujeitos ou outro grupo, a partir de sentimentos de depreciação e desvalorização desses indivíduos. O estigma atua fortalecendo questões de hierarquias e exclusões sociais, sendo fortalecido pela ideia do contato social, quando pessoas que pertencem ou são próximas a um grupo lido como estigmatizado também são alvos desses estigmas.

No caso do bairro Nova Contagem, através dos relatos dos moradores, percebemos que o estigma inicialmente atingiu os moradores do bairro de uma forma unânime pela presença da penitenciária, mas com o passar dos anos esse processo de depreciação dos sujeitos foi direcionado principalmente para os moradores do Estaleiro, por estarem próximos à prisão ou serem caracterizados como familiares de presos.

Maria: Era taxado como se todos que morassem lá fosse tudo bandido que era assim que todo o pessoal era visto. E foi uma luta muito grande pra gente conseguir desvincular a população que ainda existe preconceito ainda tem muito, mas assim, vista do que era, melhorou 90%. Porque as pessoas achavam que todo mundo que morava ali era bandido Então, assim, as crianças, os adolescentes, os jovens eram os que mais sofria, sabe? . **(Maria, moradora, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

Os estudos de Godoi (2015;2019); Sabaini (2012); Citelli (2018) e Mallart; Cunha (2019) demonstram que quando se insere um estabelecimento penal em um bairro, acredita-se que o muro será uma fronteira que separa os mundos de dentro e fora da prisão. Contudo, os muros não conseguem bloquear a porosidade e os vasos comunicantes⁷ que atravessam a prisão e ocasionam impacto na vida dos sujeitos e nos bairros.

Para além do estigma, a presença da penitenciária afeta também a visualização das potencialidades produzidas naquele lugar. Nova Contagem, assim como discutido anteriormente, sempre foi caracterizada como uma área periférica e com pouca infraestrutura, que cresceu e se desenvolveu através dos esforços de toda uma rede, constituída por moradores, instituições escolares, assistência social, rede de saúde e políticas governamentais. Entretanto, essas potencialidades dos

⁷ Ver Godoi (2019)

sujeitos e do bairro são ofuscadas pela relação que se é estabelecida entre o bairro e a penitenciária:

Gustavo: Nova contagem sempre foi marcada pela penitenciária, o ponto de referência principal de nova contagem é a penitenciária. Então se ignora a produção cultural local, se ignora a arte, se ignora os sujeitos mesmo enquanto pessoas assim singulares. Então, por exemplo, há uma senhora lá, ela é uma senhora, ela é uma mulher, ela é uma mulher que tem história, ela é uma mulher que sofre, ela é uma mulher que luta, é uma mulher que vence, ela é uma mulher que perde. Só que, na maioria das vezes, pra quem tá de fora, ela é a avó do presidiário. Né? Que esvazia a história dela, esvazia as vivências dela. Então ela só é a avó do presidiário, ela só é a mãe do presidiário, ela só é irmão presidiário. **(Gustavo, representante instituição escolar, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

Gustavo: A gente acredita que isso tem que ser superado. A penitenciária está ali, parentes de encarcerados estão, estiveram e estarão. É um direito deles. Eles são cidadãos de direito, mas não é a penitenciária que caracteriza Nova Contagem hoje, como não é a penitenciária que dita o ritmo de nova contagem. São sujeitos de direito, de dores, alegrias, pessoas incríveis, pessoas não tão incríveis. É crianças maravilhosas, adolescentes que lutam demais contra toda adversidade, né? Para poder vencer na vida e sonham em vencer na vida e querem vencer na vida. **(Gustavo, representante instituição escolar, em entrevista para a pesquisa- 2024)**

Esse discurso de um desejo de que Nova Contagem seja lida para além da PNH é demonstrado tanto pelos profissionais das instituições quanto pelos moradores. Esses indivíduos apontam para um novo caminho de se enxergar Nova Contagem como uma região para além da penitenciária Nelson Hungria. Com sujeitos de direitos que produzem cultura, que enfrentam problemas e que vencem essas dificuldades como quaisquer outros.

Anseio que abre também caminhos para as novas pesquisas em prisão e todas as suas vertentes, apontando para um rumo em que se compreendam os impactos dos estabelecimentos penais na vida dos sujeitos e nos bairros, mas também que direcionem esses olhares as novas narrativas dos sujeitos que sempre foram caracterizados como periféricos e estigmatizados, como familiares de presos, e hoje trazem uma nova leitura desses locais de fala lutando por uma não criminalização.

7. Considerações Finais

A pesquisa buscou discutir sobre como um estabelecimento penal atua no espaço geográfico, a partir das transformações socioespaciais observadas. Para isso, realizamos um estudo de caso no bairro Nova Contagem localizado no município de Contagem no estado de Minas Gerais.

Visando interpretar o fenômeno da interiorização dos estabelecimentos penais no estado de MG, a pesquisa se dividiu em três escalas, a macro com um estudo da interiorização em MG, a mesorregional que buscou compreender o fenômeno da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e na microrregião, a partir de um estudo de caso em Nova Contagem. Para isso, a pesquisa obteve como metodologia a distribuição espacial dos estabelecimentos penais do estado de MG, a partir da produção de mapas que buscassem analisar a interiorização no tempo e no espaço, soma-se também a pesquisa documental e entrevistas com atores chaves para compreensão do processo.

Como forma de análise, buscamos compreender o fenômeno da interiorização dos estabelecimentos penais em MG, a partir da análise da distribuição espacial desses estabelecimentos atrelada ao tempo e a discussão da literatura, essa, que apontava uma maior atuação desse fenômeno em MG, a partir de 2.003.

No que diz respeito à escala macro, foram realizados coleção de mapas de 1929 a 2022, ano de criação do primeiro estabelecimento penal do estado a data recorte. Os dados destacaram que a construção desses estabelecimentos penais no estado de MG obteve maior ênfase a partir dos anos 2000, em consonância com o aumento do fenômeno pelo Brasil, em estados como SP, como destacado pela literatura.

Outro ponto analisado foi que essas unidades penais foram direcionadas para o interior do estado, seguidas de um discurso de dinamização da economia e retirada dos detentos das cadeias públicas sobre poder da polícia civil e transferência para a secretária de administração prisional. A pesquisa na escala macro também demonstrou que a interiorização prisional no estado de MG não foi seguida de uma disponibilidade de recursos e acessos como é feito na capital, ou em unidades de maior proximidade. Esse aspecto ocasionou ausência de viaturas, déficit de profissionais e superlotação, fatores que prejudicam uma custódia de qualidade e interferem diretamente na ressocialização.

Outrossim, no que tange à escala meso, referente a Região Metropolitana de Belo Horizonte, o trabalho apontou que os processos de expansão penitenciária e a interiorização na RMBH estiveram atrelados a características socioeconômicas e raciais dos vetores e dos municípios. Esse fator atuou diretamente em aspectos como quantidade de unidades presentes em cada localidade, oferta de serviços laborais e educacionais, além da diferenciação dos estabelecimentos penais, como uma maior presença de penitenciárias e presídios em Ribeirão das Neves e São Joaquim de Bicas, enquanto em Nova Lima encontramos um presídio e uma APAC.

Para além da caracterização dos estabelecimentos penais, a pesquisa também expôs sobre o perfil dos sujeitos encarcerados em cada um dos vetores da RMBH. O perfil apontado corrobora com os dados apresentados nacionalmente sobre a população encarcerada do país, sendo majoritariamente

homens, pretos e pardos, com idade entre 18 a 45 anos, com baixa escolaridade e originalmente de municípios urbanos pertencentes a região metropolitana. As análises, juntamente com a literatura, apontam que para além do encarceramento, esse perfil também é foco de maiores abordagens policiais e mortes violentas, tornando essa população alvo do encarceramento e de homicídios.

Ademais, no que tange à escala micro, o trabalho apresentou como objetivo específico a investigação da interiorização prisional a partir da análise das transformações socioespaciais em Nova Contagem- MG e a partir da inserção da penitenciária Nelson Hungria. Essas transformações foram observadas com base na delimitação de dois buffers, de 1.000m e 500m, para melhor análise do fenômeno devido à extensão territorial da área pesquisada.

A pesquisa apontou que a história de construção da penitenciária Nelson Hungria esteve relacionada ao processo de ocupação e crescimento do bairro e vilas da região, o que ocasionou discursos distintos sobre a influência da penitenciária no crescimento populacional do bairro. Para os moradores, a ocupação de Nova Contagem se deu a partir de políticas habitacionais criadas por gestores da época, os quais concederam habitações para a população de baixa renda, o que ocasionou em um crescimento desordenado da região sem influência da penitenciária na ocupação.

Sob outra perspectiva, os servidores que atuam em instituições locais, destacam que a história do bairro está diretamente atrelada a criação da penitenciária que atraiu para a região familiares de presos, os quais vieram de distintas regiões de MG e do país, para ficarem, mas próximos de seus familiares. Soma-se a análise dos mapas de uso e ocupação do solo de 1985 a 2022, os quais apontaram um crescimento, com maior ênfase no ano de 2015 na região onde hoje se localizam as vilas Estaleiro I e II.

Em conjunto com a análise das entrevistas foi possível observar que as pessoas que residem nas vilas Estaleiro, são alvos do estigma relacionado a serem familiares de presos, e que ocuparam a região de uma forma não legalizada, reforçando um preconceito com essa população.

Em relação à influência do estabelecimento prisional na dinamização da economia, a pesquisa mostrou que há uma influência da penitenciária em um comércio mais localizado, com ênfase na rua da penitenciária. Dito isso, não foi possível observar fatores que levassem a inferir que a PNH exercia intervenção direta nos estabelecimentos comerciais fora da área de proximidade.

Notou-se também que os itens comercializados nesses estabelecimentos são especializados de acordo com as normativas do que é permitido ou não entrar na prisão, além dos estabelecimentos serem também alvos de uma separação entre os moradores, aqueles que possuem lojas em suas casas ou em espaços alugados se designam como de Nova Contagem, e os que vendem os itens em barracas ou trailers lidos como os do Estaleiro, designados como familiares de presos.

Além disso, a pesquisa apontou que estabelecimentos que eram lanchonetes, e passaram por um processo de transformação para pousadas e dormitórios, após o ano de 2019 foram fechados. Essa recusa pode estar relacionada à pandemia de Covid-19 e à transferência de membros de organização criminosas como PCC e CV da penitenciária, o que diminuiu o fluxo de familiares que vinham de

localidades mais distantes e procuravam casas, sendo também reconhecidos como pessoas com maior poder aquisitivo, entre o grupo de familiares de presos que estavam encarcerados na PNH.

No que concerne aos impactos da penitenciária para a população, a pesquisa demonstrou que para além dos impactos socioemocionais, o estigma que permeia cidades que possuem estabelecimentos penais atinge diretamente a população de Nova Contagem e das vilas ao redor. Em Nova Contagem, assim como Ribeirão das Neves, nota-se uma dupla segregação por serem áreas periférica dentro do município de Contagem e por possuírem estabelecimento penal.

Esses fatores influenciaram na criação de uma visão estigmatizada da sociedade sobre esses sujeitos, os relacionando a familiares de presos, além de serem lidos como pessoas envolvidas na criminalidade. Ademais, o trabalho também destacou que essa população que reside na região almeja que Nova Contagem seja reconhecida para além da penitenciária Nelson Hungria, a partir de suas potencialidades, dos incentivos culturais, educacionais e investimentos na infraestrutura, na população e na valorização da vida desses sujeitos.

Como implicação do trabalho para a literatura destaca a compreensão do processo de interiorização em MG, a partir de uma discussão por escalas. Essa que possibilitou a materialização desse processo através das produções cartográficas, e o entendimento de como o processo ocorreu de maneira desigual pelo estado e como isso ainda se perpetua, seja pela quantidade de unidades, disponibilidade de vagas e déficit de insumos e mão de obra que prejudicam a custódia.

A pesquisa corrobora também no campo dos estudos da geografia do cárcere brasileira, quando demonstra a prisão enquanto objeto de estudo geográfico e disserta sobre como sua inserção é realizada a partir de uma lógica de apropriação e uso do território. Ademais, soma a discussão o quanto a instituição prisão proporciona alterações no espaço onde está inserida, influenciando formas de ocupação e uso daquele espaço dinâmicas de relações interpessoais.

No que tange aos avanços para formulação de políticas públicas, a pesquisa é pertinente para compreender a importância das discussões sobre uma descentralização dos recursos e insumos das unidades centrais, e um melhor direcionamento para as unidades do interior. Haja visto que as dinâmicas de unidades prisionais inseridas em localidades próximas ao centro e do interior não são as mesmas, sendo necessário pensar na particularidade desses territórios.

Ademais, a discussão também corrobora para refletir se a inserção de um estabelecimento penal em determinada localidade não vai perpetuar e impulsionar vulnerabilidades, além daquelas já existentes, como exemplo a implantação de unidades em áreas sem rede de esgoto, com altas taxas de homicídios e baixo investimentos em infraestrutura, além da organização do espaço geográfico ao seu redor. Sendo necessário estudos de impacto de vizinhança, grupos focais com moradores e gestores de instituições locais para se discutir de maneira aberta sobre o território e reconhecer os possíveis impactos daquele instrumento naquela região e para a população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Hellen Virginia. **Grades Invisíveis: As Características Socioespaciais da Prisão a partir da Percepção das mulheres encarceradas na penitenciária feminina de Rondônia.** 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia. , Rondônia, 2017.

AMORIM, Oswaldo Bueno Filho. A pluralidade da Geografia e a necessidade das abordagens culturais. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte Ed. PUC Minas, v.16,n.26, (jan. 2006), p.35-58. Disponível em:A pluralidade da Geografia e a necessidade das abordagens culturais. Caderno de Geografia, - / - Artigo de periódico (pucminas.br). Acesso em: 30 ago 2023.

ANDRADE, L. T.; MENDONCA, J. G. . Explorando as consequências da segregação metropolitana em dois contextos socioespaciais. **Cadernos Metrópole (PUCSP)**, v. 23, p. 169-188, 2010.

ANDRADE, Luciana. Teixeira.; MENDONCA, Jupira Gomes.; DINIZ, Alexandre Magno Alves. **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana.** 1. ed. Rio de Janeiro - Belo Horizonte: Letra Capital e Editora PUC Minas 2015.

ARAÚJO, Isabela Cristina de. **“Prender é fácil, manter presa/o eu acho muito mais complexo”:** como mulheres e homens agentes prisionais percebem seu trabalho e se relacionam com as/os detentas/os.2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

ARAÚJO, Isabela; CHAVES, Luana. **Os bastidores dos nossos encontros pelos caminhos da pesquisa.** *IN: As muitas Marias: histórias sobre o encarceramento feminino.* 1ed. Belo Horizonte: Arraes, 2022, cap.1. 37-48

ARRUDA, Raimundo Ferreira. **POR UMA GEOGRAFIA DO CÁRCERE: territorialidades nos pavilhões do Presídio Professor Aníbal Bruno em Recife - PE.** (2004). Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2004.

ARRUDA, Raimundo Ferreira. **Geografia do cárcere: Territorialidades na vida cotidiana carcerária no sistema prisional de Pernambuco.** (2014) Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BAIMA, Fernando Gustavo. **Usos do território maranhense: expansão e regionalização do sistema prisional estadual (1830-2020).** (2021). Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Maranhão, Maranhão, 2021.

BARBOSA, Antonio. “Grade de ferro? Corrente de ouro!” Circulação e relações no meio prisional. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 25, n. 1. p 107-129. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/HJLfCJfh9WBqt4myZYJvqCJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12. abr. 2022.

BATELLA, Wagner Barbosa. Contribuições da Geografia aos estudos sobre criminalidade. **Geografia**, Rio Clarov. 35, n. 3, p. 525-537, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/4883>. Acesso em 20. abr. 2022

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. Geografia urbana. 2.ed. Lisboa: Fundacao Calouste Gulbenkian, 1997. 525p.

BONI, Valdete; QUARESMA Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, UFSC, v. 2, n.1, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>. Acesso em: 16. Mai. 2023

BOSION, Gaston. Carceral Geography: a propósito del giro espacial y las ciencias sociales. **Delito y Sociedad**. Universidad Nacional del Litoral, Argentina. vol. 29, núm. 50, 2019. Disponível em//; http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2468-99632020000200149. Acesso em: 12. Abr. 2022

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Relatório de Informações Penais Relipen**. Brasília, DF. Secretaria Nacional de Políticas Penais. 2022

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2011.

CAMPOS, P. R. **O Município de Ribeirão das Neves: um bairro popular em um centro metropolitano**. Ano de Obtenção: 2009. 188p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Minas Gerais

CASTRO, Iná Elias de. Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução? **Espaço Aberto, PPGG - UFRJ**, V. 4, N.1, p. 87-100, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2435>. Acesso em: 22. mai. 2023.

CASA DE CULTURA NAIR MENDES. **Jornal Perfil**, segunda quinzena de nov., 1985.

CHAVES, Luana Hordones e ARAÚJO, Isabela Cristina Alves de. Aprisionando mulheres em seus papéis de gênero: análise de uma prisão materno-infantil. Contemporânea – **Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 11, n. 2, pp. 590-607. maio - agosto 2021. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/762>. Acesso em: 01. Jun. 2023

CITELLI, Ana Clara. **Transformações e impactos socioespaciais pós implantação da penitenciária de Araraquara/SP**. (2018). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2018

COMBESSIE, Philippe. The 'sensitive perimeter' of the prison: a key to understanding the durability of the penal institution. *The New European Criminology. Crime and Social Order in Europe*, **Routledge**, pp.125-135, 1998. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/32222857_The_'sensitive_perimeter'_of_the_prison_a_key_to_understanding_the_durability_of_the_penal_institution. Acesso em: 06 jun 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais (CNIEP)**. Brasília: CNJ, 2023.

CONTAGEM. Prefeitura Municipal. Atlas Escolar, Histórico, Geográfico e Cultural. Acervo Cultural Brasileiro. Belo Horizonte/MG. 2009.

CONTAGEM Prefeitura Municipal. O arraial de São Gonçalo do Ribeirão das Abóboras. Disponível em < <http://Prefeitura Municipal de Contagem - O arraial de São Gonçalo do Ribeirão das Abóboras/>> Acesso em 11 de set de 2022.

CONTAGEM Prefeitura Municipal. Lei Complementar nº 026 de 21 de nov. 2017 – Institui o Instituto do Plano Diretor de Contagem. **Diário Oficial do Município de Contagem**. Disponível em <http://www.cmc.mg.gov.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/11/1-Minuta-Plano-Diretor.pdf>. Acesso em 15 de mai. 2024

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Editora Ática, 1995 3ª ed.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Posição Geográfica de Cidades**. **CIDADES**, v.1, n.2, p. 317-323, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12545>. Acesso em 25 jul 2023.

CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves da. De Cadeia a Penitenciária: Uma Análise da Política Prisional de Minas Gerais. **Encontro de administração pública e governança**, pp. 1 - 17, Vitória, 2010. Disponível em: <https://carceropolis.org.br/publicacoes/de-cadeia-a-penitenci%C3%A1ria-uma-an%C3%A1lise-da-pol%C3%ADtica-prisional-de-minas-gerais/>. Acesso em: 08. Mai. 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRISP, CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA DA UFMG. **As Políticas Penitenciárias em Minas Gerais: uma análise sócio-histórica (1979-2019)**. Disponível em: https://www.crisp.ufmg.br/linha_do_tempo_unidades_prisionais.html. Acesso em mar. 2024.

DAVIES, W. K. D. Affective Dimensions of Urban Crime Areas: Towards the psycho geography of urban problems areas. **Geographica Helvetica**. v. 59, n. 3, p. 218-226, 2004. Disponível em: <https://gh.copernicus.org/articles/59/218/2004/gh-59-218-2004.pdf>. Acesso em 20. Mai. 2022

D'ANDREA, TIARAJU. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos. CEBRAP**, v. 39, p. 19-36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqmD6Zx6BY54mMjqXQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2024

DINIZ, A. M. A. A geografia do medo: Reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte. **O Alferes**, v. 18, edição especial, p. 119-133, out. 2003. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/article/view/665>. Acesso em: 10. Ago. 2022

DINIZ, Alexandre M. A.; OLIVEIRA, V.; DUARTE, T.; RIBEIRO, L. M. L. Territórios do cárcere: a realidade do Complexo Penitenciário Nelson Hungria. **EURE Revista Latinoamericana de Estudos Urbano Regionales**, v. 49, p. 1-21, 2023. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612023000100010&script=sci_arttext. Acesso em: 24. Ago. 2023

DUARTE, Thais Lemos; ARAUJO, I. C. A. Caminho sem volta? Faces da expansão do PCC por Minas Gerais. **Tempo Social**, v. 32, p. 173-196, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/170870>. Acesso em: 06 jul 2023.

FARIA, Antônio Hot Pereira de; DINIZ, Alexandre Magno Alves . Espaço de ação de criminosos e sua correlação com a paisagem urbana: um estudo de análise centrográfica e distribuição de atratores para o crime. **Geosul**, v. 35, p. 623-653, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2020v35n75p623>. Acesso em: 06 jun 2024.

FARKAS, M. A. “Not in my backyard”. The issues and complexities surrounding prison siting. *The Justice Professional*, 12 (1), p. 95-109. 1999. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1478601X.1999.9959532>. Acesso em 16 jun. 2024.

FERREIRA, D. C. ; RATTS, Alex . Geografia da diferença: diferenciações socioespaciais e raciais. **REVISTA GEOAMAZÔNIA**, v. 4, p. 97, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/items/286a9ed5-a31d-4c04-9161-da52b5ba7fa7>. Acesso em 06. Mai. 2024

GEORGE, Pierre. *Précies de Geographie Urbaine*. Paris, P.U.F, 1969. Tradução de: Oswaldo Bueno Amorim Filho. PUC MINAS, Belo Horizonte.

GODOI, Rafael. **Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015

GODOI, Rafael; Araújo, Fábio; Mallart, Fábio. Espacializando a prisão: A conformação dos parques penitenciários em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Novos estud..CeBRAP**. São Paulo. v38, n 03. p. 591-611. set.–dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/QVR868mT76Kh3CfxFJgYBMk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 Nov. 2022

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

GLASMEIER, A. K., y Farrigan, T. (2007). Economic Impacts of the Prison Development Boom on Persistently Poor Rural Places. **International Regional Science Review**, 30(3), 274–299. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0160017607301608>. Acesso em 9. set. 2022

GUEDES, Débora do Carmo Martins, OLIVEIRA, Karina Rosalina de, OLIVEIRA, Roberta Gonçalves. O Trabalho nas alas LGBT das Unidades Prisionais Masculinas na Região Metropolitana de Belo Horizonte – Minas Gerais. **Revista do CAAP**, n. 2, v.XXI, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/caap/article/view/47085> . Acesso em: 19. Jun. 2024

HAESBAERT, Rogério. Região, Diveridade Territorial e Globalização. **GEOgraphia**, (1), nº1, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13361>. Acesso em: 12 abr. 2024.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HEMEROTECA. Biblioteca Pública de Minas Gerais. **Jornal Estado de Minas**. Mai, 1988.

HOOKS, G., MOSHER, C., ROTOLO, T., & LOBAO, L. (2004). The Prison Industry: Carceral Expansion and Employment in U.S. Counties, 1969-1994. **Social Science Quarterly**, 85(1), 37-57. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42955926>. Acesso em 22. Ago. 2023.

HOOKS, G., MOSHER, C., GENTER, S., ROTOLO, T., & LOBAO, L. (2010). Revisiting the Impact of Prison Building on Job Growth: Education, Incarceration, and County-Level Employment, 1976-2004. **Social Science Quarterly**, 91(1), 228-244. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42956532>. Acesso em: 22. Ago. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE CIDADES 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LAGES, Sofia Santos. **Políticas públicas, valorização da terra e metropolização: RMBH e o vetor industrial de expansão**. CADERNOS METRÓPOLE (PUCSP), v. 22, p. 193-214, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/VZFfgJCKbzgSHfcfJYdCWrg/abstract/?lang=pt> Acesso em: 7 jun. 2024

MAGALHÃES, Ana Carolina Ferreira. **As gangues e os homicídios nos bairros e vilas da regional Vargem das Flores em Contagem**. (2019) Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

MALLART, Fábio; CUNHA, Manoela Ivone. As dobras entre o dentro e o fora. **Tempo social**, (31), 3, set.dec,2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/D4vx95RQYDCZQrTbGwsKjGp/?lang=pt>. Acesso em: 06. Abr. 2024

MARTINELLI, Marcello. Cartografia Dinâmica: Tempo e espaço nos mapas. **GeoUSP- Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 18, pp. 53-66, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73972>. Acesso em: 16. Jul. 2023

Maxim, P., & Plecas, D. (1983). Prisons and Their Perceived Impact on the Local Community: A Case Study. **Social Indicators Research**, 13(1), 39-58. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02193664>. Acesso em: 19 ago. 2023

MONBEIG, Pierre; O estudo geográfico das cidades. **CIDADES**. v. 1, n. 2, 2004, p. 277- 314

MORAN, Dominique. **Carceral geography : spaces and practices of incarceration**. (e-book). England: Ashgate Publishing Limited, 2017.

MORAN, Dominique; JONES, Phill; JORDAAN, Jacob; PORTER, Amy. Does prison location matter for prisoner wellbeing? The effect of surrounding greenspace on self-harm and violence in prisons in England and Wales. Wellbeing, **Space and Society**, 3, p 1-11, 2022.

MOREIRA, Maria Madalena. **Gênero e Prisão Feminina**. (2020). Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Rondônia, Rondônia, 2020.

NATALE, Bruno Pinheiro. **A metrópole e o cárcere: privação de tempo e espaço em Franco da Rocha - SP**. (2019) Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, Victor Neiva e. **“Prisões sem guardas: uma experiência liderada por grupos religiosos”**. (2013) Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

OLIVEIRA, Victor Neiva e. **“O dilema identitário dos agentes de segurança penitenciária: guardiões ou policiais?”** (2018), Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

OSMAR, H. R. S.; STEPHAN, I. I. C. SEGREGAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: o estigma de Ribeirão das Neves/MG. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.3, n.2, p. 128 – 144, mai/ago, 2015. Disponível em: <https://vixra.org/pdf/1510.0149v1.pdf>. Acesso em: 18. Jun. 2024

PAIXÃO, Antônio Luiz. **Recuperar ou punir?: como o Estado trata o criminoso**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987.

PIMENTEL, Amanda, Barros, Betina Warmling. As prisões no Brasil: espaços cada vez mais destinados a população negra. **Fonte Segura.**, 2021. Disponível em: https://fontesegura.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2021/10/Ed_64_Multiplas_vozes_As_prisoas_no_Brasil_espacos_cada_vez_mais_destinados_a_populacao_negra.pdf. Acesso em: 09. Mai. 2024

RIBEIRO, Cristiane. **Juventude Negra Viva**. 1 ed.- Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidades, 2023.

RIBEIRO, Ludmila, CRUZ, Marcus Vinícius G., BATITUCCI, Eduardo C. Política Pública Penitenciária: a Gestão em Minas Gerais. In: **XXVIII EnANPAD**, 2004, Curitiba, Paraná. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. Disponível: <https://carceropolis.org.br/publicacoes/pol%C3%ADtica-p%C3%ABlica-penitenci%C3%A1ria-a-gest%C3%A3o-em-minas-gerais/>. Acesso em: 08. Mai. 2022.

RIBEIRO, Ludmila; OLIVEIRA, Victor. Neiva. E.; BASTOS, Luíza. M. . Pavilhões do Primeiro Comando da Capital: tensões e conflitos em uma unidade prisional de segurança máxima em Minas Gerais. **O PÚBLICO E O PRIVADO**, v. 33, p. 213-241, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2264>. Acesso em: 15. Nov. 2023.

RIBEIRO, Ludmila; BERALDO, Ana; MARTINO, Natália. **Por que mais um livro sobre o encarceramento feminino?** As muitas Marias: histórias sobre o encarceramento feminino. 1ed. Belo Horizonte: Arraes, 2022, v.,p. 21-31

RIBEIRO, Ludmila ; FLEURY, Daniely ; SOARES, R. . Uma vez acusados pela polícia, imediatamente condenados pela Justiça: o padrão de processamento das Varas de Tóxicos de Belo Horizonte. In: Roberto Kant de Lima e Lenin Pires. (Org.). **Administração de Conflitos e Cidadania - problemas e perspectivas VII**. 1ed.Rio de Janeiro: Autografia, 2023, v. V.67, p. 2-484.

RMBH, Plano Metropolitano. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte**, 2011. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/>. Acesso em: 10. Mai. 2024

SABAINI, Raphael, **Uma cidade entre presídios: ser agente penitenciário em Itirapina – sp**. (2012), Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, André Lopes Vilaça. **Impactos Ambientais da Ocupação na APA Vargem das**

Flores: Município de Contagem- MG. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico científico e informacional.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Paulo Roberto Felix dos; SANTOS, Laryssa Gabriella Gonçalves dos; SANTOS, Fabiane Ferreira Nascimento; MENEZES, Maria Tailane dos Santos. Encarceramento em massa e racismo: a realidade no sistema prisional sergipano. **Rev. Katálysis.** 25 (2), 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/cvWYSwGxfffGHF7sMwYXntB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12. Mai. 2024

SAPORI, Luis Flávio. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação.** IN: Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, 540 p. ISBN 978-85-7511-443-8

SILVA, Thamires Luz de Paula e. **“Turismo penitenciário”: economia e prisão na consolidação de uma prática de mercado.** 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2019

SILVESTRE, Giane, **Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina.** (2011) Dissertação (Mestrado). Departamento de Sociologia, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011.

SINDICATO DOS POLICIAIS PENAIIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Policiais Penais de Minas Gerais Enfrentam Ambiente “mortífero”.** Out. 2021. Disponível em: <https://sindppenmg.com.br/policiais-penais-de-minas-gerais-enfrentam-ambiente-mortifero/#:~:text=Dentro%20das%20celas%2C%20mais%20de,regi%C3%A3o%20metropolitana%20de%20Belo%20Horizonte>. Acesso em mar. 2024

SOARES; Márcia da Silva. POR UMA GEOGRAFIA DAS EMOÇÕES. **GEOgraphia,** 18(38), 99-119, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13775>. Acesso em: 31. Jul. 2023

SOHN, C., & TRIMARSTUTI, J.. The Impact Of Prison Displacement On Apartment Sale Price (A Case Study For Yeongdengpo Old Prison, Seoul). **International Journal of Engineering Technology and Natural Sciences,** 1(1), 1 – 5 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.46923/ijets.v1i1.13>. Acesso em 11. Ago. 2023

SOUZA, Antônio Barbosa. Prisões: um novo território. **Geo uerj,** (5), 79-89. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/geouerj.1999.49056>. Acesso em 27. Jul. 2023

SOUZA, Fabrício Rezende de; CORDEIRO, Taiana Levinne Carneiro. A superlotação do sistema carcerários no Brasil e as dificuldades na ressocialização. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação. São Paulo, v.9, n11. Nov-2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/12224> . Acesso em 19 jun. 2023

SOUZA, Marcelo Lopes de; **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VIANA, Lurizam Costa. Trabalho e educação como instrumentos de emancipação nas prisões. In: Fernando Fidalgo; Nara Fidalgo. (Org.). **Sistema prisional: teoria e pesquisa**. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, v. , p. 93-116.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v.22, p.203-2020, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em 11. Jul. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZOMIGHANI, James. Conexões Geográficas e Segregação SocioEspacial Pelo Uso das Prisões no Estado de São Paulo. **GEOUSP-Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 35, 2013, p-97-114. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/75441>. Acesso em: 26 jul. 2023

ZOMIGHANI, James Humberto Junior. **DESIGUALDADES ESPACIAIS E PRISÕES NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: Fundamentos da insegurança no atual período**. (2013) Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Gostaria que você se apresentasse por gentileza, seu nome, instituição em que atua e seu cargo atual
2. Desde quando você atua nesta instituição?
3. Você reside em Nova Contagem? Se sim, há quanto tempo?

Perguntas 4 a 6 exclusivas para quem residir ou trabalhar no setor desde antes da criação da penitenciária

4. Se trabalha ou mora na região desde antes da criação da penitenciária, você se lembra como era esta área antes da construção da unidade (antes de 1988)?
5. Como a população reagiu à criação?
6. Você percebe diferenças em como o bairro era antes e como é hoje?
7. Para você a unidade penitenciária Nelson Hungria tem alguma atuação no espaço ou para a população do bairro Nova Contagem? Se sim, quais?
8. Aqui na sua instituição de trabalho, você realiza algum contato com pessoas que possuem relação com a unidade penitenciária, seja familiar de detentos, trabalhadores ou moradores das proximidades?
9. Há alguma política ou demanda específica dessas pessoas que essa instituição atende?
10. Para você a presença da penitenciária gera problemas para o bairro Nova Contagem? Se sim, quais?
11. Para você a presença da penitenciária gera benefícios para o bairro Nova Contagem? Se sim, quais?
12. Para finalizar, se você pudesse definir ou apontar características do bairro Nova Contagem com suas próprias palavras, como seria